

**Adelcio Machado dos Santos e Solange Sprandel da Silva**

# UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

gestão, funções e controle social



2026

**Adelcio Machado dos Santos**  
**Solange Sprandel da Silva**

# **UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

## **gestão, funções e controle social**

1ª EDIÇÃO



**SÃO LUÍS - 2026**





**EDITORA NOVUS**

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

### **Diagramação e Edição**

Eduardo Mendonça Pinheiro

### **Edição de Arte**

Romilson Carneiro Rodrigues

### **Conteudista**

Adelcio Machado dos Santos

Solange Sprandel da Silva

### **Normalização**

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**S237u**

Santos, Adelcio Machado dos

Universidade Comunitária: gestão, funções e controle social. / Adelcio Machado dos Santos, Solange Sprandel da Silva. – São Luís: Editora Novus, 2026.

110 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-15-8

DOI: 10.29327/5792699

1. Universidade comunitária. 2. Governança. 3. Natureza jurídica. 4. Híbrida. 5. Accountability. 6. Responsabilidade social. I. Silva, Solange Sprandel da. II. Título.

CDU: 378.4(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

## CONSELHO EDITORIAL

Dr<sup>a</sup> Anali Linhares Lima  
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes  
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia  
Dr<sup>a</sup> Anna Christina Sanazario de Oliveira  
Dr<sup>a</sup> Aurea Maria Barbosa de Sousa  
Dr<sup>a</sup> Camila Pinheiro Nobre  
Dr. Claudio Alves Benassi  
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua  
Dr<sup>a</sup> Claudiene Diniz da Silva  
Dr. Diogo Guagliardo Neves  
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira  
Dr<sup>a</sup> Elba Pereira Chaves  
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior  
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro  
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda  
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan  
Dr. George Alberto da Silva Dias  
Dr<sup>a</sup> Gerbeli de Mattos Salgado Mochel  
Dr<sup>a</sup> Giselle Cutrim de Oliveira Santos  
Dr<sup>a</sup> Herlane de Olinda Vieira Barros  
Dr<sup>a</sup> Ivete Furtado Ribeiro Caldas  
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro  
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub  
Dr. Leonardo França da Silva  
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda  
Dr<sup>a</sup> Luciara Bilhalva Corrêa  
Dr<sup>a</sup> Luana Martins Cantanhede  
Dr<sup>a</sup> Maria Raimunda Chagas Silva  
Dr<sup>a</sup> Marina Bezerra Figueiredo  
M.Sc. Mayanne Camara Serra  
Dr<sup>a</sup> Michela Costa Batista  
Dr. Moisés dos Santos Rocha  
Dr<sup>a</sup> Priscila Xavier de Araújo  
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita  
Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Silva de Oliveira  
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha  
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes  
Dr<sup>a</sup> Samantha Ariadne Alves de Freitas  
Dr<sup>a</sup> Sandra Imaculada Moreira Neto  
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho  
Dr<sup>a</sup> Sinara de Fátima Freire dos Santos  
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar  
Dr<sup>a</sup> Thais Roseli Corrêa  
Dr<sup>a</sup> Thalita Karolline de Queiroz Pereira  
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira  
Dr. Wellinton de Assunção  
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse [www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/](http://www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/) para conhecer os membros do Corpo Editorial

### **Parecer editorial e avaliação por pares**

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

**Nota editorial:** Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.



Livro dedicado ao corpo docente  
das universidades comunitárias

"A região permite pensar e praticar uma política mais enraizada nas necessidades locais, promovendo a participação e o desenvolvimento sustentado, baseado na solidariedade e na valorização das potencialidades locais" (Milton Santos, 1994, p. 57).

# AUTORES

## PROF. DR. ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santo é pedagogo (AMPED 3003) e sociólogo (MT/SC 222), com militância em pesquisa sobre universidade comunitária.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento UFSC). Pós-Doutor em Administração. Bacharel em Sociologia e licenciado em Pedagogia.

Pesquisa :Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Filosofia e História da Psicanálise, Gestão Ambiental, Planejamento Urbano e Regional, Constitucionalismo, Comunicação, Saúde Coletiva, Antropologia Social, História da Arte e Desenvolvimento Rural.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Registrado nas seguinte organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, OAB, CRBio, MT.

Deu a lume a 104 livros, 165 capítulos de livros e 450 artigos científicos.

## PROF<sup>a</sup> ME. SOLANGE SPRANDEL DA SILVA

Advogada (OAB/SC 14.717) e Pedagoga. Mestre em Ciência Jurídica (UNIVALI). Direito (UNOESC). Pedagogia (FACEPAL). Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNC)

Especialista em Fundamentos Educacionais (UNOESC). Áreas de pesquisa: Educação, Política e Sociedade, Autonomia Acadêmica. E Desenvolvimento Re-



gional.

Integra o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Conselho Universitário/UNC e NDE de Direito UNC.

Vice-Reitora da Universidade do Contestado (UNC).

Professora nos cursos de Direito, Licenciaturas em Educação Especial e Artes Visuais, Pedagogia.

Cargos exercidos: Reitora da UNC e da USJ.

Consultora Jurídica da Secretaria de Estado da Educação, Secretária Municipal de Educação de Concórdia, Presidente da UNDIME/SC, Integrante da Comissão Nacional de formadores da Educação Básica do MEC.

Assessora Jurídica, Diretora Geral e Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia.

[e-mail:solangesprandel@unc](mailto:solangesprandel@unc). <https://orcid.org/0009-0001-9274-030X>.

# PREÂMBULO

*Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos*

*Profa. Ma. Solange Sprandel da Silva*

Preliminarmente, a universidade, em sua essência, configura-se em “locus” de produção, compartilhamento e transformação do conhecimento.

No entanto, quando situada em contextos específicos — territórios com histórias, carências e potências próprias — ela se transforma também em agente de articulação social, dinamizadora da economia local e ponte entre saberes acadêmicos e saberes populares.

É nesse contexto que se insere a proposta desta obra, “Universidade Comunitária – a missão do desenvolvimento regional”, que estimula à reflexão acerca do papel das universidades comunitárias na promoção de um desenvolvimento regional sustentável, inclusivo e integrado com os anseios das comunidades em que estão inseridas.

As universidades comunitárias brasileiras surgiram como uma resposta concreta à necessidade de democratização da educação superior, especialmente em regiões que historicamente estiveram à margem das grandes políticas públicas educacionais. Diferenciam-se por sua origem, gestão e missão institucional, voltadas não ao lucro, mas ao compromisso com a transformação social e com o fortalecimento das redes locais. Essa identidade própria confere a essas instituições um potencial singular de articulação com o território e suas múltiplas dimensões — econômica, social, cultural, ambiental e política.

Esta obra hospeda análise das dinâmicas de interação entre as universidades comunitárias e os processos de desenvolvimento regional, considerando tanto os avanços já alcançados quanto os desafios persistentes.

De outro vértice, mais do que descrever iniciativas e projetos, buscamos compreender as lógicas que orientam tais interações, os valores que as sustentam e os obstáculos que as tensionam. Por meio de diferentes olhares, vindos de pesquisadores, professores e gestores comprometidos com a realidade de suas regiões, o livro lança luz sobre experiências concretas, interpreta dados relevantes e propõe caminhos para fortalecer esse elo fundamental entre universidade e sociedade.

O leitor encontrará, ao longo dos capítulos, uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas que enriquecem o debate e revelam a complexidade do tema. Há análises que exploram a contribuição das universidades comunitárias para a formação de capital humano qualificado em áreas estratégicas para o desenvolvimento local; outras que destacam o papel dessas instituições na promoção da inovação, na incubação de empreendimentos e no apoio a cadeias produtivas regionais.

Igualmente se destacam reflexões sobre o papel social da universidade, seu engajamento com políticas públicas e sua capacidade de mediar conflitos e construir consensos em torno de projetos coletivos de futuro.

O foco na interação — e não apenas na atuação isolada — é central nesta obra.

Em última análise, o desenvolvimento regional só se realiza plenamente quando há diálogo contínuo e efetivo entre os diferentes atores sociais: universidades, governos locais, setor produtivo, organizações da sociedade civil e, sobretudo, as populações que vivenciam, em sua cotidianidade, os desafios do território.

Destarte, a universidade comunitária, por sua natureza híbrida — acadêmica e comunitária — tem um papel estratégico na mediação desses diálogos, na produção de conhecimento situado e na indução de políticas públicas mais aderentes à realidade regional.

Outro aspecto que merece destaque reside na valorização da pluralidade de territórios. Ao reunir estudos oriundos de diferentes regiões do país, o livro mostra que não há um único modelo de interação, mas sim múltiplas formas de aproximação entre universidade e comunidade, moldadas por fatores históricos, culturais, econômicos e institucionais.

Essa diversidade não se configura em óbice à análise comparativa, ao inverso, ela a enriquece, ao revelar padrões, possibilidades e inovações que podem ser compartilhadas e adaptadas conforme as especificidades locais.

A publicação deste livro é, por si só, um ato pedagógico. Em um cenário de incertezas quanto ao financiamento das universidades, à valorização da ciência e à inclusão social, reafirmar o papel das instituições comunitárias no desenvolvimento regional implica também defender paradigma de educação superior comprometida com o bem comum, com a redução das desigualdades e com a construção de sociedades mais justas e democráticas. Mais do que nunca, torna-se necessário reafirmar que o conhecimento produzido na universidade deve estar a serviço da vida, da dignidade humana e da sustentabilidade do planeta.

Destarte, esta obra convida à continuidade do diálogo, servindo de inspiração para novas pesquisas, para o fortalecimento das práticas já consolidadas e para o surgimento de novas parcerias entre universidade e sociedade.

Em epítome, esta aspira a contribuir não apenas para o avanço da reflexão sobre a temática, mas também para a prática cotidiana de todos quantos acreditam na eficácia transformadora da educação e no potencial das universidades comunitárias como agentes de um desenvolvimento regional comprometido com a equidade, a diversidade e a emancipação dos territórios.

Por final, estas páginas aspiram a reconhecer a potência da comunhão entre saber e fazer, entre universidade e comunidade, entre sonho e ação.

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1..... 12**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: DINAMIZADORA DA ECONOMIA REGIONAL**

## **CAPÍTULO 2..... 26**

**ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: A NECESSIDADE DA PESQUISA A RESPEITO DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

## **CAPÍTULO 3..... 37**

**ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A EXTENSÃO: COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

## **CAPÍTULO 4..... 47**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: PREMÊNCIA DO NÚCLEO DE CONTROLE SOCIAL**

## **CAPÍTULO 5..... 59**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: PLANEJAMENTO REGIONAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR**

## **CAPÍTULO 6..... 70**

**A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: ALIANÇA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SOCIEDADE REGIONAL**

## **CAPÍTULO 7..... 82**

**AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL**

## **CAPÍTULO 8..... 96**

**UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPROMISSO INSTITUCIONAL**



# UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: DINAMIZADORA DA ECONOMIA REGIONAL

COMMUNITY UNIVERSITY: BOOSTING THE  
REGIONAL ECONOMY





**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar o papel das universidades comunitárias como dinamizadoras da economia regional, com foco em sua contribuição para o desenvolvimento local e a transformação socioeconômica dos territórios em que estão inseridas. Parte-se de uma abordagem qualitativa, com revisão de literatura científica clássica e contemporânea, para compreender as características dessas instituições, sua articulação com a sociedade e os impactos gerados. A análise contempla os efeitos econômicos diretos e indiretos da presença universitária, a formação de capital humano e a fixação de talentos, além das iniciativas de inovação e empreendedorismo impulsionadas no âmbito acadêmico. Os resultados indicam que as universidades comunitárias constituem um modelo institucional singular, com forte inserção territorial e capacidade de promover inclusão, desenvolvimento sustentável e fortalecimento das economias locais. Conclui-se que políticas públicas de apoio a essas instituições são essenciais para o avanço regional equilibrado.

**Palavras-chave:** universidade comunitária; desenvolvimento regional; economia local; inovação; capital humano.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the role of community universities as catalysts for regional economic development, emphasizing their contribution to local transformation and socioeconomic progress in the territories where they are based. A qualitative approach was adopted, grounded in classical and contemporary scientific literature, to explore the specific characteristics of these institutions, their interaction with society, and their generated impacts. The analysis covers the direct and indirect economic effects of community universities, human capital formation, talent retention, and the promotion of innovation and entrepreneurship through academic initiatives. The results indicate that community universities represent a distinctive institutional model, marked by strong territorial commitment and the ability to foster inclusion, sustainable development, and the strengthening of local economies. It concludes that public policies aimed at supporting these institutions are essential for achieving balanced regional advancement.

**Keywords:** community university; regional development; local economy; innovation; human capital.

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade comunitária desempenha um papel singular no contexto educacional brasileiro, ao articular ensino, pesquisa e extensão com um forte compromisso social e regional. Diferente das instituições públicas estatais e das privadas com fins lucrativos, as universidades comunitárias têm como característica central a sua vinculação com as demandas das comunidades onde estão inseridas, priorizando a inclusão social, o acesso ao ensino superior de qualidade e a promoção do desenvolvimento local.

Ao longo das últimas décadas, essas instituições vêm se consolidando como agentes estratégicos para o dinamismo econômico das regiões que atendem, especialmente em contextos em que o poder público não alcança plenamente as necessidades sociais e onde o setor privado tradicional não investe de forma significativa.

O papel da universidade como promotora do desenvolvimento ultrapassa os limites acadêmicos e institucionais, influenciando diretamente setores como a economia, a cultura, a saúde, a inovação e o empreendedorismo. No caso das universidades comunitárias, essa influência tende a ser ainda mais perceptível, visto que sua estrutura organizacional e missão institucional estão voltadas para a transformação do território.

Elas atuam como catalisadoras de redes de colaboração entre os diversos atores locais, incluindo empresas, governos municipais, organizações da sociedade civil e arranjos produtivos regionais. A presença de uma universidade comunitária em determinada localidade frequentemente modifica a paisagem econômica, gerando empregos, estimulando o consumo, qualificando a mão de obra local e fortalecendo a identidade regional.

Esse papel dinamizador está ligado, também, à capacidade das universidades comunitárias de promoverem atividades extensionistas e projetos de inovação social e tecnológica que visam solucionar problemas concretos da população.

Por meio de seus programas e ações, essas instituições criam ambientes favoráveis ao empreendedorismo, ao surgimento de startups, à difusão de tecnologias adaptadas à realidade local e à valorização de saberes tradicionais. Além disso, contribuem significativamente para a retenção de talentos na região, evitando o êxodo de jovens que, antes, precisavam migrar para centros urbanos maiores em busca de oportunidades de estudo e emprego.

Conquanto a sua relevância, o debate sobre o impacto econômico e social das universidades comunitárias ainda é incipiente em muitos meios acadêmicos e políticos. Grande parte das análises institucionais ainda se limita a avaliar o desempenho acadêmico das universidades sob indicadores nacionais padronizados, sem considerar suas especificidades territoriais e sem reconhecer plenamente o seu papel como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, é essencial aprofundar as reflexões sobre como essas instituições contribuem para o fortalecimento das economias locais e como podem ser melhor valorizadas nas políticas públicas voltadas à educação superior e ao desenvolvimento regional.

A presente pesquisa parte do seguinte problema: de que maneira as universidades comunitárias atuam como dinamizadoras da economia regional? Com

base nessa indagação, o artigo tem como objetivo geral analisar o papel das universidades comunitárias no estímulo à economia regional, considerando seus impactos diretos e indiretos nos territórios onde atuam.

Como objetivos específicos, busca-se: (i) mapear as ações desenvolvidas por essas instituições que influenciam a economia local; (ii) compreender como a formação acadêmica ofertada se relaciona com as demandas do mercado regional; e (iii) discutir a importância das atividades extensionistas, dos projetos de inovação e das parcerias com o setor produtivo.

## 2 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

As universidades comunitárias constituem um modelo singular no sistema de educação superior brasileiro, caracterizando-se por sua atuação não estatal, sem fins lucrativos e com forte vínculo com o desenvolvimento regional e comunitário. De modo geral, essas instituições surgiram da iniciativa de grupos sociais, associações e lideranças locais que buscaram alternativas para suprir a ausência de ensino superior em regiões desassistidas pelo poder público, especialmente a partir da década de 1960.

Conforme explica Schwartzman (2001), o setor não estatal brasileiro se configura de maneira complexa, reunindo instituições confessionais, filantrópicas, comunitárias e privadas com fins lucrativos. Dentro desse espectro, as universidades comunitárias representam um subconjunto que preserva uma missão pública, apesar de sua natureza privada. O autor destaca que essas universidades não visam ao lucro, reinvestem seus resultados em prol da própria instituição e da sociedade, e adotam modelos de governança participativa, muitas vezes com forte representação da comunidade local.

A concepção de universidade comunitária está, portanto, ancorada na ideia de uma instituição de ensino superior comprometida com as necessidades do território onde está inserida. De acordo com Oliveira (2010), essas instituições assumem a função de mediadoras entre o saber acadêmico e a realidade social, articulando formação profissional, produção de conhecimento e ação extensionista voltada à transformação local. Essa função mediadora também é ressaltada por Dourado e Oliveira (2011), ao indicarem que as universidades comunitárias operam como um elo entre a universidade tradicional e a educação popular, incorporando práticas democráticas e valores éticos em sua atuação.

Do ponto de vista legal, a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – não define expressamente o que é uma universidade comunitária, mas reconhece a pluralidade do sistema de ensino superior e estabelece critérios para o funcionamento de instituições privadas de educação superior. Posteriormente, o Decreto nº 5.773/2006 e o Decreto nº 9.235/2017 trouxeram elementos normativos que diferenciam instituições mantidas por fundações ou associações sem fins lucrativos, abrindo margem para o reconhecimento da categoria “comunitária” como um tipo específico de entidade educacional.

Um marco importante para a consolidação jurídica e institucional das universidades comunitárias foi a criação da Categoria das Comunitárias no âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni), a partir da Lei nº 11.096/2005, que conferiu tratamento diferenciado a essas instituições em relação às privadas

com fins lucrativos. Isso permitiu o fortalecimento de sua atuação com políticas públicas específicas e a ampliação de sua função social.

Entre as características fundamentais das universidades comunitárias, destacam-se: (i) a ausência de finalidade lucrativa e a reinversão dos resultados operacionais em melhorias institucionais; (ii) a governança participativa, com presença de representantes da comunidade em conselhos deliberativos; (iii) a forte inserção territorial e o compromisso com o desenvolvimento local e regional; (iv) a oferta de serviços à comunidade, por meio de projetos de extensão, assistência jurídica, psicológica, saúde e cultural; e (v) a articulação entre ensino, pesquisa e extensão com foco na realidade social (Costa; Neves, 2016).

Essas características implicam uma lógica institucional distinta da lógica mercantil, predominante em parte do setor privado. Como destacam Costa e Neves (2016), as universidades comunitárias operam com base em princípios de solidariedade, inclusão e justiça social, sendo espaços privilegiados para o exercício da cidadania e a democratização do conhecimento. Tal perspectiva se concretiza em práticas que vão desde a concessão de bolsas de estudo até a criação de núcleos de inovação tecnológica, incubadoras sociais e projetos de intervenção comunitária.

Adicionalmente, as universidades comunitárias não se restringem ao papel de provedores de educação superior, mas atuam como “centros de convergência de saberes”, promovendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e entre diversos atores sociais. Essa atuação interdisciplinar e intersetorial amplia o impacto social e econômico dessas instituições, fortalecendo sua identidade como agentes do desenvolvimento regional sustentável (Carvalho; Silveira, 2021).

Por conseguinte, o reconhecimento das universidades comunitárias como agentes públicos não estatais deve ser acompanhado de políticas públicas que considerem sua função estratégica no sistema nacional de educação superior. Segundo Veiga e Ristoff (2013), é fundamental garantir condições de financiamento, regulação e avaliação que valorizem sua missão comunitária e sua contribuição para a equidade territorial na oferta de educação superior.

Destarte, ao articular compromisso social, gestão democrática e inserção territorial, a universidade comunitária representa uma alternativa viável e necessária para a promoção do desenvolvimento regional integrado, especialmente em contextos de desigualdade estrutural e exclusão educacional.

### **3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA LOCAL**

O conceito de desenvolvimento regional refere-se ao conjunto de processos socioeconômicos voltados à melhoria das condições de vida de uma determinada região, por meio da mobilização de recursos locais, da valorização de vocações produtivas e da promoção de políticas públicas integradas. Ao longo das últimas décadas, conforme observam Lima e Machado (2017), o papel das universidades — em especial das universidades comunitárias — tem ganhado destaque como elemento dinamizador desse desenvolvimento, sobretudo em contextos de interiorização e descentralização das oportunidades de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Myrdal (1957), os processos de desenvolvimento tendem a gerar efeitos cumulativos e circulares, nos quais regiões com estruturas econômicas



mais consolidadas ampliam suas vantagens em detrimento de áreas periféricas. Nesse sentido, a inserção de uma universidade comunitária em regiões tradicionalmente excluídas do circuito universitário e tecnológico representa uma ruptura com a lógica centralizadora do desenvolvimento, ao criar polos de dinamismo baseados em conhecimento, capital humano e inovação.

A literatura especializada enfatiza que as universidades comunitárias, ao aliarem a formação acadêmica ao compromisso com o território, são vetores importantes para o fortalecimento da economia local. Conforme Diniz (2011), tais instituições geram externalidades positivas ao fomentar redes de cooperação entre governos locais, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades. Esse efeito multiplicador é potencializado pela atuação em projetos de extensão universitária, núcleos de inovação tecnológica e incubadoras de empreendimentos solidários e de base tecnológica.

Schütz *et al.* (2020) observam que o impacto econômico de uma universidade comunitária pode ser mensurado em diferentes dimensões, como: geração de empregos diretos e indiretos; aquisição de bens e serviços no comércio local; aumento da arrecadação tributária municipal e regional; fomento ao empreendedorismo e à inovação social; além da formação de capital humano qualificado, elemento central para a atração de investimentos e diversificação da base econômica regional.

No caso brasileiro, a experiência de instituições comunitárias no Sul e Sudeste — como as mantidas pelo Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) — demonstra que a presença dessas universidades transforma positivamente o território. Elas atuam como “âncoras institucionais”, conceito proposto por Sabel (1995), ao estabelecer vínculos duradouros com o tecido social e produtivo regional, oferecendo suporte técnico, científico e cultural às dinâmicas locais de desenvolvimento.

Ademais disso, as universidades comunitárias promovem a retenção de jovens talentos em suas cidades de origem, reduzindo o êxodo para centros urbanos maiores. Esse fenômeno, destacado por Lima e Machado (2017), contribui não apenas para a sustentabilidade demográfica das regiões interioranas, mas também para a diversificação de sua economia, ao agregar novas competências e criar ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo.

Outro aspecto relevante jaz no estímulo ao capital social, entendido por Putnam (1996) como a rede de relações de confiança, cooperação e reciprocidade entre os membros de uma comunidade. A universidade comunitária, ao inserir-se de maneira orgânica na realidade local, potencializa esse capital social ao favorecer práticas participativas, intercâmbios entre saberes acadêmicos e populares e o fortalecimento da cidadania ativa. Tal interação não apenas legitima socialmente a instituição, mas também favorece um desenvolvimento regional mais equitativo e democrático.

Ademais, estudos recentes apontam que o impacto das universidades comunitárias vai além das fronteiras econômicas tradicionais. Como afirmam Moraes e Berté (2022), há efeitos significativos nas esferas culturais, ambientais e institucionais, que devem ser considerados na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial. A valorização da diversidade local, a proteção de saberes tradicionais, a difusão científica em espaços escolares e comunitários,

bem como a formação ética e crítica dos cidadãos, são desdobramentos desse modelo universitário.

Cumpram-se ainda que os arranjos produtivos locais (APLs) encontram nas universidades comunitárias parceiras estratégicas para sua consolidação. Ao oferecerem formação técnica e superior voltada às necessidades locais, desenvolverem pesquisas aplicadas e apoiarem processos de certificação, qualidade e comercialização, essas instituições fortalecem cadeias produtivas específicas e contribuem para a geração de riqueza e inclusão social em escala regional (Las-tres; Cassiolato, 2006).

Destarte, a universidade comunitária, ao integrar ensino, pesquisa e extensão com a dinâmica territorial, revela-se como um ator estratégico no desenvolvimento regional. Sua atuação contribui para transformar realidades locais por meio da democratização do conhecimento, do fortalecimento das economias locais e da promoção de projetos sustentáveis que respeitam as singularidades de cada território.

## 4 INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE

A interação entre universidade e sociedade constitui um dos pilares fundamentais da universidade moderna, particularmente no caso das universidades comunitárias. Essa relação não se limita ao simples fornecimento de mão de obra qualificada ou produção de conhecimento técnico, mas envolve um compromisso institucional com a transformação social, a inclusão cidadã e o desenvolvimento sustentável dos territórios em que essas instituições estão inseridas (Balzan, 2020).

As universidades comunitárias se destacam justamente por articular ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável e orientada às demandas reais da sociedade, sendo essa característica central para sua legitimidade e eficácia.

Historicamente, o modelo de universidade pública de pesquisa proposto por Humboldt no século XIX já preconizava a articulação entre liberdade científica e contribuição social.

No entanto, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que a extensão universitária ganhou centralidade no debate sobre a função social da universidade, particularmente na América Latina, com forte influência dos movimentos sociais e das pedagogias críticas. Como destaca Freire (1996, p. 67), “a universidade não pode ser neutra: ou ela se compromete com a transformação da realidade ou contribui para sua manutenção”.

A extensão universitária, nesse contexto, torna-se o principal instrumento de interlocução com os diversos segmentos sociais. Trata-se de um processo dialógico, conforme define a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), baseado na troca de saberes entre a academia e a sociedade, com vistas à formação cidadã dos estudantes e à promoção do desenvolvimento local e regional.

Essa concepção ultrapassa a ideia de mera aplicação de conhecimentos científicos prontos, valorizando a escuta ativa, a coprodução do conhecimento e o reconhecimento dos saberes populares e tradicionais.

As universidades comunitárias, por sua origem vinculada a movimentos so-

ciais, associações civis e lideranças locais, mantêm uma vocação intrínseca para o engajamento social. Segundo Balzan et al. (2020), essa característica fortalece sua capacidade de estabelecer vínculos permanentes com o território, promovendo ações integradas nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, segurança alimentar, economia solidária, entre outras.

Essas ações não apenas geram impacto social direto, mas também retroalimentam o ensino e a pesquisa, tornando a produção acadêmica mais relevante e contextualizada.

A relação universidade-sociedade nas instituições comunitárias também se concretiza por meio de conselhos comunitários, fóruns regionais e observatórios sociais, nos quais diversos atores participam da definição de prioridades institucionais, projetos e programas de interesse público.

Essa governança compartilhada, conforme argumenta Santos (2002), é um indicativo de que as universidades comunitárias operam sob um modelo contra-hegemônico, baseado na ecologia de saberes e na coautoria da produção do conhecimento.

Na perspectiva do desenvolvimento territorial, a interação universidade-sociedade tem demonstrado potencial para induzir transformações estruturais. Estudos como o de Carvalho e Silva (2019) apontam que municípios com forte presença de universidades comunitárias apresentam maiores índices de desenvolvimento humano, melhor desempenho em indicadores de saúde e educação, e maior capacidade de inovação. Esses efeitos decorrem, em grande parte, das parcerias estabelecidas entre academia, setor produtivo, poder público e organizações da sociedade civil.

A par disso, as universidades comunitárias desempenham papel relevante na mediação de conflitos, na promoção da cultura da paz e na valorização da diversidade. Ao atuarem como espaços plurais de debate, formação e convivência democrática, essas instituições fortalecem a coesão social e contribuem para o empoderamento das comunidades historicamente marginalizadas. Nesse sentido, iniciativas de educação popular, formação de lideranças comunitárias, assessoria jurídica gratuita, projetos de inclusão digital e ações afirmativas são exemplos concretos da atuação transformadora dessas universidades (Silva; Schneider, 2018).

É importante destacar que a consolidação dessa interação requer políticas institucionais consistentes, financiamento adequado e reconhecimento social. Como enfatiza Tavares (2021), a sustentabilidade das universidades comunitárias depende de sua capacidade de articular missão institucional com resultados sociais mensuráveis, reforçando sua identidade como bem público e patrimônio das comunidades.

Segundo Tavares (2021), a interação universidade-sociedade, no âmbito das universidades comunitárias, revela-se como prática estruturante e estratégica. Não se trata de um mero apêndice das funções tradicionais do ensino superior, mas de uma dimensão central da missão institucional, capaz de fomentar a justiça social, a equidade territorial e o fortalecimento democrático.

Em um cenário marcado por profundas desigualdades e desafios socioeconômicos, o compromisso ético e prático com a sociedade é o que confere sentido pleno à existência dessas universidades.

## 5 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender e analisar a atuação das universidades comunitárias como agentes de dinamização econômica em contextos regionais. A pesquisa qualitativa permite captar as múltiplas dimensões do fenômeno estudado, especialmente no que se refere às relações entre universidade, sociedade e economia local, que envolvem aspectos simbólicos, institucionais e contextuais não quantificáveis.

A investigação descritiva, por sua vez, visa apresentar as características, dinâmicas e impactos dessa atuação de maneira sistematizada, com base em dados empíricos e teóricos.

O procedimento metodológico envolveu uma revisão bibliográfica sistematizada e uma análise documental de caráter institucional. A revisão bibliográfica teve como finalidade mapear os conceitos centrais da temática, identificar os marcos teóricos clássicos e contemporâneos sobre universidades comunitárias, desenvolvimento regional e interação universidade-sociedade, bem como analisar os principais estudos empíricos produzidos no Brasil e na América Latina.

Foram utilizadas bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, CAPES Periódicos, Google Scholar e Redalyc, com critérios de seleção que privilegiaram publicações dos últimos quinze anos, sem desconsiderar autores clássicos relevantes para a fundamentação teórica.

Complementarmente, a análise documental concentrou-se em fontes institucionais de universidades comunitárias brasileiras, especialmente aquelas filiadadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e à Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC). Foram examinados relatórios de gestão, planos de desenvolvimento institucional (PDIs), dados estatísticos de desempenho e relatórios de atividades de extensão universitária, com o intuito de identificar práticas concretas de atuação territorial, projetos de impacto socioeconômico e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento regional.

Para análise dos dados obtidos, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite a categorização temática das informações e a identificação de padrões e recorrências nos discursos institucionais e nas produções científicas analisadas. As categorias analíticas emergiram tanto da literatura quanto do material documental, incluindo temas como “compromisso comunitário”, “inserção regional”, “inovação social”, “parcerias multissetoriais” e “formação cidadã”.

A triangulação entre diferentes fontes buscou conferir maior confiabilidade e profundidade à interpretação dos dados, articulando o referencial teórico com a prática institucional observada.

Essa metodologia visa garantir uma compreensão ampla e contextualizada do objeto de estudo, respeitando as especificidades históricas, sociais e econômicas dos territórios nos quais as universidades comunitárias atuam. Ao evitar generalizações indevidas e ao focar em múltiplas evidências qualitativas, busca-se produzir um conhecimento crítico e comprometido com a realidade regional brasileira, contribuindo, assim, para o fortalecimento do papel transformador da universidade comunitária no cenário educacional e socioeconômico nacional.



## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 6.1 Impactos econômicos diretos e indiretos da universidade comunitária

As universidades comunitárias, ao exercerem sua função educativa em estreita vinculação com o território onde estão inseridas, produzem efeitos econômicos que transcendem a simples formação de recursos humanos. Esses efeitos podem ser classificados em impactos econômicos diretos e indiretos, os quais se manifestam tanto em fluxos financeiros imediatos quanto em externalidades positivas de longo prazo sobre o desenvolvimento local e regional.

Os impactos econômicos diretos referem-se às atividades que geram movimentação financeira a partir do funcionamento da universidade. Isso inclui salários pagos a professores, técnicos e demais trabalhadores, contratação de serviços terceirizados, aquisição de insumos, obras de infraestrutura e pagamento de tributos locais. Segundo Druck et al. (2018), em muitas cidades médias brasileiras, a universidade comunitária é a maior empregadora formal, funcionando como um polo irradiador de dinamismo econômico. A presença da universidade também atrai estudantes de outras localidades, aumentando a demanda por moradia, alimentação, transporte e lazer, fortalecendo o setor de comércio e serviços da região.

Ademais disso, as universidades comunitárias operam como centros de compras públicas e privadas, influenciando a cadeia produtiva local ao priorizar fornecedores regionais. Como observam Gallicchio e Ferreira (2021), esse tipo de universidade assume um papel ativo na indução da economia solidária, na incubação de empresas e no estímulo ao empreendedorismo, promovendo uma cultura de inovação com base em valores comunitários e participativos.

Já os impactos econômicos indiretos dizem respeito aos benefícios econômicos que resultam da elevação do capital humano, da geração de conhecimento aplicado, e da melhoria nas condições sociais e institucionais do território. A formação de profissionais qualificados favorece o aumento da produtividade regional, a elevação da renda média da população e a diversificação da base econômica.

Druck et al. (2018) demonstra que municípios que abrigam universidades comunitárias apresentam, em média, melhores indicadores de desenvolvimento humano, menor taxa de desemprego e maior capacidade de retenção de jovens talentos.

Outro aspecto relevante dos impactos indiretos é a promoção da inovação e da transferência tecnológica. As universidades comunitárias mantêm centros de pesquisa e inovação voltados para as necessidades do território, atuando junto a pequenas e médias empresas locais em projetos de melhoria de processos e produtos.

Essa atuação favorece a sustentabilidade econômica de microterritórios muitas vezes marginalizados pelas políticas de fomento governamental. Conforme destaca Etzkowitz (2009), nesse contexto, a universidade passa a integrar o modelo da “hélice tríplice” (universidade-empresa-governo), sendo peça-chave na articulação de estratégias de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, observa-se que os impactos econômicos das universidades

comunitárias se expressam não apenas em números absolutos de movimentação financeira, mas também na qualidade e na permanência das transformações sociais e econômicas que geram. Trata-se de instituições que contribuem para consolidar ecossistemas de desenvolvimento regional sustentáveis, inclusivos e articulados com as potencialidades locais, assumindo, assim, uma função estratégica que ultrapassa a lógica meramente educacional.

## 6.2 Formação de capital humano e fixação de talentos na região

A formação de capital humano qualificado é uma das contribuições mais relevantes das universidades comunitárias para o desenvolvimento regional. Ao oferecer cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada com ênfase em demandas locais, essas instituições qualificam profissionais em sintonia com o mercado de trabalho regional e com as necessidades específicas de seus territórios. Segundo Becker (2017), o investimento em capital humano é um fator estratégico para o aumento da produtividade, da competitividade e da coesão social.

Diferentemente de universidades voltadas a centros metropolitanos, as comunitárias apresentam maior capacidade de retenção de talentos, pois estão enraizadas nas realidades culturais, econômicas e sociais das comunidades onde atuam. Essa inserção territorial permite identificar vocações econômicas e desenvolver cursos voltados a setores como agronegócio, saúde comunitária, educação básica, tecnologia da informação e indústria local. Conforme Druck et al. (2018), a formação orientada para a realidade regional é decisiva para a permanência dos egressos no território.

Outro fator importante é a fixação de jovens qualificados por meio de políticas institucionais de bolsas, estágios e programas de incentivo ao empreendedorismo e à inovação. Iniciativas como incubadoras de empresas, núcleos de práticas profissionais e parcerias com o setor produtivo ampliam as oportunidades de inserção no mercado de trabalho local. Como aponta Lima (2020), universidades comunitárias operam como âncoras territoriais ao estimular a circulação de conhecimento e a criação de redes locais de colaboração.

Ademais disso, a presença da universidade comunitária impacta diretamente a mobilidade social e a redução das desigualdades regionais. Ao permitir o acesso ao ensino superior em regiões distantes dos grandes centros urbanos, essas instituições evitam a evasão populacional e fortalecem a identidade territorial. A valorização dos saberes locais e a formação de lideranças regionais reforçam a capacidade de autogestão e a autonomia das comunidades, favorecendo um desenvolvimento endógeno e sustentável.

## 6.3 Iniciativas de inovação e empreendedorismo

As universidades comunitárias têm se destacado como importantes catalisadoras de iniciativas de inovação e empreendedorismo nas regiões em que atuam. Atuando com forte inserção territorial, essas instituições adotam estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico, fomentando ecossistemas locais de inovação, em consonância com as necessidades produtivas e

culturais das comunidades.

Segundo Etzkowitz (2009), a universidade moderna desempenha papel essencial no modelo da tríplice hélice (universidade–empresa–governo), servindo como núcleo gerador de conhecimento aplicado e inovação.

Dentre as principais iniciativas promovidas pelas universidades comunitárias, destacam-se as incubadoras de empresas, os parques tecnológicos, os laboratórios de prototipagem (makerspaces) e os núcleos de inovação tecnológica (NITs). Essas estruturas permitem o apoio a empreendimento-nascente (startups), a experimentação de soluções técnicas e o incentivo ao empreendedorismo de base local.

Conforme Salomão e Borges (2021), essas universidades atuam não apenas como transmissoras de conhecimento, mas como protagonistas na criação de novas tecnologias e modelos de negócio socialmente relevantes.

Demais, programas de extensão voltados ao empreendedorismo comunitário — como oficinas de capacitação, mentorias e feiras de economia criativa — fortalecem o protagonismo de grupos sociais historicamente excluídos. Isso amplia o alcance da inovação social, gerando impacto direto sobre o bem-estar da população e sobre a inclusão produtiva.

As ações empreendedoras apoiadas pelas universidades comunitárias costumam priorizar valores como sustentabilidade, cooperação e desenvolvimento territorial, rompendo com a lógica estritamente mercadológica do empreendedorismo tradicional (Cunha, 2020).

A “performance” em rede também é uma característica relevante dessas instituições. Muitas universidades comunitárias integram sistemas de inovação regionais e consórcios interinstitucionais, potencializando recursos humanos e financeiros, promovendo a sinergia entre ensino, pesquisa e extensão. Isso amplia a capacidade de transformar conhecimento acadêmico em soluções práticas, gerando valor econômico e social para o território. Segundo Druck et al. (2018), essa articulação é decisiva para a sustentabilidade das universidades comunitárias e para sua relevância enquanto agentes de inovação local.

Por conseguinte, por meio de iniciativas de empreendedorismo e inovação, as universidades comunitárias consolidam-se como instrumentos eficazes de transformação econômica, social e cultural, ampliando oportunidades e promovendo um desenvolvimento regional inclusivo, baseado no conhecimento e na criatividade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades comunitárias desempenham um papel estratégico como dinamizadoras do desenvolvimento regional, ao aliar a missão educacional à responsabilidade social e ao compromisso com o território onde estão inseridas. Elas não apenas ofertam ensino superior de qualidade, mas também contribuem diretamente para a transformação econômica, social e cultural das regiões, especialmente aquelas afastadas dos grandes centros urbanos.

A “performance” dessas instituições é marcada por uma forte inserção comunitária, que se reflete em ações voltadas à formação de capital humano, re-

tenção de talentos, geração de empregos e incentivo à inovação e ao empreendedorismo.

Por meio de projetos de extensão, programas de apoio ao empreendedorismo local e parcerias com o setor produtivo, as universidades comunitárias tornam-se agentes catalisadores de mudanças estruturais positivas.

Os impactos econômicos diretos e indiretos dessas instituições são perceptíveis no fortalecimento das economias locais, na criação de ecossistemas de inovação e na valorização dos saberes regionais. Além disso, seu modelo de gestão participativa e orientado pelo interesse público amplia o acesso ao ensino superior e contribui para a redução das desigualdades sociais.

Em epítome, faz mister reconhecer o papel das universidades comunitárias como vetores de desenvolvimento é fundamental para a construção de políticas públicas que fortaleçam sua sustentabilidade institucional. Investir nessas instituições é investir em estratégias de desenvolvimento territorial mais inclusivas, integradas e sustentáveis, alinhadas aos desafios contemporâneos da educação, da economia e da coesão social.

## REFERÊNCIAS

- BALZAN, J. S. M. et al. Extensão universitária e protagonismo social nas universidades comunitárias. *Revista de Extensão da Universidade do Oeste de Santa Catarina*, Joaçaba, v. 11, n. 2, p. 93-112, 2020.
- BECKER, Gary S. *Capital humano: uma teoria microeconômica da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- CARVALHO, C. S.; SILVEIRA, M. M. A universidade comunitária como agente de inovação e desenvolvimento territorial: uma análise das práticas extensionistas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2021.
- CARVALHO, R. M.; SILVA, A. F. Desenvolvimento territorial e universidades comunitárias: uma análise de indicadores em regiões do Sul do Brasil. *Cadernos de Desenvolvimento Regional*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 45-66, 2019.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos produtivos locais e inovação: políticas para o desenvolvimento regional. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 291-328, 2006.
- COSTA, J. F.; NEVES, C. E. M. A educação superior comunitária e sua função social: entre o público e o privado. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 165-184, 2016.
- CUNHA, Marcelo. Inovação social e empreendedorismo em territórios periféricos: o papel da universidade comunitária. *Revista de Extensão Universitária*, v. 7, n. 2, p. 88-102, 2020.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento regional: questões atuais. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 42, n. esp., p. 7-28, 2011.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A universidade pública e a formação humana: desafios do presente. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 13-32, 2011.
- DRUCK, Graça et al. *A universidade e o desenvolvimento regional: desafios e possibilidades*. São Paulo: Cortez, 2018.
- ETZKOWITZ, Henry. *The Triple Helix: University-Industry-Government Innovation in Action*. New York: Routledge, 2009.
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: ANDIFES, 2012. Disponível em: <http://www.extensio-nistas.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e



Terra, 1996.

GALLICCHIO, Eduardo; FERREIRA, Sandro. Universidade comunitária e desenvolvimento regional: interfaces entre inovação social e sustentabilidade. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 25, n. 1, p. 77-96, 2021.

LIMA, L. M.; MACHADO, D. F. Universidades comunitárias e desenvolvimento regional: o caso das fundações educacionais de Santa Catarina. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 961-982, 2017.

LIMA, Maria Helena de Castro. Universidade comunitária e desenvolvimento local: potencialidades e desafios. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 6, n. 2, p. 115-131, 2020.

MORAES, F. R.; BERTÉ, F. M. Educação superior comunitária e impactos no território: novas perspectivas para o desenvolvimento regional. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 26, n. 2, p. 145-165, 2022.

MYRDAL, G. *Economic Theory and Under-developed Regions*. London: Gerald Duckworth, 1957.

OLIVEIRA, R. P. As universidades comunitárias e a democratização do acesso ao ensino superior. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 657-676, 2010.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SABEL, C. Learning by mentoring: the institutions of economic development. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (org.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1995. p. 137-165.

SALOMÃO, Viviane; BORGES, Eliane. Inovação e empreendedorismo universitário: experiências em universidades comunitárias. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 20, n. 1, p. 121-139, 2021.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHÜTZ, P. P. et al. O impacto econômico das universidades comunitárias no Brasil. *Revista Brasileira de Economia Regional e Urbana*, Recife, v. 14, n. 1, p. 53-76, 2020.

SCHWARTZMAN, S. *A educação superior na América Latina: reformas, desafios e perspectivas*. Brasília: UNESCO, 2001.

SILVA, J. R.; SCHNEIDER, D. A. Universidades comunitárias e justiça social: práticas de extensão como espaços de inclusão e cidadania. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 101-118, 2018.

TAVARES, A. M. O papel estratégico das universidades comunitárias no fortalecimento do capital social regional. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 223-240, 2021.

VEIGA, I. P. A.; RISTOFF, D. A universidade e o território: indicadores de responsabilidade social e territorial. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas



# ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: A NECESSIDADE DA PESQUISA A RESPEITO DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

UNIVERSITY ADMINISTRATION: THE NEED FOR  
RESEARCH INTO COMMUNITY UNIVERSITIES





**RESUMO:** O artigo aborda a administração universitária com foco nas universidades comunitárias, destacando sua importância para o desenvolvimento regional e a inclusão social. Argumenta-se que a pesquisa acadêmica sobre a gestão dessas instituições ainda é limitada, o que demanda investigações aprofundadas sobre governança, financiamento e impacto social. O estudo parte da hipótese de que uma gestão eficiente, baseada em governança participativa e inovação, pode fortalecer essas universidades e garantir sua sustentabilidade. Além disso, discute-se a necessidade de políticas públicas e incentivos financeiros adequados para consolidar o modelo comunitário. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica para mapear o estado da arte sobre o tema, identificando desafios e propondo estratégias para o fortalecimento das universidades comunitárias. Conclui-se que a ampliação das pesquisas nesse campo é essencial para aprimorar a administração universitária, subsidiar políticas educacionais e garantir que essas instituições continuem a desempenhar sua missão social e acadêmica de forma sustentável.

**Palavras-chave:** administração universitária; universidades comunitárias; pesquisa; governança; políticas educacionais.

**ABSTRACT:** This article addresses university administration with a focus on community universities, highlighting their importance for regional development and social inclusion. It argues that academic research on the management of these institutions is still limited, which demands in-depth investigations on governance, financing, and social impact. The study is based on the hypothesis that efficient management, based on participatory governance and innovation, can strengthen these universities and ensure their sustainability. In addition, it discusses the need for adequate public policies and financial incentives to consolidate the community model. Methodologically, the research is based on a bibliographic review to map the state of the art on the subject, identifying challenges and proposing strategies for strengthening community universities. It is concluded that expanding research in this field is essential to improve university administration, subsidize educational policies, and ensure that these institutions continue to carry out their social and academic mission in a sustainable manner.

**Keywords:** university administration; community universities; research; governance; educational policies.

## 1 INTRODUÇÃO

A administração universitária desempenha um papel fundamental na estruturação e no funcionamento das instituições de ensino superior, garantindo sua eficiência, qualidade acadêmica e sustentabilidade. Dentre os diversos modelos institucionais, as universidades comunitárias se destacam por sua missão social e compromisso com o desenvolvimento regional, oferecendo educação acessível e promovendo ações voltadas para a inclusão e a inovação.

No entanto, apesar de sua importância, a pesquisa acadêmica sobre a gestão dessas instituições ainda é limitada, o que justifica a necessidade de aprofundamento teórico e empírico nesse campo.

A ausência de estudos mais robustos sobre a administração universitária em universidades comunitárias levanta questionamentos sobre os desafios enfrentados por essas instituições em termos de governança, financiamento, autonomia e impacto social. Como essas universidades podem garantir sua sustentabilidade em um cenário de crescente competitividade na educação superior? De que maneira a gestão administrativa pode ser aprimorada para fortalecer seu papel na sociedade? Essas questões apontam para a necessidade de uma investigação mais detalhada sobre o tema.

Parte-se da hipótese de que uma gestão universitária eficiente, baseada em princípios de governança participativa e inovação, pode fortalecer as universidades comunitárias, garantindo sua sustentabilidade e ampliando seu impacto social. Outra hipótese considera que a ausência de políticas públicas específicas e de incentivos financeiros adequados compromete a consolidação e o crescimento dessas instituições. Assim, a pesquisa sobre a administração universitária nesse contexto torna-se essencial para compreender as especificidades desse modelo educacional e propor estratégias para seu fortalecimento.

Metodologicamente, o artigo fulcrasse-se em revisão bibliográfica de estudos sobre administração universitária e universidades comunitárias, analisando diferentes perspectivas teóricas e exemplos de boas práticas. A abordagem permite compreender o estado da arte sobre o tema e identificar lacunas que podem ser preenchidas por pesquisas futuras.

Em face disso, o objetivo deste artigo é discutir a relevância da pesquisa sobre a administração universitária no contexto das universidades comunitárias, destacando a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre sua governança, desafios e perspectivas. Além disso, busca-se evidenciar como a produção acadêmica pode contribuir para a formulação de estratégias que garantam a sustentabilidade e a relevância dessas instituições no cenário educacional.

## 2 ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: ORIGEM, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A administração universitária é um campo de estudo que se dedica à organização, gestão e governança das instituições de ensino superior, garantindo seu funcionamento eficiente e alinhado às demandas sociais (Salles; Andrade, 2021). No contexto das universidades comunitárias, essa gestão assume características próprias, pautadas pela autonomia, compromisso social e modelo de governan-

ça participativa.

Compreender a origem dessas instituições e os desafios da administração universitária no cenário contemporâneo é essencial para o fortalecimento de políticas educacionais e o aprimoramento da gestão acadêmica.

As universidades comunitárias surgiram a partir da necessidade de oferecer ensino superior acessível e de qualidade, especialmente em regiões onde as universidades públicas não supriam a demanda existente. No Brasil, esse modelo começou a se consolidar na segunda metade do século XX, com a criação de instituições voltadas para o desenvolvimento regional e a promoção do ensino como um bem público, embora não estatais.

Segundo Sguissardi (2006), essas instituições diferenciam-se das universidades públicas e privadas por adotarem um modelo híbrido, que combina financiamento público e privado, ao mesmo tempo em que preservam uma forte vinculação com a comunidade. Esse caráter comunitário reflete-se na gestão, que busca equilibrar autonomia acadêmica com sustentabilidade financeira.

A administração universitária pode ser definida como o conjunto de práticas e estratégias voltadas para o planejamento, organização e controle das atividades acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior.

A administração, quando aplicada à educação superior, deve colimar fatores como a gestão de recursos humanos, a captação de investimentos e a elaboração de políticas institucionais que garantam a qualidade do ensino e da pesquisa. No caso das universidades comunitárias, essa gestão deve ainda incorporar mecanismos de governança participativa, garantindo que os interesses da sociedade civil estejam representados nas decisões institucionais (Melo; Lima, 2020).

Os modelos de gestão nas instituições de ensino superior variam conforme a estrutura e a natureza da instituição. Em universidades públicas, a gestão é fortemente regulada pelo Estado, com autonomia acadêmica e administrativa garantida pela Constituição Federal (Brasil, 1988). Já as universidades privadas operam sob um regime de mercado, priorizando a sustentabilidade financeira e a captação de alunos. As universidades comunitárias, por sua vez, adotam um modelo de governança mista, combinando financiamento público e privado, além de manterem um caráter filantrópico e uma administração participativa.

De acordo com Oliveira (2018), a eficiência na gestão dessas instituições depende da capacidade de equilibrar a sustentabilidade financeira com a manutenção de sua missão social, o que exige um modelo de governança flexível e transparente.

As tendências na administração universitária contemporânea apontam para a crescente adoção de práticas inovadoras e sustentáveis, alinhadas com as transformações tecnológicas e sociais. O uso de tecnologias digitais na gestão acadêmica tem se tornado cada vez mais presente, otimizando processos administrativos e promovendo a educação a distância.

Ademais disso, a internacionalização das universidades tem impulsionado novas estratégias de gestão, ampliando parcerias e fomentando a pesquisa colaborativa entre diferentes países (Morosini, 2019). Outro aspecto relevante é a adoção de modelos de governança corporativa, que buscam maior eficiência e transparência na administração das instituições de ensino superior (Salles; Andrade, 2021). Essas tendências demonstram a necessidade de adaptação das uni-



versidades comunitárias aos desafios contemporâneos, garantindo sua relevância e impacto social.

Salles e Andrade (2021) ainda enfatizam que a administração universitária desempenha um papel central na consolidação das universidades comunitárias, sendo um campo de estudo essencial para a compreensão e aprimoramento dessas instituições. A busca por modelos de gestão mais eficazes, aliados a práticas inovadoras e sustentáveis, é fundamental para garantir que essas universidades continuem desempenhando sua missão social e acadêmica com excelência.

### **3 A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Segundo Ahlert (2010) as universidades comunitárias no Brasil atuam com um papel singular no cenário educacional, caracterizando-se por sua natureza pública não estatal e por estarem profundamente enraizadas nas comunidades onde atuam. Essas instituições, embora não sejam administradas diretamente pelo Estado, também não operam com fins lucrativos, reinvestindo todos os recursos gerados em suas atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão.

Essa estrutura lhes confere uma posição intermediária entre as universidades públicas e privadas, destacando-se por seu compromisso com o desenvolvimento regional e a inclusão social.

A definição de universidades comunitárias foi formalizada pela Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, que estabelece as diretrizes para sua organização e funcionamento. Conforme a legislação, essas instituições são mantidas por fundações ou associações sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa da sociedade civil, muitas vezes em parceria com o poder público local.

Essa origem comunitária reflete o esforço coletivo de regiões que, diante da ausência ou insuficiência de oferta pública de ensino superior, mobilizaram-se para criar alternativas educacionais acessíveis e de qualidade (Brasil, 2013).

Os princípios que norteiam as universidades comunitárias incluem a gestão participativa, a transparência administrativa e o compromisso com a comunidade. A gestão participativa se manifesta na composição de seus órgãos colegiados, que frequentemente incluem representantes da sociedade civil, do corpo docente, discente e técnico-administrativo, assegurando que as decisões institucionais reflitam os interesses e necessidades da comunidade atendida (Ahlert, 2010).

A transparência administrativa é garantida por meio da prestação de contas regular à sociedade e aos órgãos de controle, reforçando a confiança pública na instituição. O compromisso comunitário, por sua vez, é evidenciado através de projetos de extensão, serviços e pesquisas direcionadas às demandas locais, promovendo o desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões onde estão inseridas (Ahlert, 2010).

Nesse sentido, o papel social e educacional das universidades comunitárias é multifacetado. Além de oferecer cursos de graduação e pós-graduação alinhados às especificidades regionais, essas instituições atuam como polos de inovação e transformação social. Por meio de projetos de extensão, elas levam o conhecimento acadêmico para além dos muros universitários, oferecendo serviços nas áreas de saúde, assistência jurídica, educação e cultura, beneficiando diretamente a população local.

Essas ações fortalecem os laços entre a universidade e a comunidade, criando uma relação de reciprocidade onde ambos se beneficiam e se desenvolvem conjuntamente (Vannucchi, 2011).

Em comparação com outros tipos de instituições de ensino superior, as universidades comunitárias apresentam características distintas. As universidades públicas são mantidas e administradas pelo Estado, oferecendo ensino gratuito e sendo financiadas por recursos públicos. Embora desempenhem um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior, muitas vezes enfrentam desafios relacionados à burocracia e à limitação orçamentária, o que pode restringir sua capacidade de resposta rápida às demandas locais (Ahlert, 2010).

As instituições privadas, por outro lado, são mantidas por entidades particulares e, em sua maioria, operam com fins lucrativos. Elas possuem maior autonomia administrativa e financeira, o que lhes permite flexibilidade para adaptar-se às demandas do mercado.

No entanto, essa orientação mercadológica pode resultar em mensalidades elevadas, tornando o acesso ao ensino superior mais restrito para parcelas significativas da população (Vannucchi, 2011).

As universidades comunitárias, situando-se entre esses dois modelos, combinam aspectos positivos de ambos. Embora cobrem mensalidades para garantir sua sustentabilidade financeira, não visam ao lucro, reinvestindo todos os recursos na melhoria de suas atividades e infraestrutura. Essa prática assegura que os benefícios retornem diretamente à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Ademais disso, sua gestão participativa e a estreita relação com a comunidade local permitem uma maior agilidade na implementação de projetos e cursos que atendam às necessidades específicas da região, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo (Schmidt, 2011).

Contudo, as universidades comunitárias enfrentam desafios significativos. A sustentabilidade financeira é uma preocupação constante, especialmente em contextos econômicos adversos. A competição com instituições privadas de grande porte, muitas vezes respaldadas por robustos investimentos, exige das comunitárias uma constante inovação e aprimoramento de suas práticas de gestão e oferta acadêmica.

A par disso, a busca por reconhecimento e apoio governamental é crucial para a continuidade e expansão de suas atividades, demandando políticas públicas que valorizem e incentivem esse modelo institucional (Morosini; Franco, 2010).

Vannucchi (2011) afirma que, no contexto do panorama educacional brasileiro, as universidades comunitárias oferecem uma alternativa que alia qualidade acadêmica, compromisso social e gestão democrática, de modo que ao equilibrar características das instituições públicas e privadas, elas contribuem de maneira singular para o desenvolvimento regional e para a promoção da inclusão social, reafirmando a educação como um bem público e um direito de todos.

## **4 A NECESSIDADE DE PESQUISA SOBRE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

Conforme analisa Cardoso (2008), a pesquisa acadêmica sobre a administra-

ção das universidades ainda apresenta lacunas significativas, especialmente no que tange à gestão, financiamento, autonomia e impacto social.

A gestão em universidades comunitárias possui especificidades que as diferenciam de outras instituições de ensino superior. Hermany e Juruena (2016) destacam que essas universidades emergiram de movimentos locais, com uma estrutura organizacional que reflete um compromisso moral e social com a comunidade em que estão inseridas. Entretanto, estudos aprofundados sobre os modelos de governança adotados por essas instituições são escassos, o que dificulta a compreensão de suas práticas administrativas e desafios específicos.

Ademais disso, a autonomia universitária é um tema central para o pleno desenvolvimento das funções acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior. No contexto das universidades comunitárias, essa autonomia está intrinsecamente ligada ao modelo de financiamento adotado. Silva e Cru-bellate (2022) argumentam que a dependência de recursos externos pode comprometer a autonomia dessas instituições, influenciando suas decisões estratégicas e operacionais. Portanto, é imperativo investigar como diferentes modelos de financiamento afetam a autonomia e a sustentabilidade das universidades comunitárias.

Outrossim, o impacto social das universidades comunitárias merece destaque. Essas instituições não apenas oferecem educação de qualidade, mas também promovem o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridas. Bittencourt *et al.* (2014) ressaltam que as universidades comunitárias contribuem significativamente para a formação de capital social e para o fortalecimento das comunidades locais. Contudo, há uma carência de estudos que quantifiquem e qualifiquem esse impacto, fornecendo dados concretos sobre os benefícios gerados.

Exemplos de pesquisas relevantes na área incluem o estudo de Amaral (2008), que analisa o processo de autonomia e financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior, oferecendo insights valiosos para as universidades comunitárias.

Ademais disso, a pesquisa de Teixeira (2022) sobre o programa Future-se e suas implicações para a autonomia financeira das universidades federais fornece uma base teórica para compreender os desafios enfrentados pelas instituições comunitárias em contextos de restrição orçamentária.

Bittencourt *et al.* (2014) compreendem que a necessidade de pesquisas sobre as universidades comunitárias é evidente, especialmente nos aspectos relacionados à gestão, financiamento, autonomia e impacto social, além também do papel de atuação delas perante as comunidades.

Ainda, de acordo com os autores, as investigações aprofundadas nesses temas não apenas preencherão lacunas acadêmicas, mas também fornecerão subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais que fortaleçam o papel dessas universidades no desenvolvimento educacional e social do Brasil.

## 5 DISCUSSÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DAS PESQUISAS SOBRE UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

As pesquisas sobre universidades comunitárias são fundamentais para a melhoria da gestão e governança institucional, para a formulação de subsídios a políticas públicas educacionais e para o fortalecimento do papel dessas instituições na sociedade. A administração universitária tem se tornado um campo de estudo cada vez mais relevante, visto que as instituições de ensino superior (IES) desempenham papel crucial no desenvolvimento econômico, social e cultural de suas regiões (Santos; Silva, 2020).

No caso das universidades comunitárias, esse impacto é ainda mais evidente, pois elas combinam princípios de acesso público à educação superior com um modelo de gestão autônomo e sem fins lucrativos (Schneider, 2019).

A melhoria da gestão e governança institucional está no cerne das preocupações acadêmicas e administrativas no contexto das universidades comunitárias. Segundo Souza e Oliveira (2021), a governança dessas instituições exige a conciliação entre transparência, eficiência administrativa e participação da comunidade acadêmica, elementos que são frequentemente negligenciados em pesquisas mais abrangentes sobre administração universitária.

De acordo com o estudo de Mendes (2020), a falta de políticas de governança claras pode comprometer a sustentabilidade financeira dessas instituições, bem como sua capacidade de responder às demandas sociais e acadêmicas. Assim, pesquisas que investiguem a eficiência administrativa e os modelos de governança dessas universidades são essenciais para garantir sua continuidade e impacto social.

Outro aspecto central das pesquisas sobre universidades comunitárias é a geração de subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais. Como aponta Carvalho (2018), as universidades comunitárias enfrentam desafios específicos relacionados ao financiamento, regulação governamental e reconhecimento institucional.

A carência de estudos sistemáticos sobre essas instituições limita a capacidade dos formuladores de políticas públicas de propor soluções eficazes para seus desafios. Nesse sentido, pesquisadores como Almeida e Rocha (2017) destacam a necessidade de estudos empíricos que avaliem os impactos das políticas de financiamento na sustentabilidade das universidades comunitárias e sua contribuição para a inclusão educacional.

A existência de subsídios teóricos e práticos derivados da pesquisa acadêmica pode contribuir para a elaboração de estratégias que assegurem a continuidade dessas instituições sem comprometer sua identidade e missão.

O fortalecimento do papel das universidades comunitárias na sociedade também se configura como um benefício direto das pesquisas sobre sua administração. Segundo Lima (2021), essas instituições desempenham papel essencial na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento de projetos de extensão que beneficiam suas comunidades.

No entanto, a ausência de investigações acadêmicas sobre seu funcionamento limita a capacidade de aprimoramento das suas práticas institucionais. Para Santos e Barbosa (2022), a produção de conhecimento sobre as universida-



des comunitárias pode contribuir para o reconhecimento da sua relevância por parte da sociedade e das autoridades públicas, promovendo maior integração entre academia e comunidade.

Destarte, as pesquisas podem subsidiar a definição de estratégias que maximizem o impacto social dessas universidades, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento regional.

Destarte, a produção acadêmica sobre a administração universitária nas universidades comunitárias é imprescindível para aprimorar sua gestão, influenciar políticas públicas e consolidar sua relevância social. Almeida e Rocha (2017) apontam que os desafios enfrentados por essas instituições requerem uma base sólida de conhecimento acadêmico que permita a elaboração de soluções sustentáveis e inovadoras, ou seja, que permita, assim, incentivar a pesquisa nesse campo como uma estratégia essencial para garantir que as universidades comunitárias continuem a desempenhar sua missão social e academicamente relevante.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a administração universitária em universidades comunitárias revela-se fundamental para compreender os desafios e oportunidades dessas instituições. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a melhoria da gestão e governança, o fornecimento de subsídios para políticas públicas e o fortalecimento do papel dessas universidades na sociedade são pontos centrais a serem abordados.

A produção acadêmica pode contribuir significativamente para a elaboração de estratégias que promovam sua sustentabilidade e relevância.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigações mais aprofundadas sobre os modelos de financiamento dessas instituições, a efetividade das políticas de inclusão acadêmica e o impacto de suas atividades de extensão na comunidade.

A par disso, será relevante analisar como a tecnologia pode otimizar a gestão e ampliar a capilaridade dessas universidades no acesso ao ensino superior.

O aprofundamento acadêmico nesse campo traz impactos positivos tanto para a própria gestão universitária quanto para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

Em epítome, o incentivo à pesquisa sobre universidades comunitárias deve ser fortalecido, contribuindo para sua perenidade e sua função social na educação superior brasileira.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvorí. Interfaces entre o público e o privado no ensino superior: olhares prospectivos sobre a educação comunitária pública não-estatal de identidade luterana no Brasil. *Revista História de la Educación Latinoamericana*, v. 15, p. 39-62, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3618418.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ALMEIDA, J.; ROCHA, M. Políticas de financiamento e a sustentabilidade das universidades comunitárias. *Revista de Administração Educacional*, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2017.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. *Avaliação: Re-*

*vista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 13, n. 2, p. 439-461, 2008.

BITTENCOURT, Hélio Radke; RODRIGUES, Alziro César de Moraes; CASARTELLI, Alam de Oliveira; MORAES, Gustavo Inácio de; GUERRA, Gabriela Ludwig. Instituições de ensino superior comunitárias: questões atuais. *Redes*, v. 19, n. 3, p. 248-269, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm). Acesso em: 24 fev. 2025.

CARVALHO, P. O financiamento das universidades comunitárias no Brasil: desafios e perspectivas. *Educação e Sociedade*, v. 39, n. 142, p. 321-340, 2018.

HERMANY, Ricardo; JURUENA, Cynthia Gruending. As universidades comunitárias e a sua relação com o fortalecimento da esfera local. *Revista Técnica CNM*, p. 119-135, 2016. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/biblioteca/As%20universidades%20comunit%C3%A1rias%20e%20a%20sua%20rela%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20fortalecimento%20da%20esfera%20local.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LIMA, R. A extensão universitária como ferramenta de desenvolvimento regional: o caso das universidades comunitárias. *Revista Brasileira de Educação Superior*, v. 6, n. 1, p. 78-95, 2021.

MELO, Ricardo; LIMA, Marília. *Gestão participativa e autonomia acadêmica nas universidades comunitárias*. São Paulo: Educ, 2020.

MENDES, C. Governança e sustentabilidade em universidades comunitárias: desafios e oportunidades. *Estudos em Administração Pública*, v. 11, n. 3, p. 210-230, 2020.

MOROSINI, Marília. *Educação superior: tendências e desafios no século XXI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

MOROSINI, Marília; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Universidades comunitárias e sustentabilidade: desafio em tempos de globalização. *Educação em Revista*, v. 26, n. 3, p. 13-36, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/mnVSxpkvfFZBKmkMmp4T6hg/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

OLIVEIRA, Cláudio. *Governança e sustentabilidade financeira em universidades comunitárias*. Florianópolis: Insular, 2018.

SALLES, Renato; ANDRADE, Patrícia. *Governança e inovação na gestão universitária*. Brasília: UnB, 2021.

SANTOS, E.; BARBOSA, L. A relevância social das universidades comunitárias e sua inserção no desenvolvimento local. *Cadernos de Administração Pública*, v. 8, n. 4, p. 99-115, 2022.

SANTOS, M.; SILVA, A. Administração universitária e desafios contemporâneos. *Revista de Políticas Educacionais*, v. 10, n. 1, p. 23-41, 2020.

SCHMIDT, João Pedro. O caráter público não-estatal da universidade comunitária: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Superior*, v. 7, n. 1, p. 45-60, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/322681182\\_As\\_Universidades\\_Comunitarias\\_e\\_a\\_sua\\_Relacao\\_com\\_o\\_Fortalecimento\\_da\\_Esfera\\_Local](https://www.researchgate.net/publication/322681182_As_Universidades_Comunitarias_e_a_sua_Relacao_com_o_Fortalecimento_da_Esfera_Local). Acesso em: 24 fev. 2025.

SCHNEIDER, F. As universidades comunitárias no Brasil: uma análise crítica de sua atuação. *Educação e Política*, v. 7, n. 2, p. 56-73, 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidades comunitárias e a reforma da educação superior no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, Thaís Alves da; CRUBELLATE, João Marcelo. Efeitos do modelo de financiamento na autonomia das universidades públicas: análise sob o enfoque institucional. *REAd: Revista Eletrônica de Administração*, v. 28, n. 1, p. 33-63, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/360489439\\_EFEITOS\\_DO\\_MODELO\\_DE\\_FINANCIAMENTO\\_NA\\_AUTONOMIA\\_DAS\\_UNIVERSIDADES\\_PUBLICAS\\_ANALISE\\_SOB\\_O\\_ENFOQUE\\_INSTITUCIONAL](https://www.researchgate.net/publication/360489439_EFEITOS_DO_MODELO_DE_FINANCIAMENTO_NA_AUTONOMIA_DAS_UNIVERSIDADES_PUBLICAS_ANALISE_SOB_O_ENFOQUE_INSTITUCIONAL). Acesso em: 24 fev. 2025.

SOUZA, R.; OLIVEIRA, J. Transparência e gestão participativa em universidades comunitárias. *Revista de Gestão Educacional*, v. 12, n. 3, p. 135-152, 2021.

TEIXEIRA, Carlos Fabricio Domingues. Financiamento e autonomia de gestão financeira das universidades federais: uma análise do programa Future-se. *FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação*, v. 12, n. 20, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/download/110515/85088/528093>. Acesso em: 23 fev. 2025.

VANNUCCHI, Aldo. Universidade comunitária: uma alternativa de educação superior. *Revista de Educação*, v. 1, n. 2, p. 30-35, 2011 ; Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 603-623, 2013.



# ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A EXTENSÃO: COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

UNIVERSITY ADMINISTRATION AND EXTENSION:  
COMMITMENT TO SOCIO-ECONOMIC  
DEVELOPMENT





**RESUMO:** O artigo analisa o papel da administração universitária no fortalecimento da extensão como instrumento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico no Brasil. A partir de uma revisão bibliográfica, são destacadas as contribuições da extensão universitária em diferentes dimensões, como a inclusão social, a inovação, a capacitação educacional e o fortalecimento econômico de comunidades. Estudos de caso de instituições brasileiras, como a UFMG, UFBA e UFPA, evidenciam boas práticas e impactos significativos dessas ações nas comunidades atendidas. Além disso, o estudo apresenta os principais desafios para a consolidação da extensão como uma prática institucional integrada e aponta a necessidade de um planejamento estratégico que alinhe a gestão universitária às demandas regionais. Como contribuições, o artigo oferece subsídios para gestores universitários e políticas públicas, além de sugerir futuras pesquisas sobre indicadores de impacto e o uso de tecnologias digitais para potencializar a extensão. Por fim, compreende-se que o trabalho reafirma a importância da extensão como parte indissociável da missão das Instituições de Ensino Superior, destacando seu papel transformador na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Administração universitária; Extensão universitária; Desenvolvimento socioeconômico; Instituições de Ensino Superior - Brasil.

**ABSTRACT:** This article analyzes the role of university administration in strengthening extension programs as a strategic instrument for socioeconomic development in Brazil. Based on a literature review, the contributions of university extension programs in different dimensions are highlighted, such as social inclusion, innovation, educational training, and the economic strengthening of communities. Case studies from Brazilian institutions, such as UFMG, UFBA, and UFPA, demonstrate good practices and significant impacts of these actions on the communities served. In addition, the study presents the main challenges for consolidating extension programs as an integrated institutional practice and points to the need for strategic planning that aligns university management with regional demands. As contributions, the article offers support for university managers and public policies, as well as suggesting future research on impact indicators and the use of digital technologies to enhance extension programs. Finally, it is understood that the work reaffirms the importance of extension programs as an inseparable part of the mission of Higher Education Institutions, highlighting their transformative role in Brazilian society.

**Keywords:** University administration; University extension; Socioeconomic development; Higher Education Institutions - Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

A administração universitária, ao longo das últimas décadas, tem se tornado um dos pilares para o fortalecimento das instituições de ensino superior, principalmente no que se refere à implementação e ao gerenciamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária, por sua vez, representa uma prática essencial para aproximar o conhecimento acadêmico das demandas sociais e comunitárias, ampliando a contribuição das universidades para o desenvolvimento socioeconômico de uma região ou país. Nesse contexto, o compromisso da administração universitária com a extensão se revela como um fator estratégico para promover a transformação social, econômica e cultural, alinhando o ambiente acadêmico com as necessidades da sociedade.

A relevância do tema está em sua capacidade de destacar como a gestão das universidades, quando bem estruturada e comprometida, pode impulsionar a extensão como ferramenta de impacto positivo na sociedade. Ao promover ações de extensão eficazes, as universidades disseminam o conhecimento e colaboram para a solução de problemas locais, contribuindo com inovação, capacitação profissional e inclusão social. Em um cenário onde as instituições de ensino superior são cada vez mais cobradas a justificar seu papel na sociedade, compreender essa relação se torna fundamental para o aprimoramento das políticas educacionais e de gestão universitária.

A justificação para a realização deste estudo se fundamenta na crescente necessidade de integrar a administração universitária com a extensão, visando não a excelência acadêmica e o cumprimento do compromisso profundo com o desenvolvimento de competências que atendam às demandas socioeconômicas.

O repto das universidades consiste em criar um ambiente em que a administração não se restrinja apenas à gestão interna, mas que se estenda ao fortalecimento de ações que impactem positivamente as comunidades ao redor, com foco na solução de questões locais e regionais. Nesse contexto, o compromisso da administração universitária com a extensão assume um papel de protagonismo no desenvolvimento socioeconômico.

Destarte, o problema central da pesquisa está em compreender como a administração universitária pode ser estruturada para promover e fortalecer as práticas de extensão que gerem impacto significativo no desenvolvimento socioeconômico de uma região. Assim, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: “De que maneira a administração universitária pode fomentar a extensão universitária como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento socioeconômico?”

A metodologia adotada será a revisão bibliográfica, que consiste na análise e discussão crítica de estudos e pesquisas previamente realizados sobre o tema. Essa abordagem permitirá um mapeamento das principais contribuições acadêmicas e práticas no campo da administração universitária e sua interface com a extensão, além de identificar lacunas e possibilidades de melhorias nas políticas públicas e nas estratégias de gestão.

A revisão será conduzida a partir de fontes científicas, como artigos, livros, dissertações, teses e relatórios institucionais, buscando compreender a evolução do conceito e da prática da extensão nas universidades, bem como seu impacto no desenvolvimento socioeconômico.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar a importância do com-

promisso da administração universitária com a extensão, destacando suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, o estudo se propõe a mapear as principais práticas de administração universitária voltadas para a extensão, identificar os impactos da extensão universitária no desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas, discutir os desafios e as oportunidades para uma maior integração entre administração universitária e extensão, e, por fim, propor sugestões para o fortalecimento do compromisso universitário com a extensão no contexto de gestão institucional.

Destarte, o artigo visa oferecer uma reflexão crítica e embasada sobre como as universidades, por meio de uma administração eficaz, podem contribuir de maneira mais efetiva para o desenvolvimento socioeconômico, consolidando a extensão como um componente essencial da missão universitária.

## **2 ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: ORIGEM E PAPEL SOCIAL**

A administração universitária pode ser definida como o conjunto de práticas e processos envolvidos na gestão das atividades de uma instituição de ensino superior. Seu objetivo é garantir a eficiência e eficácia na execução de funções acadêmicas e administrativas, criando um ambiente propício para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Mello (2018), a administração universitária é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas da instituição, coordenando recursos humanos, financeiros e materiais, e assegurando que os objetivos acadêmicos e sociais sejam atingidos de forma alinhada e integrada.

A origem da administração universitária remonta aos primeiros modelos de gestão educacional na Europa medieval, com as universidades mais antigas, como a de Bolonha (fundada no século XI), que já contavam com uma estrutura administrativa para coordenar seus processos internos e externos.

No Brasil, a administração universitária começa a tomar forma mais claramente no início do século XX, com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, que estabeleceu um modelo de gestão mais sistematizado para lidar com a complexidade das atividades acadêmicas. De acordo com Cunha (2014), a administração universitária brasileira evoluiu com o curso do tempo, especialmente após a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na década de 1930, que centralizou a política educacional e incentivou a expansão das universidades no país.

No contexto social e econômico, a universidade tem a responsabilidade de promover não apenas a formação acadêmica de seus alunos, mas também o desenvolvimento cultural, científico e econômico da sociedade.

A universidade deve atuar como um agente transformador, colaborando com a comunidade ao seu redor por meio da pesquisa aplicada, da extensão e da capacitação profissional. Santos (2017) destaca que a responsabilidade social das universidades se estende além da formação de profissionais qualificados, devendo incluir a contribuição para a solução de problemas sociais, a promoção da inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

A administração universitária deve estar alinhada aos três pilares que sustentam a função das universidades: ensino, pesquisa e extensão. O ensino deve ser conduzido de maneira a fornecer aos alunos um aprendizado crítico e de alta

qualidade. A pesquisa deve buscar não apenas o avanço do conhecimento, mas também a aplicação desse conhecimento para atender às necessidades sociais. Por fim, a extensão é o elo entre a academia e a comunidade, permitindo que o conhecimento gerado dentro da universidade seja levado à sociedade de forma prática e direta. Segundo Lima (2015), o alinhamento entre esses três pilares é essencial para que a universidade cumpra seu papel social e econômico, formando cidadãos conscientes e preparados para atuar em diversos contextos.

Nesse sentido, Santos (2017) compreende que a administração universitária possui forte atuação na integração desses três componentes, criando uma estrutura organizacional que facilite a realização das atividades acadêmicas e sociais de maneira integrada e eficiente. O compromisso da administração universitária com esses aspectos garante que as universidades não sejam apenas espaços de produção de conhecimento, mas também de transformação social e econômica, cumprindo seu papel na sociedade contemporânea.

### **3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

A extensão universitária pode ser compreendida como uma das dimensões fundamentais do ensino superior, ao lado do ensino e da pesquisa, com o objetivo de promover a interação entre as universidades e a sociedade. Esse conceito é definido como a ponte que conecta o saber acadêmico às demandas sociais, proporcionando o intercâmbio de conhecimento e experiências que enriquecem tanto o ambiente universitário quanto as comunidades atendidas.

De acordo com Freire (1983), a extensão é um processo educativo em que o conhecimento não é transmitido de forma hierárquica, mas construído de maneira colaborativa, envolvendo universidade e sociedade em um movimento dialógico e transformador.

A origem da extensão universitária remonta ao século XIX, na Inglaterra, quando as universidades buscaram democratizar o acesso ao conhecimento, estendendo suas atividades para além de seus muros, principalmente em comunidades rurais e trabalhadores urbanos. Esse movimento ganhou força no Brasil a partir do início do século XX, com iniciativas voltadas para a educação popular e a inclusão social. Contudo, foi na década de 1960, durante a Reforma Universitária, que a extensão foi institucionalizada como um dos pilares da educação superior brasileiro, consolidando-se como um instrumento estratégico para a democratização do conhecimento e a transformação social (Santos, 2003).

No Brasil, a trajetória da extensão universitária é marcada por marcos históricos e políticas públicas que fortaleceram seu papel. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reafirmando o compromisso das universidades públicas com a sociedade.

Ademais disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) inclui metas específicas para ampliar e diversificar as ações de extensão, especialmente em regiões vulneráveis e de difícil acesso. Tais medidas contribuíram para consolidar a extensão como uma prática essencial para o cumprimento da função social das universidades (Brasil, 1988; Brasil, 2014).



Os impactos da extensão universitária em comunidades vulneráveis e na promoção do desenvolvimento regional são amplamente reconhecidos, como programas e projetos de extensão têm atuado na redução de desigualdades sociais, promovendo acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e capacitação profissional (Marques; Soares, 2017).

Por meio de ações voltadas para as necessidades locais, a extensão contribui para o empoderamento das comunidades, fortalecendo sua autonomia e sua capacidade de buscar soluções para seus próprios problemas. Estudos mostram que iniciativas de extensão têm gerado benefícios concretos, como a melhoria das condições de vida, a valorização da cultura local e o estímulo à economia regional (Marques; Soares, 2017).

Além disso, conforme compreende Marques e Soares (2017), a extensão universitária beneficia as comunidades atendidas e enriquece o processo formativo dos estudantes, proporcionando-lhes experiências práticas e o desenvolvimento de competências como empatia, trabalho em equipe e compromisso social. Dessa forma, a extensão se revela um instrumento de transformação socioeconômica, capaz de alinhar o conhecimento acadêmico com as demandas reais da sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Por conseguinte, com base em Freire (1983) a extensão universitária transcende o papel de uma atividade complementar e se firma como um elemento indispensável da missão universitária. Seu impacto vai além da transmissão de conhecimento, promovendo a transformação das realidades sociais e a consolidação do papel das universidades como agentes de desenvolvimento e inclusão social.

## **4 INTER-RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA E EXTENSÃO**

A inter-relação entre a administração universitária e a extensão é fundamental para consolidar o papel social das universidades como agentes de transformação. Almeida e Lima (2019) observam que a extensão universitária tem o potencial de fomentar a extensão por meio do desenvolvimento de políticas institucionais que incentivem a integração entre ensino, pesquisa e ações extensionistas.

De acordo com Lemos (2019), a implementação de estratégias administrativas que priorizem a extensão como parte da missão universitária possibilita que essas instituições promovam impactos sociais significativos.

Nesse sentido, Lemos (2019) afirma que a gestão pode atuar na alocação de recursos financeiros, no planejamento estratégico de programas extensionistas e na capacitação de professores e alunos para o engajamento em projetos que atendam às necessidades das comunidades. As práticas exitosas de gestão e extensão colaborativa demonstram que, quando bem estruturadas, essas ações resultam em benefícios mútuos para a universidade e a sociedade.

O Programa de Educação Tutorial (PET), citado por Silva e Oliveira (2020), é um caso de sucesso que incentiva a articulação entre teoria e prática em projetos extensionistas realizados por estudantes sob a supervisão de docentes. Ou-

tro caso relevante é o Programa Universidade para Todos (ProUni), analisado por Santos e Souza (2021), que, além de oferecer acesso à educação superior, promove atividades extensionistas direcionadas às comunidades carentes, ampliando o impacto social da universidade.

Entretanto, a integração entre administração universitária e extensão enfrenta uma série de obstáculos e desafios. Um dos principais entraves é a falta de financiamento adequado para projetos extensionistas, o que limita sua abrangência e continuidade. Conforme apontado por Ferreira (2018), a extensão é frequentemente vista como secundária em relação ao ensino e à pesquisa, recebendo menor prioridade nos orçamentos institucionais.

Ademais disso, há desafios relacionados à resistência de parte dos gestores e docentes em compreender a extensão como um elemento central da missão universitária, o que dificulta sua inclusão no planejamento estratégico das instituições.

Para Almeida e Lima (2019), existe uma dificuldade de estabelecer indicadores claros de avaliação dos impactos das ações extensionistas, o que prejudica a visibilidade e o reconhecimento dessas iniciativas. Apesar dessas dificuldades, a inter-relação entre administração universitária e extensão pode ser fortalecida por meio de políticas públicas e institucionais que promovam maior integração (Lemos, 2019).

Conforme Ferreira (2018), De acordo com Almeida e Lima (2019) as universidades precisam incentivar a participação de todos os setores da universidade no planejamento e execução das atividades de extensão, além de criar parcerias com o setor público e privado, são estratégias que podem mitigar os desafios existentes. Assim, a administração universitária desempenha um papel crucial na transformação da extensão em uma ferramenta estratégica para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

## **5 CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICA: A IES NO BRASIL**

Como ressaltado ao longo deste estudo, a extensão universitária assume um papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico, funcionando como uma ponte entre o conhecimento produzido nas IES e as demandas da sociedade. Essa prática permite que as universidades extrapolem os limites de seus campi, promovendo ações voltadas para a solução de problemas sociais, a capacitação profissional e o fortalecimento da cidadania (Ferreira; Silva; Carvalho, 2018).

No Brasil, a extensão universitária tem se consolidado como um componente indispensável na missão das IES, especialmente no enfrentamento das desigualdades sociais e no estímulo ao desenvolvimento regional sustentável.

Entre as principais contribuições da extensão universitária, destaca-se a capacitação de comunidades para enfrentar desafios locais, como o combate à pobreza, o acesso à saúde e a educação de qualidade. As ações extensionistas promovem o fortalecimento do capital humano, contribuindo para a formação de indivíduos mais qualificados e preparados para o mercado de trabalho. Estudos de caso têm demonstrado como essas iniciativas impactam positivamente as comunidades atendidas.

Os indicadores de impacto da extensão universitária revelam efeitos positivos em diversos contextos. No âmbito educacional, as ações extensionistas aumentam o acesso ao conhecimento, proporcionando oportunidades de formação continuada e capacitação técnica para populações que não teriam acesso a esses recursos.

No contexto social, a extensão promove inclusão e redução das desigualdades, como observado em programas de alfabetização de jovens e adultos e ações de promoção da saúde pública (Freire; Costa, 2021). No campo econômico, a extensão é um catalisador do empreendedorismo e da inovação, incentivando pequenos negócios e fortalecendo cadeias produtivas locais.

Segundo estudos de Lima e Pereira (2020), ações extensionistas voltadas para o cooperativismo rural, realizadas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), aumentaram a produtividade e a renda de agricultores familiares, demonstrando como a extensão pode atuar como ferramenta de desenvolvimento econômico.

As universidades, nesse contexto, assumem o papel de agentes transformadores, principalmente por meio de suas atividades extensionistas, elas não apenas disseminam o conhecimento acadêmico, mas também o aplicam em soluções práticas para problemas concretos (Lima; Pereira, 2020).

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é essencial para garantir que as universidades cumpram sua função social, contribuindo para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Segundo Freire e Costa (2021), a extensão universitária é uma prática que promove a interação dialógica entre a universidade e a comunidade, fortalecendo a troca de saberes e a formação de cidadãos mais críticos e comprometidos.

No Brasil, há diversos exemplos de IES que se destacam por suas iniciativas de extensão universitária voltadas para a melhoria socioeconômica.). Esses casos evidenciam a capacidade das IES de atuar como motores do desenvolvimento regional, adaptando suas ações às realidades locais e gerando impactos significativos na sociedade.

Souza, Mendes e Ribeiro (2019) destacam que as contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento socioeconômico vão além de seus resultados imediatos, tendo em vista que elas promovem mudanças estruturais em comunidades, gerando um legado de desenvolvimento sustentável e empoderamento social. Elas são agentes ativos no enfrentamento das desigualdades atuando na promoção de oportunidades, as IES brasileiras reforçam seu compromisso com sociedade, consolidando a extensão como uma prática indispensável na transformação do país.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo reforçam o papel central da extensão universitária como um instrumento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente no contexto brasileiro. A análise evidenciou que a administração universitária, quando comprometida com a extensão, pode gerar impactos significativos em diversas dimensões, como a educação, a inclusão social, a inovação e o fortalecimento econômico de comunidades vulneráveis.

Por meio de exemplos concretos, como os programas promovidos por instituições, ficou claro que a extensão universitária vai além de uma atividade complementar, configurando-se como um mecanismo essencial para a transformação social e o cumprimento da missão pública das universidades.

Pode-se então depreender que este estudo contribui para a área ao destacar a importância de um planejamento estratégico voltado para a integração efetiva entre administração universitária e extensão.

Ao ressaltar as evidências de impacto e apresentar estudos de caso que ilustram boas práticas, este trabalho oferece subsídios tanto para gestores universitários quanto para formuladores de políticas públicas interessadas em fortalecer as IES como agentes de desenvolvimento regional.

Ademais disso, ao mapear os reptos e as potencialidades da extensão, o estudo também contribui para ampliar o debate sobre as possibilidades de inovação no campo da gestão universitária.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos empíricos que aprofundem a análise de indicadores de impacto da extensão em diferentes contextos, incluindo variáveis como sustentabilidade, inclusão e equidade. Também seria pertinente investigar como as tecnologias digitais podem potencializar as ações de extensão universitária, ampliando seu alcance e efetividade. No campo das implicações práticas, sugere-se que as universidades brasileiras invistam na formação de gestores capazes de articular políticas de extensão alinhadas às demandas locais e regionais, promovendo uma cultura institucional que reconheça e valorize a extensão como parte indissociável da missão acadêmica.

Em epítome, o fortalecimento da extensão universitária exige um esforço conjunto entre as universidades, a sociedade e o poder público.

Por final, somente com o reconhecimento de sua relevância e com a alocação adequada de recursos será possível consolidar a extensão como uma força motriz para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, reafirmando o compromisso das IES com a transformação da realidade social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R.; LIMA, P. R. Desafios da extensão universitária no Brasil: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação Superior*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 215-233, 2019.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- CUNHA, L. A. *Administração universitária: o papel das universidades no desenvolvimento social e econômico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- FERREIRA, M. S. A relevância da extensão universitária na construção do conhecimento socialmente referenciado. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 3, p. 45-61, 2018.
- FERREIRA, A. L.; SILVA, M. R.; CARVALHO, P. S. Projeto Saúde Ribeirinha: uma experiência interdisciplinar na Amazônia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 16, n. 1, p. 45-59, 2018.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, M. T.; COSTA, R. P. Extensão universitária como prática transformadora: reflexões sobre a



- interação universidade-comunidade. *educação e sociedade*, v. 42, n. 4, p. 102-120, 2021.
- LEMOS, A. P. Gestão universitária e compromisso social: o papel da extensão no século XXI. *Cadernos de Administração*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 112-130, 2019.
- LIMA, M. D. *Ensino, pesquisa e extensão: o papel das universidades no desenvolvimento social*. São Paulo: Editora Atlas, 2015.
- LIMA, F. A.; PEREIRA, J. A. Cooperativismo e extensão universitária: impactos econômicos e sociais no meio rural. *Ciência Rural*, v. 50, n. 2, p. e20200030, 2020.
- MARQUES, Marcelo; SOARES, Ana Paula. Extensão universitária e desenvolvimento regional: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2017.
- MELO, R. D. *Gestão universitária: teoria e prática na administração das instituições de ensino superior*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SANTOS, M. R. *A universidade e seu compromisso com a sociedade: desafios e responsabilidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- SANTOS, T. F.; SOUZA, R. A. Extensão universitária como ferramenta de inclusão social: uma análise do ProUni. *Revista de Políticas Educacionais*, Salvador, v. 16, n. 4, p. 89-105, 2021.
- SANTOS, A. M.; OLIVEIRA, J. R.; BARROS, L. Programa Viva Bairro: a extensão universitária como ponte para a inclusão social. *Cadernos de Extensão*, v. 18, n. 2, p. 33-46, 2020.
- SILVA, C. R.; OLIVEIRA, L. F. A prática extensionista no PET: desafios e potencialidades. *Educação em Foco*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 198-216, 2020.
- SOUZA, V. M.; MENDES, A. C.; RIBEIRO, T. Polos de Cidadania: uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão para o fortalecimento da cidadania. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 9, n. 3, p. 87-105, 2019.

# UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: PREMÊNCIA DO NÚCLEO DE CONTROLE SOCIAL

COMMUNITY UNIVERSITY: THE URGENCY OF THE  
SOCIAL CONTROL CENTER





**RESUMO:** O presente artigo discute a premência da institucionalização do Núcleo de Controle Social (NCS) nas universidades comunitárias brasileiras, compreendendo-o como instância estratégica para o fortalecimento da gestão democrática, da transparência e da responsabilidade social. As universidades comunitárias, por sua natureza pública não estatal, ocupam papel singular no cenário educacional, ao articularem ensino, pesquisa e extensão com foco no desenvolvimento regional e na inclusão social. Nesse contexto, o controle social assume uma dimensão pedagógica e política, sendo entendido não apenas como mecanismo de fiscalização, mas como exercício cidadão de corresponsabilidade na formulação, acompanhamento e avaliação das ações institucionais. O artigo se fundamenta em referenciais teóricos clássicos e em estudos contemporâneos sobre democracia participativa, governança pública e gestão universitária. Argumenta-se que o NCS pode gerar impactos significativos na cultura organizacional, favorecendo práticas colaborativas, processos decisórios mais legítimos e a valorização da escuta ativa da comunidade. Conclui-se que a implantação do NCS representa um avanço no compromisso das universidades comunitárias com a justiça social, contribuindo para a construção de uma universidade mais ética, inclusiva e conectada com os anseios da sociedade.

**Palavras-chave:** universidade comunitária; controle social; participação cidadã; gestão democrática; responsabilidade social.

**ABSTRACT:** This article discusses the urgency of institutionalizing the Social Control Unit (NCS) in Brazilian community universities, viewing it as a strategic mechanism for strengthening democratic management, transparency, and social responsibility. Community universities, by their non-state public nature, play a unique role in the educational landscape by integrating teaching, research, and extension with a focus on regional development and social inclusion. In this context, social control takes on a pedagogical and political dimension, being understood not merely as a tool for oversight, but as a civic exercise of shared responsibility in the formulation, monitoring, and evaluation of institutional actions. The article is grounded in classical theoretical frameworks and contemporary studies on participatory democracy, public governance, and university management. It argues that the NCS can produce significant impacts on organizational culture, fostering collaborative practices, more legitimate decision-making processes, and valuing the active voice of the community. The article concludes that implementing the NCS is a key step in reinforcing the commitment of community universities to social justice, contributing to the construction of a more ethical, inclusive university that is attuned to the needs and aspirations of society.

**Keywords:** community university; social control; civic participation; democratic management; social responsibility.

## 1 INTRODUÇÃO

As universidades comunitárias representam um modelo singular no cenário educacional brasileiro, destacando-se pelo compromisso com a inclusão social, o desenvolvimento regional e a promoção da cidadania. Diferentemente das instituições públicas estatais e das privadas com fins lucrativos, essas universidades surgem de iniciativas da própria sociedade civil e têm, em seu cerne, a missão de servir à comunidade local, não apenas como centros de ensino e pesquisa, mas como agentes ativos na transformação social. Essa especificidade exige, por parte dessas instituições, uma gestão pautada pela transparência, pela participação e pela corresponsabilidade social. Nesse sentido, o fortalecimento de mecanismos de controle social torna-se não apenas necessário, mas urgente.

O conceito de controle social está diretamente relacionado à possibilidade de os cidadãos acompanharem, influenciarem e avaliarem as ações das instituições públicas e comunitárias. No contexto das universidades comunitárias, esse controle se traduz em instâncias institucionais que favoreçam o diálogo permanente entre a gestão universitária e os diversos segmentos que compõem sua base social: estudantes, professores, técnicos administrativos e a comunidade em geral. Trata-se de um modelo de governança que valoriza a democracia participativa e rompe com lógicas centralizadoras e tecnocráticas ainda presentes em muitas gestões universitárias.

No entanto, mesmo com uma missão voltada à comunidade e ao bem público, muitas universidades comunitárias ainda carecem de instrumentos concretos e institucionalizados de controle social. Em muitos casos, os processos decisórios são restritos a esferas administrativas, sem ampla participação da comunidade acadêmica e externa. Essa lacuna compromete a legitimidade das ações institucionais, fragiliza a confiança da sociedade na universidade e pode resultar em práticas de gestão pouco transparentes. Nesse contexto, a criação de um Núcleo de Controle Social se apresenta como um caminho estratégico para consolidar a vocação democrática dessas instituições e fortalecer sua responsabilidade pública.

O Núcleo de Controle Social (NCS), tal como proposto neste estudo, deve funcionar como um espaço institucionalizado de escuta, participação e deliberação, permitindo que os diferentes atores envolvidos com a universidade possam acompanhar as decisões, propor encaminhamentos e contribuir para a construção de uma universidade mais coerente com seus princípios fundacionais. Sua implementação pode representar um avanço significativo na busca por uma gestão universitária mais aberta, ética e comprometida com a transformação social. Ao atuar de maneira articulada com os conselhos universitários, ouvidorias e demais espaços colegiados, esse núcleo pode se tornar um catalisador de práticas inovadoras de governança, capazes de fortalecer o vínculo entre a universidade e a sociedade.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir a importância e a premência da criação de Núcleos de Controle Social nas universidades comunitárias brasileiras. Para tanto, parte-se de uma revisão teórica sobre a natureza dessas instituições e os fundamentos do controle social, abordando também experiências correlatas de participação cidadã na gestão pública e comunitária. A partir disso, propõe-se um modelo estruturado para a implantação do Núcleo, considerando seus princípios, funções, desafios e potencial transformador. O ar-



tigo ainda se debruça sobre os impactos que esse mecanismo pode gerar no fortalecimento da identidade comunitária e democrática da universidade.

A reflexão aqui proposta não se limita à dimensão institucional, mas busca provocar um debate mais amplo sobre o papel social das universidades no século XXI e sobre os caminhos possíveis para uma educação superior mais participativa, justa e transparente. A constituição de um Núcleo de Controle Social nas universidades comunitárias, portanto, deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo de democratização das instituições educacionais, condição indispensável para o avanço da cidadania e do desenvolvimento sustentável em contextos marcados por desigualdades históricas e desafios estruturais.

## **2 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: FUNDAMENTOS E MISSÃO SOCIAL**

As universidades comunitárias constituem um segmento particular do ensino superior brasileiro, com características que as distinguem das universidades públicas federais e estaduais, bem como das instituições privadas com fins lucrativos. A origem das universidades comunitárias está enraizada no protagonismo da sociedade civil organizada, que, desde meados do século XX, passou a assumir o papel de fundadora e mantenedora dessas instituições, visando atender às demandas educacionais locais e regionais, muitas vezes negligenciadas pelo Estado (Gomes, 2008).

No Brasil, o termo “universidade comunitária” foi oficialmente reconhecido na legislação a partir da década de 1990, especialmente com a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Essas instituições são caracterizadas pelo regime de autogestão, pela manutenção pela iniciativa privada sem fins lucrativos, e pelo compromisso com a prestação de serviços sociais à comunidade, sobretudo em áreas periféricas e com menor acesso à educação superior pública (Brasil, 1996).

O conceito de universidade comunitária está intimamente ligado à ideia de compromisso social, definindo-se como uma instituição que não apenas oferta ensino, mas que tem uma missão social explícita de atuar em prol do desenvolvimento regional e da inclusão social. Santos (2007) enfatiza que a universidade deve ser um agente de transformação social, atuando para além dos muros acadêmicos e contribuindo para a emancipação da sociedade. A universidade comunitária, nesse sentido, reafirma a função social da educação superior ao priorizar ações que dialoguem com as demandas locais e promovam a cidadania.

A missão social das universidades comunitárias também está relacionada à democratização do acesso à educação superior. Conforme demonstra Gohn (2009), essas instituições muitas vezes suprem lacunas deixadas pelo ensino público, facilitando a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como jovens de baixa renda, populações indígenas e comunidades rurais. Essa missão educacional se amplia quando a universidade passa a oferecer projetos extensionistas e serviços comunitários, fomentando a integração entre academia e sociedade, o que fortalece a legitimidade social dessas instituições.

Ademais, as universidades comunitárias se configuram como espaços que promovem a formação integral do sujeito, combinando ensino, pesquisa e exten-

são. Para Cantarelli (2011), essa tríade é fundamental para que a universidade possa cumprir sua função social e contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões onde está inserida. A dimensão extensionista, em particular, torna-se um canal privilegiado para a participação comunitária, facilitando a troca de saberes entre a universidade e a população local, em consonância com os princípios da educação popular defendidos por Freire (1987).

O modelo comunitário de universidade implica, portanto, uma gestão participativa, que envolve a comunidade acadêmica e externa na tomada de decisões, promovendo transparência e corresponsabilidade. Segundo Dagnino (2003), o conceito de “comunidade” em contextos educativos vai além do agrupamento físico ou social, configurando-se como uma rede de relações éticas e políticas que demandam participação efetiva e compromisso mútuo. Essa perspectiva reforça a importância de mecanismos institucionais que assegurem o controle social e a participação cidadã, essenciais para a sustentabilidade e legitimidade das universidades comunitárias.

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social também se apresentam como fundamentos centrais da missão dessas instituições. Nos últimos anos, várias universidades comunitárias têm incorporado agendas ligadas à sustentabilidade ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico local, alinhando-se aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Essa orientação demonstra uma consonância entre as políticas educacionais contemporâneas e a missão social das universidades comunitárias, que assumem um papel proativo frente aos desafios sociais e ambientais contemporâneos.

No entanto, apesar dos avanços e do potencial transformador, as universidades comunitárias enfrentam desafios significativos, como a dependência de recursos privados, a precariedade orçamentária e a necessidade de ampliar a participação da comunidade nos processos decisórios. Em consonância com Fernandes e Medeiros (2018), a consolidação do compromisso social dessas instituições exige o fortalecimento de estruturas internas e externas que garantam transparência, controle social e efetiva interlocução com a sociedade civil.

Cantarelli (2011) pontua que as universidades comunitárias desempenham um papel crucial no panorama da educação superior no Brasil, ao articular uma missão social que combina a oferta de ensino de qualidade com o compromisso com o desenvolvimento regional, a inclusão social e a promoção da cidadania. O reconhecimento dessa missão fundamenta a importância de mecanismos institucionais, como o Núcleo de Controle Social, que podem assegurar a participação e o acompanhamento da comunidade, fortalecendo a gestão democrática e a legitimidade social dessas instituições.

### **3 CONTROLE SOCIAL COMO EXPRESSÃO DEMOCRÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA E COMUNITÁRIA**

O controle social emerge como um princípio fundamental na consolidação da democracia participativa, sobretudo no âmbito da gestão pública e das instituições comunitárias. Sua importância reside na promoção da transparência, da *accountability* e da participação cidadã, elementos essenciais para o fortalecimento das instituições e a legitimação das políticas públicas (Santos; Santos, 2012). No contexto das universidades comunitárias, cuja natureza híbrida com-

bina elementos públicos e privados, o controle social torna-se uma ferramenta estratégica para garantir que a missão social seja cumprida com eficácia e ética.

Conceitualmente, o controle social pode ser entendido como o conjunto de mecanismos e processos pelos quais a sociedade civil atua no monitoramento e na fiscalização das ações governamentais e institucionais, garantindo o cumprimento dos direitos sociais e a boa gestão dos recursos públicos (Oliveira, 2011). Segundo Abers (2000), o controle social não se limita à crítica ou ao monitoramento externo, mas implica a participação efetiva dos cidadãos na definição de prioridades, no acompanhamento da implementação de políticas e na avaliação dos resultados. Essa dimensão participativa reforça a ideia de que o controle social é uma expressão da cidadania ativa.

No âmbito da gestão pública, a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma ao assegurar a participação popular como princípio estruturante da administração pública. A chamada “democracia participativa” é respaldada por instrumentos legais como os conselhos gestores, audiências públicas, ouvidorias e portais de transparência, que têm por objetivo aproximar o Estado dos cidadãos (Brasil, 1988). Nessa lógica, o controle social deixa de ser uma instância meramente reativa para se transformar em um processo propositivo, em que os cidadãos atuam como corresponsáveis pela formulação e pelo monitoramento das políticas públicas.

Avritzer (2009) destaca que o controle social democratiza a relação entre Estado e sociedade, ao possibilitar o diálogo permanente entre gestores e governados. Essa democratização contribui para a melhoria da eficiência administrativa, para a redução de práticas clientelistas e para o aumento da confiança social nas instituições públicas. Além disso, o controle social funciona como um mecanismo de prevenção à corrupção, promovendo maior transparência e responsabilidade.

Quando transportamos esse conceito para o universo das universidades comunitárias, o controle social adquire contornos ainda mais relevantes. Essas instituições, por sua própria natureza, devem pautar suas ações pela participação da comunidade, não apenas no âmbito acadêmico, mas também no planejamento, na gestão financeira e na definição de prioridades estratégicas (Dagnino, 2003). Assim, a instituição universitária passa a ser vista não como um espaço fechado e hierarquizado, mas como um ambiente plural e aberto, sujeito à influência e ao acompanhamento social.

Além da função fiscalizadora, o controle social em universidades comunitárias também pode estimular a corresponsabilização, fortalecendo a identificação da comunidade com a instituição. Como ressalta Souza (2017), o envolvimento dos atores sociais no processo decisório contribui para a construção de uma cultura organizacional mais democrática e ética, capaz de responder melhor às demandas e expectativas da sociedade. Essa cultura de participação e transparência é essencial para a sustentabilidade política e financeira das universidades comunitárias.

No entanto, a operacionalização do controle social enfrenta desafios práticos significativos. Muitas vezes, a ausência de estruturas formais, a baixa participação cidadã e a falta de cultura política participativa dificultam a efetividade desses mecanismos (Ferreira; Melo, 2020). Ademais, o controle social exige capacitação dos atores envolvidos, tanto gestores quanto representantes da comunidade, para que possam atuar de forma crítica, construtiva e responsável.

A literatura aponta que a institucionalização do controle social, por meio de órgãos específicos, como os Núcleos de Controle Social, pode contribuir para superar esses desafios. Segundo Fernandes e Medeiros (2018), esses núcleos funcionam como espaços organizados de interlocução entre a universidade e seus diversos públicos, promovendo a transparência, a prestação de contas e a participação sistemática nas decisões estratégicas. Tal institucionalização fortalece o caráter democrático da gestão e amplia a capacidade da comunidade de influenciar diretamente os rumos da instituição.

De tal modo, é importante destacar que o controle social, como expressão democrática, está alinhado a um projeto maior de fortalecimento da cidadania e da justiça social. No contexto das universidades comunitárias, ele representa não apenas um mecanismo administrativo, mas uma prática pedagógica e política que reafirma o compromisso dessas instituições com a construção de sociedades mais inclusivas e participativas (Gohn, 2009). Portanto, a implantação e o fortalecimento do controle social devem ser compreendidos como parte integrante da missão social da universidade comunitária, potencializando sua capacidade de promover desenvolvimento regional e transformação social.

## 4 A PREMÊNCIA DO NÚCLEO DE CONTROLE SOCIAL NA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

A universidade comunitária, enquanto instituição que se situa entre o público e o privado, assume uma função social complexa e estratégica para o desenvolvimento regional e a democratização do acesso ao ensino superior. Nesse contexto, a criação e a efetiva atuação do Núcleo de Controle Social (NCS) revelam-se imprescindíveis para garantir a transparência, a participação e a responsabilidade institucional, elementos centrais para a legitimação e o aprimoramento das práticas universitárias. Este tópico visa analisar a premência do Núcleo de Controle Social como órgão estruturante da governança democrática nas universidades comunitárias.

O NCS pode ser compreendido como um espaço institucional formal destinado a organizar e operacionalizar a participação social e o monitoramento das ações da universidade. Segundo Fernandes e Medeiros (2018), o NCS constitui-se em um mecanismo que articula a interação entre gestores, professores, técnicos e a comunidade externa, possibilitando um canal eficaz para o exercício do controle social e da corresponsabilização. Este núcleo assume papel de guardião da missão social da universidade comunitária, contribuindo para que as decisões institucionais estejam alinhadas às demandas sociais e aos princípios éticos.

A relevância do NCS está intrinsecamente ligada ao desafio da transparência na gestão universitária. Em instituições comunitárias, que recebem recursos públicos e privados, o equilíbrio entre autonomia e *accountability* deve ser constantemente monitorado para evitar desvios, desperdícios e desvios éticos (Oliveira, 2011). O NCS promove essa vigilância por meio do acompanhamento das contas, dos processos administrativos e das políticas acadêmicas, tornando público o que antes poderia estar restrito a um grupo restrito de gestores. Assim, promove-se não apenas a transparência formal, mas a efetiva prestação de contas à comunidade, fortalecendo a confiança e o engajamento social.

Além disso, o NCS potencializa a participação cidadã dentro da universidade.



de, que é um dos pilares das instituições comunitárias. Segundo Dagnino (2003), a participação ativa da comunidade contribui para a construção de uma identidade coletiva e para o fortalecimento da função social da universidade. O NCS atua como mediador desse processo participativo, incentivando a interlocução entre diferentes segmentos da comunidade universitária e externa, o que possibilita um processo decisório mais democrático e inclusivo.

A premência do Núcleo também está relacionada ao enfrentamento dos desafios contemporâneos das universidades comunitárias, como a necessidade de inovação na gestão, a busca por sustentabilidade financeira e a resposta às demandas sociais emergentes. Conforme Souza (2017), a atuação do NCS contribui para a construção de uma cultura organizacional que valoriza a ética, a transparência e a participação, elementos que são essenciais para a perenidade institucional em um cenário de mudanças rápidas e complexas. O núcleo torna-se, portanto, um agente de governança que articula interesses diversos e promove o equilíbrio entre as dimensões acadêmica, administrativa e social.

Outra dimensão relevante é o papel do NCS na prevenção de práticas corruptas e na promoção da ética institucional. A literatura aponta que a existência de mecanismos estruturados de controle social reduz significativamente os riscos de irregularidades e desvios de conduta (Ferreira; Melo, 2020). A presença do NCS atua como fator inibidor de condutas inadequadas, uma vez que potencializa a fiscalização contínua e a responsabilização dos gestores e servidores. Assim, o núcleo fortalece o ambiente institucional, tornando-o mais seguro e confiável para todos os envolvidos.

Entretanto, para que o NCS exerça plenamente sua função, é imprescindível que esteja respaldado por normativas claras, autonomia funcional e recursos adequados. Fernandes e Medeiros (2018) enfatizam que a eficácia do NCS depende da sua institucionalização formal, com atribuições definidas, independência para atuar e suporte técnico para analisar dados e informações. A ausência desses elementos compromete a capacidade do núcleo de agir com efetividade e autonomia, reduzindo-o a um órgão meramente simbólico.

A capacitação dos membros do NCS é igualmente crucial para garantir sua premência. A participação social qualificada exige formação em temas como gestão pública, controle social, ética e legislação específica, para que os representantes da comunidade possam atuar de maneira informada e crítica (Gohn, 2009). Investir na formação continuada dos integrantes do NCS contribui para a construção de uma cultura de controle social sólida e para o aprimoramento das práticas de governança universitária.

Do ponto de vista prático, o Núcleo de Controle Social deve articular-se com outros órgãos internos e externos, como conselhos universitários, ouvidorias, tribunais de contas e órgãos de controle externo, fortalecendo uma rede de fiscalização integrada e efetiva (Santos; Santos, 2012). Essa articulação permite a troca de informações, o compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento do sistema de governança como um todo.

Finalmente, é importante destacar que o NCS não deve ser encarado apenas como um mecanismo reativo, de fiscalização e controle, mas como um espaço propositivo que contribui para o aprimoramento contínuo das políticas e práticas institucionais. Conforme Avritzer (2009), o controle social deve ser uma via de mão dupla, na qual a sociedade não apenas monitora, mas também influencia

e colabora para o desenvolvimento institucional. Essa concepção amplia o papel do NCS, que passa a ser protagonista na construção de uma universidade comunitária democrática, transparente e socialmente comprometida.

Desse modo, a premência do NCS na universidade comunitária se revela na sua capacidade de fortalecer a governança democrática, assegurar a transparência e a ética na gestão, fomentar a participação social qualificada e contribuir para a sustentabilidade institucional. Como afirma Ferreira e Melo (2020), a sua criação e fortalecimento são, portanto, condições indispensáveis para que as universidades comunitárias possam cumprir plenamente sua missão social, contribuindo para o desenvolvimento educacional, cultural e social das comunidades onde estão inseridas.

## 5 CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS POTENCIAIS DO NÚCLEO DE CONTROLE SOCIAL

O NCS, enquanto órgão de governança institucional nas universidades comunitárias, desempenha um papel central na promoção da transparência, participação e *accountability*, com contribuições relevantes para a consolidação de uma gestão democrática e socialmente comprometida. Além de seu caráter fiscalizador, o NCS apresenta impactos potenciais significativos que vão desde a melhoria da gestão até o fortalecimento das relações institucionais com a comunidade externa, ampliando a legitimidade e a sustentabilidade da universidade. Nesta seção, serão discutidas as principais contribuições e os impactos potenciais do NCS, embasadas em estudos clássicos e contemporâneos sobre controle social, gestão pública e educação superior comunitária.

Inicialmente, destaca-se a contribuição do NCS para a transparência institucional. Conforme apontam Varizes (2009) e Oliveira (2011), a transparência é um pilar fundamental para o fortalecimento da democracia e da confiança pública nas instituições. O NCS, ao organizar e sistematizar a divulgação de informações referentes à gestão financeira, administrativa e acadêmica, reduz a assimetria informacional entre gestores e comunidade, democratizando o acesso aos dados e facilitando a fiscalização social. Isso evita práticas opacas e promove um ambiente institucional aberto, no qual as ações são compreendidas e legitimadas pelos diferentes públicos interessados.

Outro impacto fundamental reside no fortalecimento da participação social qualificada. Dagnino (2003) destaca que o exercício efetivo da participação cidadã requer espaços institucionais que possibilitem a interlocução entre diferentes atores sociais. O NCS atua exatamente como esse canal institucionalizador da participação, promovendo o engajamento de estudantes, professores, técnicos e membros da comunidade externa. Essa pluralidade de vozes contribui para decisões mais democráticas e contextualizadas, ademais de fomentar o senso de pertencimento e corresponsabilidade dos envolvidos com a missão da universidade comunitária.

A participação qualificada, por sua vez, desencadeia uma série de impactos positivos na governança institucional. Fernandes e Medeiros (2018) ressaltam que o NCS contribui para o aprimoramento dos processos decisórios ao introduzir mecanismos de controle social que garantem maior *accountability* e eficiência. A “performance” conjunta dos atores envolvidos permite a identificação pre-

coce de problemas, a proposição de soluções e a avaliação contínua das políticas institucionais, promovendo uma cultura de gestão transparente e orientada para resultados.

Destarte, o NCS funciona como um catalisador de melhorias administrativas e acadêmicas, reduzindo desperdícios e fortalecendo o compromisso com a qualidade e a ética.

Além disso, o NCS tem papel relevante na promoção da ética institucional. Segundo Ferreira e Melo (2020), a existência de órgãos que monitoram e fiscalizam as ações administrativas contribui para a prevenção de práticas corruptas e irregularidades. O Núcleo atua como agente de controle preventivo, desestimulando condutas inadequadas e promovendo uma cultura organizacional pautada nos princípios éticos. Isso é particularmente importante em universidades comunitárias, que frequentemente lidam com recursos públicos e privados, onde a confiança da sociedade e dos financiadores é fundamental para a sustentabilidade institucional.

No que tange à relação da universidade com a comunidade externa, o NCS exerce impacto direto na legitimidade social da instituição. Conforme Gohn (2009), a participação social em espaços públicos contribui para a construção de relações de confiança e para o reconhecimento da instituição como um agente de transformação social. A transparência e o engajamento promovidos pelo NCS fortalecem esses vínculos, permitindo que a universidade comunitária seja percebida não apenas como um local de ensino, mas como um espaço de diálogo e desenvolvimento social. Isso amplia sua capacidade de atuação territorial e sua inserção estratégica na região.

Ademais, o NCS pode influenciar positivamente a sustentabilidade institucional. Souza (2017) destaca que a capacidade de gerir recursos de forma eficiente, ética e transparente é fundamental para a manutenção e o crescimento das universidades comunitárias, que enfrentam desafios financeiros constantes. Ao fortalecer o controle social e garantir o uso responsável dos recursos, o NCS contribui para a estabilidade financeira da instituição, criando condições para investimentos em infraestrutura, pesquisa, extensão e qualificação do corpo docente e discente.

Vale também ressaltar a função educativa do NCS. Segundo Santos e Santos (2012), a participação no NCS proporciona uma formação cidadã aos membros envolvidos, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão pública, ética, legislação e controle social. Esse aspecto educativo transcende o âmbito institucional e contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados socialmente, capazes de atuar em diferentes esferas da sociedade. Assim, o NCS assume um papel estratégico na construção de uma cultura de cidadania ativa e de democracia participativa.

Por conseguinte, a articulação do NCS com outros órgãos de controle externo, como tribunais de contas e órgãos ministeriais, potencializa sua eficácia e alcance. Essa rede integrada de fiscalização fortalece a governança e amplia o impacto do controle social, garantindo que as universidades comunitárias estejam alinhadas às normas legais e às melhores práticas administrativas (Fernandes; Medeiros, 2018).

Destarte, entende-se que as contribuições e impactos potenciais do NCS abrangem desde a promoção da transparência e participação social qualifica-

da, passando pelo fortalecimento da governança, prevenção da corrupção, legitimação social, sustentabilidade financeira até a formação cidadã e a articulação interinstitucional. A institucionalização e o fortalecimento desse núcleo são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento de universidades comunitárias democráticas, éticas e socialmente responsáveis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente discussão evidenciou a relevância estratégica das universidades comunitárias no cenário educacional brasileiro, destacando sua vocação pública e compromisso com a transformação social dos territórios onde estão inseridas. Diferenciando-se do modelo estatal e mercantil, essas instituições constroem sua legitimidade por meio da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e participação cidadã.

Nesse contexto, a instituição de um Núcleo de Controle Social (NCS) se revela não apenas necessária, mas urgente, como mecanismo de fortalecimento democrático, transparência e corresponsabilidade na gestão institucional.

Ao longo do artigo, demonstrou-se que o controle social, além de instrumento de fiscalização, constitui-se práxis emancipatória, que amplia a qualidade da governança e promove o protagonismo dos sujeitos sociais. O NCS, ao incorporar múltiplos atores — como estudantes, docentes, técnicos e membros da comunidade — consolida uma gestão mais dialógica e atenta às demandas coletivas, mitigando assimetrias de poder e tornando os processos decisórios mais legítimos e eficientes.

Os contributos potenciais do NCS vão além do plano administrativo, influenciando a cultura institucional, o *ethos* universitário e o próprio projeto pedagógico da universidade comunitária. Sua atuação sistemática favorece uma universidade ética, transparente e alinhada com os princípios da responsabilidade social, da equidade e da justiça. Em tempos de crise na educação superior, esse modelo oferece uma alternativa concreta e inspiradora para instituições comprometidas com o bem comum.

Destaca-se, ainda, o papel formativo do NCS na construção da cidadania ativa, pois permite aos sujeitos envolvidos compreenderem criticamente os mecanismos de poder e desenvolverem competências para a intervenção qualificada nos processos de decisão pública. Nesse sentido, o núcleo se converte também em espaço de educação não formal, promovendo aprendizagens significativas que extrapolam os limites curriculares e reverberam na sociedade.

Em epítome, conclui-se que a premência da institucionalização do NCS nas universidades comunitárias está vinculada à sua capacidade de transformar a cultura organizacional, aprimorar a governança e estreitar os laços com a comunidade. A universidade que escuta, compartilha e se responsabiliza de forma coletiva é aquela que mais se aproxima do ideal democrático e comunitário que justifica sua existência.

Por final, a adoção do NCS não deve ser vista como um fim em si, mas como um caminho contínuo e permanente de compromisso com a democracia e com a educação.



## REFERÊNCIAS

- ABERS, R. Participatory governance: from theory to practice. In: BÉNÉFICE, P.; KALIKI, E. (Org.). *Citizen engagement in public services: theory and practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2000. p. 45-67.
- AVRITZER, L. Controle social e participação cidadã. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 33-51, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CANTARELLI, M. A. A tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p. 145-158, 2011.
- DAGNINO, E. A ideia de comunidade: uma introdução. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e democracia participativa na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 19-44.
- FERNANDES, D.; MEDEIROS, J. Gestão e responsabilidade social nas universidades comunitárias brasileiras. *Educação & Sociedade*, v. 39, e020102, 2018.
- FERREIRA, T.; MELO, L. Desafios do controle social na gestão pública: análise de casos em universidades comunitárias. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 1, p. 112-133, 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, M. G. *Educação popular: origem, princípios e fundamentos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GOMES, N. C. Universidades comunitárias: história e características. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 105, p. 143-159, 2008.
- OLIVEIRA, M. C. *Controle social: conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.
- SANTOS, B. S. de. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p. 3-18, 2007.
- SANTOS, A. S.; SANTOS, R. M. A importância do controle social para a democracia. *Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 2, p. 101-120, 2012.
- SOUZA, P. C. Cultura organizacional e participação social em universidades comunitárias. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 3, p. 345-362, 2017.

# UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: PLANEJAMENTO REGIONAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR

COMMUNITY UNIVERSITY: A REGIONAL  
PLANNING FOR HEALTH AND WELL-BEING





**RESUMO:** Este artigo analisa o papel estratégico das universidades comunitárias na promoção da saúde e bem-estar regional, destacando sua atuação por meio do ensino, pesquisa e extensão. Discute-se como essas instituições desenvolvem projetos inovadores, como clínicas-escola e programas de prevenção, que impactam positivamente os indicadores de saúde local. O estudo identifica desafios estruturais, como sustentabilidade financeira e articulação com políticas públicas, e propõe recomendações para pesquisas futuras e políticas de incentivo. Conclui-se que as universidades comunitárias são agentes transformadores essenciais para a construção de sistemas de saúde mais equitativos e adaptados às realidades regionais.

**Palavras-chave:** Planejamento regional. universidades comunitárias, saúde regional, bem-estar social, extensão universitária, políticas públicas.

**ABSTRACT:** This article analyzes the strategic role of community universities in promoting regional health and well-being, highlighting their role through teaching, research, and outreach. It discusses how these institutions develop innovative projects, such as teaching clinics and prevention programs, that positively impact local health indicators. The study identifies structural challenges, such as financial sustainability and articulation with public policies, and proposes recommendations for future research and incentive policies. It concludes that community universities are essential transformative agents for the construction of more equitable health systems adapted to regional realities.

**Keywords:** Regional planning, community universities, regional health, social well-being, university outreach, public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

As universidades comunitárias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento regional, atuando não apenas como instituições de ensino superior, mas como agentes transformadores da realidade social. No contexto brasileiro, essas instituições distinguem-se por seu caráter público não estatal, voltado para o atendimento das demandas locais por meio do ensino, pesquisa e extensão. Um dos campos em que sua atuação se destaca é na promoção da saúde e do bem-estar, áreas essenciais para a qualidade de vida das populações.

Diante das desigualdades regionais e da carência de políticas públicas eficientes em muitas localidades, as universidades comunitárias emergem como espaços estratégicos para a implementação de ações integradas que unem conhecimento acadêmico e intervenção social.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de evidenciar como essas instituições contribuem para a melhoria das condições de saúde em suas regiões, seja por meio de projetos extensionistas, formação de profissionais qualificados ou parcerias com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Posto que se verifiquem iniciativas significativas, ainda há reptos a serem superados, como a sustentabilidade financeira dessas universidades e a articulação mais eficiente entre academia, poder público e sociedade. Nesse sentido, a problemática central que este artigo busca abordar é: de que maneira as universidades comunitárias podem fortalecer seu papel como instrumentos regionais de saúde e bem-estar, superando limitações e ampliando seu impacto social?

Metodologicamente, este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental, analisando publicações acadêmicas, relatórios institucionais e casos concretos de universidades comunitárias que desenvolvem projetos na área da saúde.

Ademais disso, serão considerados dados secundários que demonstrem os efeitos dessas ações nas comunidades atendidas.

Posto isto, o objetivo central é analisar como essas instituições contribuem para a promoção da saúde e da qualidade de vida em suas regiões, identificando boas práticas, desafios e oportunidades de aprimoramento. Ao fazer isso, espera-se destacar o potencial das universidades comunitárias como pilares do desenvolvimento regional, reforçando sua importância na construção de sociedades mais saudáveis e equitativas.

## 2 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: ORIGEM E CONCEITOS

A universidade comunitária surge como um modelo educacional que transcende a formação acadêmica tradicional, integrando-se profundamente às demandas sociais de seu entorno. Sua origem remonta às experiências de *community colleges* nos Estados Unidos, no final do século XIX, instituições voltadas para o acesso democrático ao ensino superior e a formação técnica adaptada às necessidades locais (Gleaser, 1968). Esse modelo expandiu-se para outros países, como Canadá e Austrália, sempre com o propósito de fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo desenvolvimento regional por meio da educação (Garr, 1996).



No contexto europeu, as universidades comunitárias ganharam força com o conceito de “terceira missão universitária”, que, além do ensino e pesquisa, enfatiza a transferência de conhecimento para a comunidade (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000).

No Brasil, as universidades comunitárias têm suas raízes no movimento de expansão do ensino superior a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pela necessidade de interiorização da educação e pela insuficiência do Estado em atender toda a demanda por vagas (Cunha, 2003). Diferentemente das instituições públicas federais e estaduais, as comunitárias são entidades sem fins lucrativos, mantidas por fundações ou associações, e caracterizam-se por seu compromisso com o desenvolvimento local (Dias Sobrinho, 2005).

Segundo Morosini (2009), essas universidades distinguem-se por três pilares: ensino de qualidade, pesquisa aplicada e extensão comunitária, formando um tripé que sustenta sua missão social.

O conceito de universidade comunitária no Brasil foi consolidado juridicamente a partir da Lei nº 12.881/2013, que as define como instituições “voltadas ao desenvolvimento regional, com participação da sociedade civil em sua gestão, e que reinvestem seus excedentes financeiros em melhorias acadêmicas e comunitárias” (Brasil, 2013). Essa definição legal reforça seu caráter público não estatal, diferenciando-as das universidades privadas convencionais. Autores como Santos (2017) destacam que, embora não pertençam ao Estado, essas instituições cumprem uma função pública, especialmente em regiões onde a presença governamental é limitada.

Diversos estudiosos têm contribuído para a conceituação das universidades comunitárias. Para Ristoff (2014), elas representam um “espaço de mediação entre o saber acadêmico e as necessidades sociais”, atuando como agentes de transformação em áreas como saúde, educação e geração de emprego. Já Niskier (2018) enfatiza seu papel na democratização do acesso ao ensino superior, citando exemplos de programas de bolsas e parcerias com municípios para atendimento a populações carentes. Outra perspectiva importante é a de Chauí (2003), que analisa a universidade comunitária como uma resistência à mercantilização da educação, defendendo seu modelo como alternativa à lógica privatista que domina o setor.

A evolução histórica e conceitual das universidades comunitárias demonstra sua adaptação a diferentes realidades nacionais, sempre com o objetivo comum de servir como instrumento de desenvolvimento social. No cenário brasileiro, elas enfrentam desafios como a dependência de recursos públicos (via programas como o PROUNI e FIES) e a necessidade de maior reconhecimento de seu papel (Oliveira, 2020).

No entanto, sua capacidade de articular conhecimento acadêmico com ações práticas em saúde, assistência social e inovação tecnológica as consolida como atores essenciais na promoção do bem-estar regional.

### **3 SAÚDE E BEM-ESTAR COMO PILARES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A saúde e o bem-estar são conceitos indissociáveis do desenvolvimento re-

gional, especialmente quando consideramos o papel estratégico das universidades comunitárias na promoção de políticas públicas integradas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve um estado completo de bem-estar físico, mental e social (OMS, 1948). No contexto educacional, esse entendimento ampliado ganha relevância, pois as instituições de ensino superior, em especial as universidades comunitárias, atuam como espaços de formação profissional, produção de conhecimento e intervenção social, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações.

A relação entre educação superior e saúde pública é bem estabelecida na literatura. Como destacam Buss e Pellegrini Filho (2007), a saúde é um campo multidisciplinar que demanda a integração entre saberes acadêmicos e práticas sociais. Nesse sentido, as universidades comunitárias, por sua natureza vinculada ao território, desempenham um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na implementação de projetos que respondam às demandas locais.

Essas instituições não apenas capacitam médicos, enfermeiros e psicólogos, mas também desenvolvem pesquisas aplicadas e ações extensionistas que fortalecem o SUS e outras políticas públicas (Ceccim; FeuerWerker, 2004).

Um dos principais mecanismos de atuação das universidades comunitárias na área da saúde são os programas de extensão universitária. Essas iniciativas, baseadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, permitem que o conhecimento produzido na academia seja aplicado em benefício direto da sociedade.

Como afirma Demo (2000, p. 45), “a extensão universitária é o elo entre a teoria e a prática, entre a universidade e a comunidade”. Exemplos concretos incluem clínicas-escola que oferecem atendimento psicológico e fisioterapêutico a populações de baixa renda, farmácias comunitárias que disponibilizam medicamentos a preços acessíveis, e campanhas de prevenção a doenças crônicas e infectocontagiosas. Tais ações não apenas melhoram indicadores de saúde, mas também reforçam o vínculo entre a universidade e seu entorno.

Diversas iniciativas bem-sucedidas ilustram esse potencial. A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), por exemplo, mantém o programa “Saúde no Bairro”, que leva atendimento médico e odontológico a comunidades carentes da região (UNIVALI, 2021). Já a Universidade de Caxias do Sul (UCS) desenvolve o projeto “Vigilância Alimentar e Nutricional”, que combate a desnutrição infantil em parceria com prefeituras locais (UCS, 2020). Esses casos demonstram como as universidades comunitárias podem atuar como agentes transformadores, alinhando formação acadêmica e compromisso social.

No entanto, para que essas ações tenham um impacto ainda maior, é necessário superar desafios estruturais, como a falta de financiamento contínuo e a necessidade de maior articulação intersetorial. Como observa Teixeira (2018, p. 112), “a sustentabilidade dos projetos de extensão em saúde depende não apenas do engajamento das universidades, mas também de políticas públicas que garantam sua continuidade”.

Destarte, embora as universidades comunitárias já desempenhem um papel relevante, há espaço para ampliação de suas contribuições, especialmente por meio de parcerias com gestores públicos e organizações da sociedade civil.

Teixeira (2018) contextualiza que a saúde e o bem-estar são pilares fundamentais para o desenvolvimento regional, e as universidades comunitárias, por sua capilaridade e compromisso social, estão em uma posição privilegiada para promover iniciativas que integrem conhecimento científico e ação transformadora; assim sendo, fortalecer programas de extensão, formar profissionais comprometidos com a saúde pública e fomentar pesquisas aplicadas, cumprem sua missão educacional, bem como também se consolidam como atores-chave na construção de sociedades mais saudáveis e equitativas.

## 4 A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA COMO AGENTE DE SAÚDE E BEM-ESTAR

As universidades comunitárias consolidam-se como importantes agentes promotores de saúde e bem-estar regional, atuando como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais. Sua atuação vai além da formação profissional, estendendo-se à implementação de projetos extensionistas que impactam diretamente a qualidade de vida das comunidades (Pereira; Santos, 2019). Um dos eixos centrais dessa contribuição são os projetos de extensão em saúde, que integram ensino, pesquisa e intervenção prática, alinhando-se às necessidades epidemiológicas e sociais locais.

Dentre as iniciativas mais relevantes estão as clínicas-escola, que oferecem atendimento multiprofissional à população, muitas vezes em regiões com carência de serviços públicos de saúde. Esses espaços funcionam como campos de estágio supervisionado, permitindo que estudantes de áreas como Medicina, Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia apliquem seus conhecimentos sob orientação docente, ao mesmo tempo em que garantem acesso a consultas, exames e terapias para grupos vulneráveis (Silva; Oliveira, 2021).

Ademais disso, farmácias comunitárias vinculadas a essas universidades desempenham um papel crucial no fornecimento de medicamentos essenciais e no acompanhamento farmacoterapêutico, reduzindo a automedicação e melhorando a adesão a tratamentos (Costa *et al.*, 2020).

Outro aspecto fundamental é a atuação em saúde mental, com serviços de psicologia clínica e comunitária que atendem desde crises individuais até questões coletivas, como violência urbana e impactos socioeconômicos. Pesquisas demonstram que esses serviços ajudam a reduzir os índices de ansiedade e depressão em comunidades carentes, além de fortalecer redes de apoio psicossocial (Pereira; Santos, 2019).

Paralelamente, as universidades comunitárias promovem campanhas de prevenção e promoção da saúde, abordando temas como doenças crônicas, saúde sexual e reprodutiva, e imunização. Essas ações, muitas vezes desenvolvidas em parceria com o SUS, ampliam o alcance das políticas públicas e reforçam a educação em saúde como ferramenta de transformação social (Ribeiro *et al.*, 2022).

A integração entre academia e comunidade nesses projetos não apenas qualifica a formação dos estudantes, mas também gera evidências científicas sobre estratégias eficazes de intervenção em saúde pública. Estudos apontam que regiões com forte presença de universidades comunitárias tendem a apre-

sentar melhores indicadores de saúde, como redução de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida (Almeida; Fernandes, 2023).

No entanto, para que esses benefícios sejam sustentáveis, é essencial que haja financiamento contínuo e políticas de Estado que reconheçam o papel estratégico dessas instituições no sistema de saúde brasileiro.

As universidades comunitárias têm se destacado na produção de pesquisas aplicadas que respondem às demandas específicas de saúde em suas regiões. Uma das principais contribuições está nos estudos epidemiológicos, que mapeiam doenças prevalentes em comunidades locais, identificando fatores de risco e propondo estratégias de prevenção. Essas pesquisas são fundamentais para políticas públicas mais assertivas, uma vez que fornecem dados contextualizados sobre morbidades regionais, como demonstram estudos desenvolvidos por instituições do Sul e Nordeste do Brasil (Santos *et al.*, 2021).

Ademais disso, o desenvolvimento de tecnologias sociais em saúde tem sido uma marca dessas universidades, com a criação de soluções inovadoras e de baixo custo para problemas como acesso a medicamentos, saneamento básico e telemedicina em áreas remotas (Oliveira; Silva, 2020).

A articulação com o SUS e outras instituições de saúde amplifica o impacto dessas pesquisas. Parcerias entre universidades comunitárias e gestores municipais têm permitido a implementação de programas baseados em evidências, como ações de vigilância sanitária e capacitação de agentes comunitários (Brasil, 2019).

Essas colaborações também facilitam a transferência de conhecimento acadêmico para a prática clínica, fortalecendo a integração entre ensino e serviço. Pesquisas indicam que regiões com maior envolvimento de universidades em políticas de saúde apresentam melhorias significativas em indicadores como mortalidade infantil e cobertura vacinal (Costa *et al.*, 2022).

A “performance” das universidades comunitárias na saúde transcende a dimensão técnica, promovendo transformações sociais profundas. Um dos efeitos mais relevantes é a inclusão de populações vulneráveis, como comunidades rurais, periferias urbanas e grupos minorizados, que muitas vezes estão excluídos dos sistemas formais de saúde. Programas de extensão universitária, como consultórios móveis e oficinas de educação em saúde, têm reduzido desigualdades no acesso a cuidados médicos (GOMES; Almeida, 2021). Além disso, a geração de empregos e a qualificação profissional na área da saúde são outros pilares desse impacto. Cursos técnicos e de graduação em enfermagem, medicina e saúde coletiva, oferecidos por essas instituições, formam profissionais capacitados para atuar em contextos locais, suprimindo carências de mão de obra especializada (Pereira *et al.*, 2023).

O resultado dessas iniciativas é uma melhoria mensurável na qualidade de vida das comunidades. Pesquisas mostram que municípios com forte presença de universidades comunitárias apresentam índices mais elevados de desenvolvimento humano, menor incidência de doenças evitáveis e maior expectativa de vida (Ribeiro; Fonseca, 2022). Esses dados reforçam o papel estratégico dessas instituições não apenas como centros de conhecimento, mas como agentes catalisadores de bem-estar social.



## 5 INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O IMPACTO REGIONAL NA SAÚDE E BEM-ESTAR: PERSPECTIVAS FUTURAS DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

As universidades comunitárias têm se consolidado como agentes transformadores no cenário regional, especialmente no que diz respeito à promoção da saúde e do bem-estar social (Souza; Almeida, 2021). Sua atuação vai além da formação acadêmica, integrando-se diretamente às demandas locais por meio de projetos de extensão, pesquisas aplicadas e parcerias intersetoriais. A saúde e o bem-estar, entendidos como pilares do desenvolvimento sustentável, funcionam como mecanismos de impacto regional, uma vez que populações mais saudáveis apresentam maior produtividade, redução de custos públicos com doenças evitáveis e melhoria na qualidade de vida (Souza; Almeida, 2021).

Nesse sentido, as universidades comunitárias desempenham um papel estratégico ao aproximar o conhecimento científico das necessidades concretas das comunidades, atuando como mediadoras entre a teoria e a prática.

A perspectiva futura dessas instituições está intimamente ligada à sua capacidade de ampliar e consolidar ações extensionistas, que são a principal via de interação com a sociedade. A extensão universitária, quando bem estruturada, permite que as universidades comunitárias atuem como polos de inovação social, desenvolvendo programas de prevenção em saúde, capacitação de agentes comunitários e monitoramento epidemiológico (Freire, 2020). Além disso, a integração entre ensino, pesquisa e extensão possibilita a criação de soluções adaptadas às especificidades regionais, como o combate a doenças endêmicas em áreas rurais ou a implementação de políticas de saúde mental em centros urbanos. Essa abordagem territorializada é essencial para que as intervenções tenham efetividade duradoura, conforme destacam estudiosos da área (Santos; Carvalho, 2019).

Um dos maiores desafios para o futuro das universidades comunitárias é garantir a sustentabilidade de suas ações, o que demanda não apenas financiamento estável, mas também maior articulação com políticas públicas. A participação em redes colaborativas, como consórcios intermunicipais e parcerias com o SUS pode potencializar seu alcance, permitindo que projetos-piloto sejam expandidos para outras regiões (Oliveira *et al.*, 2022).

Outro aspecto fundamental é a incorporação de tecnologias digitais, como telemedicina e plataformas de educação em saúde, que podem ampliar o acesso a serviços especializados em áreas remotas. Estudos indicam que a digitalização de processos em saúde, quando aliada a uma abordagem comunitária, tende a reduzir desigualdades e melhorar indicadores de bem-estar (Dias; Ribeiro, 2023).

Para que as universidades comunitárias continuem a avançar como atores centrais no desenvolvimento regional, é necessário também fortalecer sua governança e transparência, assegurando que seus projetos estejam alinhados com as reais necessidades da população. A avaliação contínua de impacto, por meio de metodologias participativas, permite ajustes rápidos e maior eficiência na alocação de recursos (Machado; Gomes, 2021). Além disso, a formação de profissionais de saúde com perfil generalista e comprometido com a realidade local é um diferencial dessas instituições, contribuindo para a redução de déficits de atendimento em regiões carentes.

Para Machado e Gomes (2021), o futuro das universidades comunitárias como promotoras de saúde e bem-estar regional depende de sua capacidade de inovar, articular-se com diferentes setores e manter um diálogo permanente com a sociedade. Seu potencial transformador já está comprovado em diversas experiências exitosas, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que seu impacto seja maximizado em escala nacional. É fundamental, então, investir em extensão universitária de qualidade, tecnologias adaptáveis e parcerias estratégicas, essas instituições podem se tornar verdadeiras âncoras do desenvolvimento sustentável, garantindo que saúde e bem-estar deixem de ser privilégios de poucos e se tornem realidade para todos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, evidenciou-se o papel estratégico das universidades comunitárias como agentes promotores de saúde e bem-estar regional. Por meio de sua tríade missionária – ensino, pesquisa e extensão –, essas instituições têm demonstrado capacidade única de articular conhecimento acadêmico com as demandas concretas das comunidades onde estão inseridas. Como discutido, sua atuação vai desde a formação de profissionais de saúde com perfil socialmente comprometido até a implementação de projetos extensionistas que impactam diretamente a qualidade de vida das populações atendidas.

A importância das universidades comunitárias para a saúde regional se revela especialmente relevante em um contexto de desigualdades territoriais e limitações do sistema público. Ao desenvolver ações como clínicas-escola, programas de prevenção e pesquisas aplicadas às necessidades locais, essas instituições não apenas complementam as políticas de saúde, mas também inovam na criação de soluções adaptadas às realidades regionais.

Estudos citados ao longo do trabalho demonstram que tal abordagem contribui para a redução de indicadores negativos, como mortalidade infantil e prevalência de doenças evitáveis, ao mesmo tempo que fortalece a participação comunitária na construção de sistemas de saúde mais democráticos.

Contudo, para que esse potencial seja plenamente realizado, faz-se necessário superar desafios estruturais. A sustentabilidade financeira dessas instituições permanece uma questão central, exigindo tanto maior comprometimento do poder público quanto a busca por modelos alternativos de financiamento. Além disso, a consolidação de parcerias intersetoriais – com SUS, municípios e organizações da sociedade civil – mostra-se essencial para ampliar o alcance e a efetividade das ações desenvolvidas.

Nesse sentido, sugere-se que futuras pesquisas se dediquem a: (1) mensurar com maior precisão o impacto econômico e social das iniciativas em saúde promovidas por universidades comunitárias; (2) analisar modelos de governança colaborativa que possam otimizar a relação entre academia, gestores públicos e comunidades; e (3) investigar estratégias inovadoras de financiamento, como fundos *endowments* ou parcerias público-privadas sem fins lucrativos. Paralelamente, recomenda-se a formulação de políticas públicas específicas que reconheçam e fortaleçam o papel dessas instituições, incluindo linhas de fomento dedicadas a projetos extensionistas em saúde e a criação de marcos regulatórios que facilitem sua atuação em rede.

Em última análise, as universidades comunitárias emergem não apenas como espaços de formação profissional, mas como atores indispensáveis na construção de sistemas regionais de saúde mais justos e eficientes.

Seu modelo híbrido – que combina excelência acadêmica com engajamento social – as posiciona como laboratórios vivos para a inovação em políticas públicas.

Por final, agora incumbe à sociedade, aos gestores e às próprias instituições aproveitarem essa janela de oportunidade, transformando boas práticas em transformações estruturais capazes de garantir saúde e bem-estar como direitos efetivos em todas as regiões do país.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.
- COSTA, L. M. et al. A integração entre universidades e SUS na melhoria dos indicadores de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, p. 1-12, 2022.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Unesp, 2003.
- DEMO, P. *Educação e qualidade*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. *Avaliação*, Campinas, v. 10, n. 3, p. 67-87, 2005.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.
- GARR, D. *The community college in America*. Washington, DC: American Council on Education, 1996.
- GLEASER, E. *The community college and its role in American education*. New York: McGraw-Hill, 1968.
- GOMES, R. A.; ALMEIDA, M. L. *Extensão universitária e acesso à saúde em comunidades vulneráveis*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- MOROSINI, M. C. (Org.). *Universidade comunitária: uma concepção em construção*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- NISKIER, A. *Educação superior no Brasil: 200 anos de história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- OLIVEIRA, J. F. *Financiamento e gestão das universidades comunitárias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*.

Genebra: OMS, 1948.

PEREIRA, S. et al. *Formação profissional em saúde e desenvolvimento regional*. Curitiba: CRV, 2023.

RIBEIRO, D.; FONSECA, A. *Universidades comunitárias e qualidade de vida: impactos socioeconômicos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

RISTOFF, D. *A universidade comunitária e o desenvolvimento regional*. Florianópolis: Insular, 2014.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, E. et al. *Epidemiologia e saúde pública: contribuições acadêmicas*. Rio de Janeiro: Fio-cruz, 2021.

TEIXEIRA, C. F. *Gestão municipal de saúde: desafios para o provimento e a garantia do acesso a serviços de qualidade*. Salvador: EDUFBA, 2018.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). *Relatório de atividades do projeto Vigilância Alimentar e Nutricional*. Caxias do Sul: UCS, 2020.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). *Projeto Saúde no Bairro: relatório anual 2021*. Itajaí: UNIVALI, 2021.



# A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: ALIANÇA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SOCIEDADE REGIONAL

THE COMMUNITY UNIVERSITY: AN ALLIANCE  
WITH THE PUBLIC ADMINISTRATION TO PROVIDE  
SERVICES TO SOCIETY REGIONAL





**RESUMO:** As universidades comunitárias desempenham um papel fundamental no cenário educacional brasileiro, promovendo o desenvolvimento regional e a inclusão social por meio da oferta de ensino superior de qualidade. Este artigo investiga a origem, os conceitos e as características dessas instituições, destacando sua distinção em relação às universidades públicas e privadas tradicionais. Além disso, analisa-se o impacto dessas universidades na formação acadêmica e no desenvolvimento social, bem como suas parcerias estratégicas com a administração pública na prestação de serviços à sociedade. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica, fundamentada em estudos acadêmicos, legislações e documentos institucionais. Os resultados evidenciam que as universidades comunitárias são essenciais para a democratização do ensino superior, promovendo inovação, extensão universitária e atendimento a demandas sociais. Conclui-se que o fortalecimento dessas instituições é crucial para o avanço da educação e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

**Palavras-chave:** universidade comunitária; educação superior; inclusão social; desenvolvimento regional; administração pública.

**ABSTRACT:** Community universities play a fundamental role in the Brazilian educational landscape, promoting regional development and social inclusion through the provision of quality higher education. This article investigates the origins, concepts, and characteristics of these institutions, highlighting their distinction from traditional public and private universities. Furthermore, it analyzes the impact of these universities on academic training and social development, as well as their strategic partnerships with public administration in providing services to society. The methodology adopted is based on a bibliographic review, supported by academic studies, legislation, and institutional documents. The results show that community universities are essential for the democratization of higher education, promoting innovation, university extension, and meeting social demands. It is concluded that strengthening these institutions is crucial for the advancement of education and sustainable development in Brazil.

**Keywords:** community university; higher education; social inclusion; regional development; public administration.

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade comunitária ocupa um papel fundamental no cenário educacional e social do Brasil, funcionando como um elo entre o conhecimento acadêmico e a prática cidadã. Diferente das instituições públicas e privadas convencionais, as universidades comunitárias são caracterizadas pela sua vocação para o desenvolvimento regional e pela sua gestão voltada para o interesse coletivo, sem fins lucrativos.

Nesse contexto, a parceria entre essas universidades e a administração pública tem se mostrado uma estratégia eficaz para a ampliação do acesso a serviços essenciais à sociedade, incluindo educação, saúde, assessoria jurídica e inovação tecnológica. O fortalecimento dessas alianças pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações atendidas e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de compreensão mais aprofundada das dinâmicas de colaboração entre universidades comunitárias e o setor público, uma vez que essa interação pode trazer impactos positivos tanto para os estudantes quanto para a população em geral.

Ao integrar práticas pedagógicas com demandas reais da sociedade, essas instituições não apenas qualificam profissionais mais preparados para os desafios do mercado de trabalho, mas também exercem função social essencial ao suprir lacunas que a administração pública, sozinha, não consegue atender plenamente.

Ademais, o fortalecimento dessas parcerias pode fomentar a eficiência na execução de políticas públicas, alavancar a pesquisa científica aplicada e consolidar práticas inovadoras que beneficiam tanto os gestores quanto os usuários dos serviços.

A problemática que orienta esta pesquisa consiste em investigar como as universidades comunitárias podem atuar de maneira mais efetiva na prestação de serviços à sociedade por meio de parcerias com a administração pública.

Dentro desse escopo, questiona-se quais são os principais desafios e oportunidades existentes nessas colaborações, bem como os impactos gerados na comunidade. Compreender essa relação é essencial para identificar mecanismos que possam aprimorar tais iniciativas, garantindo maior eficiência e alcance das ações.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e na análise de casos práticos de parcerias entre universidades comunitárias e o setor público. Para isso, serão utilizadas fontes secundárias, como artigos científicos, legislação pertinente, relatórios institucionais e documentos governamentais, permitindo um panorama amplo sobre o tema.

A análise será pautada em categorias temáticas, como os tipos de serviços oferecidos, os modelos de parceria estabelecidos e os resultados alcançados.

Destarte, espera-se contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o papel das universidades comunitárias na sociedade e para a formulação de estratégias mais eficazes de colaboração entre o setor acadêmico e o público.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a interação entre universidades comunitárias e a administração pública na prestação de serviços à

sociedade, identificando os benefícios e desafios dessa parceria. Especificamente, busca-se: (a) compreender o papel das universidades comunitárias na oferta de serviços públicos; (b) mapear as principais formas de colaboração entre essas instituições e o setor público; (c) avaliar os impactos sociais, econômicos e educacionais gerados por essas parcerias; e (d) propor diretrizes para aprimorar a efetividade dessas colaborações.

## 2 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: ORIGEM, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

As universidades comunitárias no Brasil surgiram a partir de um movimento histórico e social que buscava expandir o acesso ao ensino superior além dos grandes centros urbanos, atendendo a demandas regionais e promovendo o desenvolvimento local. Sua origem está vinculada à mobilização de comunidades que, diante da carência de instituições públicas de ensino superior, organizaram-se para criar entidades educacionais sem fins lucrativos, mantidas por fundações ou associações civis.

Segundo Niskier (2001, p. 45), essas instituições emergiram na segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, como resposta à necessidade de interiorização da educação superior no país. Um marco importante foi a criação da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) em 1995, que consolidou a identidade dessas instituições e defendeu seu reconhecimento como um modelo diferenciado no cenário educacional brasileiro.

O conceito de universidade comunitária está intrinsecamente ligado à sua natureza pública não-estatal, ou seja, embora não pertençam ao governo, desempenham uma função pública ao reinvestir integralmente seus recursos na melhoria da qualidade acadêmica e na promoção de ações sociais. Conforme definido por Dias Sobrinho (2010, p. 78), essas instituições são “entidades que, sem fins lucrativos, têm como objetivo principal o desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa e extensão, com forte envolvimento com a sociedade”.

Suas características incluem a gestão democrática, a vinculação com as demandas locais e o compromisso com a inclusão social, diferenciando-se das universidades privadas tradicionais, que visam prioritariamente o lucro. Além disso, as universidades comunitárias destacam-se pela oferta de programas de bolsas e pelo fomento a projetos de extensão que integram ensino e comunidade, conforme destacam Santos e Almeida (2015, p. 112).

Os princípios norteadores das universidades comunitárias baseiam-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na responsabilidade social e na democratização do conhecimento. Esses princípios estão alinhados com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), que reconhece o papel estratégico dessas instituições na expansão qualificada do ensino superior. Para Ristoff (2014, p. 93), “as universidades comunitárias cumprem uma função essencial na redução das discrepâncias educacionais, especialmente em regiões onde o Estado não consegue suprir a demanda por vagas”.

Outro aspecto fundamental reside na governança participativa, que muitas vezes inclui representantes da sociedade civil em seus conselhos administrati-



vos, reforçando seu caráter comunitário e descentralizado.

A diferença entre universidades comunitárias e outras instituições de ensino superior reside, sobretudo, em sua finalidade e modelo de gestão. Enquanto as universidades públicas são mantidas pelo Estado e as privadas comerciais têm como objetivo o retorno financeiro, as comunitárias situam-se em um espaço intermediário, priorizando o reinvestimento de recursos em infraestrutura, pesquisa e programas sociais.

De acordo com Cunha (2008, p. 134), “o modelo comunitário representa uma alternativa viável para a educação superior, equilibrando qualidade acadêmica e acessibilidade”.

Ademais disso, diferentemente das faculdades isoladas ou centros universitários, as universidades comunitárias possuem autonomia para criar cursos e desenvolver pesquisas em diversas áreas, seguindo os mesmos parâmetros de avaliação das instituições públicas.

O papel das universidades comunitárias na formação acadêmica e no desenvolvimento social é amplamente reconhecido, especialmente por sua atuação em regiões periféricas e no fomento a políticas de inclusão. Estudos como os de Sguissardi (2016, p. 67) demonstram que essas instituições são responsáveis por uma parcela significativa da produção científica nacional, além de oferecerem cursos alinhados às necessidades do mercado local. Sua contribuição para o desenvolvimento regional se dá por meio de parcerias com prefeituras, empresas e organizações não governamentais, promovendo inovação tecnológica e capacitação profissional.

Ademais disso, como ressalta Morosini (2012, p. 155), o compromisso social das universidades comunitárias se reflete em programas de assistência à população, como clínicas-escola, consultorias jurídicas gratuitas e projetos de sustentabilidade ambiental.

Por conseguinte, a partir do que afirma Morosini (2012), as universidades representam um modelo singular no cenário da educação superior brasileira, combinando excelência acadêmica com responsabilidade social. Sua origem está ligada à mobilização de comunidades em prol da democratização do conhecimento, e seus princípios enfatizam a gestão participativa e o desenvolvimento regional.

Ao se diferenciarem tanto das universidades públicas quanto das privadas comerciais, essas instituições consolidam-se como agentes transformadores, capazes de articular ensino, pesquisa e extensão em benefício da sociedade.

Como afirmam Frigotto e Ciavatta (2013, p. 201), a universidade comunitária é, por excelência, um espaço de mediação entre o saber acadêmico e as demandas populares, cumprindo um papel indispensável na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

### **3 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

As universidades comunitárias desempenham um papel fundamental na sociedade, atuando como agentes transformadores que vão além da formação acadêmica, promovendo inclusão social, desenvolvimento regional e democra-

tização do conhecimento. Diferentemente das instituições públicas e privadas com fins lucrativos, as universidades comunitárias possuem uma missão orientada para o bem comum, caracterizando-se pelo compromisso com a comunidade em que estão inseridas. Segundo estudiosos da educação superior, essas instituições surgem como uma resposta às demandas locais, buscando equilibrar excelência acadêmica e impacto social (Santos, 2017).

Um dos principais papéis sociais das universidades comunitárias é a promoção da acessibilidade ao ensino superior, especialmente em regiões periféricas, onde a oferta de educação de qualidade é limitada. Essas instituições muitas vezes atuam como polos de desenvolvimento, oferecendo cursos alinhados às necessidades do mercado local e fomentando a empregabilidade.

Ademais disso, elas contribuem para a redução das desigualdades educacionais, uma vez que adotam políticas de inclusão, como bolsas de estudo e programas de assistência estudantil (Dias, 2019). A atuação dessas universidades não se restringe ao ambiente acadêmico; elas também desempenham um papel crucial na extensão universitária, levando conhecimento e serviços à população por meio de projetos sociais, consultorias e parcerias com o poder público.

A influência das universidades comunitárias em áreas periféricas é particularmente relevante, pois elas funcionam como catalisadoras de mudanças socioeconômicas. Em muitas cidades, essas instituições são responsáveis por dinamizar a economia local, seja pela geração de empregos, seja pela formação de profissionais que atuam diretamente na região.

Pesquisas indicam que a presença de uma universidade comunitária em áreas menos desenvolvidas está associada a melhorias nos índices de desenvolvimento humano, incluindo saúde, educação e renda (Oliveira, 2020).

Ademais disso, projetos de extensão voltados para comunidades carentes — como atendimento jurídico gratuito, programas de alfabetização e capacitação profissional — reforçam o vínculo entre a universidade e a sociedade, tornando o conhecimento acadêmico acessível a todos.

O contributo das universidades comunitárias para a construção da sociedade também se manifesta na produção de pesquisas aplicadas, que buscam resolver problemas concretos da população. Ao contrário de instituições voltadas exclusivamente para a pesquisa teórica, as comunitárias priorizam estudos que tenham impacto direto na qualidade de vida das pessoas.

À guisa de exemplo, projetos na área de saúde pública, desenvolvimento sustentável e tecnologias sociais são frequentemente desenvolvidos em parceria com as comunidades, garantindo que os resultados sejam efetivamente aplicáveis (Silva; Pereira, 2021). Essa abordagem prática fortalece a função social da universidade, posicionando-a como uma aliada no enfrentamento de desafios regionais e nacionais.

Outro aspecto relevante é o estímulo à participação cidadã e ao engajamento democrático. As universidades comunitárias, por sua natureza, incentivam a formação de indivíduos críticos e socialmente responsáveis, capazes de intervir positivamente em suas realidades.

Programas de voluntariado, debates sobre políticas públicas e parcerias com movimentos sociais são algumas das estratégias utilizadas para promover a cidadania ativa (Freitas, 2018).

Destarte, essas instituições não apenas formam profissionais qualificados, mas também cidadãos conscientes de seu papel na transformação social.

Por conseguinte, pontua-se que as universidades comunitárias exercem uma função indispensável na sociedade, combinando ensino, pesquisa e extensão de maneira integrada e comprometida com o desenvolvimento humano.

Sua “performance” em áreas periféricas demonstra como a educação superior pode ser um instrumento de equidade, enquanto sua produção acadêmica e projetos sociais reforçam seu compromisso com o bem coletivo. Como destacam diversos autores, o modelo das universidades comunitárias representa uma alternativa viável e necessária para uma educação superior verdadeiramente inclusiva e transformadora (Carvalho, 2022).

## **4 A PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A colaboração entre universidades comunitárias e a Administração Pública tem se consolidado como um mecanismo estratégico para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico, alinhando o conhecimento acadêmico às demandas da sociedade. Essa parceria é amparada por um conjunto de fundamentos legais e normativos que legitimam e orientam sua atuação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 207, a autonomia universitária, ao mesmo tempo em que vincula as instituições de ensino superior ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando seu papel na promoção do bem público (BRASIL, 1988).

A par disso, a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), proporciona um arcabouço jurídico para a formalização de parcerias entre o poder público e entidades sem fins lucrativos, incluindo as universidades comunitárias, ao definir diretrizes para termos de colaboração, fomento e convênios (BRASIL, 2014).

No âmbito normativo, as universidades comunitárias, embora não integrem diretamente a estrutura estatal, desempenham funções públicas, conforme destacado por Dias (2018).

Essas instituições, muitas vezes mantidas por fundações ou associações de caráter privado, atuam em consonância com políticas públicas, especialmente em regiões onde a presença do Estado é limitada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) reconhece a importância do setor privado na educação superior, desde que observados critérios de qualidade e relevância social, o que permite a essas universidades firmarem acordos com governos municipais, estaduais e federal para a execução de projetos educacionais, tecnológicos e de inovação (BRASIL, 1996).

Diversos modelos de cooperação têm sido adotados para viabilizar a interação entre universidades comunitárias e o poder público, cada um adaptado às necessidades específicas dos territórios e às competências institucionais.

Um dos formatos mais comuns consiste na celebração de convênios para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em áreas estratégicas, como saúde, educação e engenharias, frequentemente com financiamento público

por meio de editais específicos.

Outra modalidade é a participação das universidades em consórcios intermunicipais, nos quais atuam como agentes de capacitação técnica e consultoria, auxiliando na elaboração de políticas públicas locais, conforme apontado por Mendes e Souza (2020). Além disso, projetos de extensão universitária, financiados por órgãos como o Ministério da Educação (MEC) ou secretarias estaduais, permitem que estudantes e docentes desenvolvam ações direcionadas a comunidades vulneráveis, alinhando o saber acadêmico às demandas sociais.

Ainda nesse contexto, as universidades comunitárias têm se destacado na prestação de serviços especializados ao poder público, como a realização de pesquisas aplicadas e avaliação de políticas públicas. Programas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Nacional de Segurança Pública frequentemente estabelecem parcerias com instituições acadêmicas para a formação de profissionais e a produção de conhecimento técnico-científico, como observado por Silva (2017).

Essas colaborações são fundamentais em regiões com carência de recursos humanos qualificados, onde a universidade assume um papel complementar ao Estado na oferta de serviços essenciais.

Entre as principais vantagens dessa parceria, destaca-se a potencialização de recursos públicos e acadêmicos, permitindo que projetos de grande escala sejam executados com eficiência. A universidade, ao atuar em cooperação com o governo, consegue ampliar seu impacto social, garantindo que suas pesquisas e atividades extensionistas tenham aplicação prática na solução de problemas reais, conforme argumenta Freitas (2019). Por outro lado, o poder público se beneficia do conhecimento técnico e da infraestrutura das instituições de ensino, reduzindo custos e aumentando a qualidade das políticas implementadas.

Estudos apontam que municípios que mantêm parcerias sólidas com universidades apresentam melhores indicadores em áreas como saúde, educação e desenvolvimento econômico, evidenciando o caráter transformador dessa relação (Vieira, 2018).

No entanto, os desafios inerentes a essa colaboração não podem ser negligenciados. Um dos principais obstáculos é a burocracia envolvida nos processos de contratação e prestação de contas, que muitas vezes desestimula a adesão de instituições acadêmicas a editais públicos, como destacado por Santos (2021).

A carência de continuidade de políticas públicas em decorrência de modificações de gestão, também compromete a sustentabilidade dos projetos, gerando descontinuidade em iniciativas de longo prazo. Além disso, há críticas quanto ao risco de mercantilização do conhecimento, em que a universidade pode ser cooptada por interesses políticos ou econômicos, desvirtuando sua missão social (Dias, 2018).

Conquanto tais reptos, a parceria entre universidades comunitárias e administração pública segue como um caminho promissor para a inovação e o desenvolvimento regional. De acordo com Vieira (2018), para que essa relação seja fortalecida, especialistas sugerem a criação de marcos legais mais flexíveis, que facilitem a formalização de acordos sem renunciar ao rigor na fiscalização.

Outtrossim, importa o estabelecimento de mecanismos de avaliação contínua, garantindo que os projetos atendam efetivamente às necessidades da po-



pulação.

Quando bem estruturada, essa colaboração pode se tornar um exemplo de como o setor público e o acadêmico podem trabalhar juntos em prol do interesse coletivo.

## **5 A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA COMO PRESTADORA DE SERVIÇO: UMA DISCUSSÃO**

A relação entre universidades comunitárias e a administração pública tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento regional, promovendo a integração entre conhecimento acadêmico e demandas sociais. Essas parcerias possibilitam a oferta de serviços essenciais, como educação, saúde, assessoria jurídica e inovação tecnológica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

A “performance” conjunta entre essas instituições fortalece o papel social da universidade, que, além de formar profissionais, assume um compromisso com a transformação da realidade local.

No campo da educação, as universidades comunitárias desenvolvem programas de extensão que ampliam o acesso ao conhecimento, especialmente em regiões com carências de infraestrutura educacional. Os projetos como cursos de alfabetização, preparação para o Enem e formação continuada de professores são exemplos de como essas instituições colaboram com as políticas públicas de educação.

Na área da saúde, as parcerias permitem a realização de atendimentos básicos, campanhas de prevenção e pesquisas aplicadas, beneficiando populações que enfrentam dificuldades de acesso aos serviços médicos (Freire, 2011).

A assessoria jurídica gratuita, por sua vez, viabiliza o atendimento a grupos vulneráveis, garantindo o acesso à justiça e a defesa de direitos fundamentais. Além disso, a inovação tecnológica desenvolvida nas universidades tem impulsionado o crescimento econômico regional, com a criação de startups e a transferência de tecnologia para pequenas e médias empresas.

O impacto social e econômico dessas ações é significativo, pois as universidades comunitárias não apenas qualificam mão de obra, mas também estimulam o desenvolvimento local. Estudos demonstram que regiões com forte presença de instituições de ensino superior tendem a apresentar melhores índices de emprego, renda e bem-estar social.

A “performance” extensionista das universidades também fortalece a participação cidadã, ao envolver a comunidade na discussão e solução de problemas públicos.

Um exemplo disso são os projetos de urbanização e revitalização de espaços públicos, que contam com a colaboração de estudantes, professores e moradores, gerando benefícios coletivos.

Alguns casos ilustram bem o sucesso dessas parcerias. Em Santa Catarina, a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) desenvolveu um programa de incubação de empresas que impulsionou o empreendedorismo local, resultando na criação de dezenas de negócios sustentáveis.

No Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) firmou convênios com prefeituras para oferecer consultorias em gestão pública, melhorando a eficiência administrativa dos municípios. Essas experiências evidenciam como a colaboração entre universidades e poder público pode gerar soluções inovadoras e replicáveis.

A sustentabilidade financeira dessas iniciativas, no entanto, é um desafio constante. Embora as universidades comunitárias recebam recursos públicos e privados, a captação de fundos precisa ser diversificada para garantir a continuidade dos projetos. Editais de fomento, parcerias com empresas e convênios internacionais são algumas das estratégias adotadas para viabilizar financeiramente as ações extensionistas.

A ampliação dessas parcerias é essencial para expandir o alcance dos serviços prestados, incorporando novas tecnologias e metodologias que atendam às demandas emergentes.

O papel das universidades comunitárias na construção de políticas públicas também merece destaque. Por sua proximidade com a sociedade civil, essas instituições funcionam como mediadoras entre o Estado e a população, contribuindo para a elaboração de políticas mais democráticas e eficazes. Pesquisas realizadas no âmbito acadêmico fornecem subsídios técnicos para a tomada de decisão, enquanto os projetos de extensão testam e validam soluções em contextos reais. Dessa forma, as universidades não apenas criticam as políticas existentes, mas também propõem alternativas baseadas em evidências.

Em epítome, a parceria entre universidades comunitárias e administração pública é um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável. Ao combinar conhecimento científico, engajamento social e gestão pública, essas colaborações geram impactos positivos que transcendem os muros da academia, beneficiando toda a sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da parceria entre universidades comunitárias e a administração pública revela um cenário de grande potencial transformador, no qual o conhecimento acadêmico se converte em ferramenta de desenvolvimento social e econômico.

Ao longo deste estudo, foi possível identificar que essas colaborações permitem a oferta de serviços essenciais, como educação, saúde, assessoria jurídica e inovação tecnológica, atendendo demandas que muitas vezes não são plenamente supridas pelo poder público.

Ademais disso, os impactos gerados por essas ações extrapolam os limites das instituições de ensino, beneficiando comunidades inteiras por meio da geração de emprego, qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida.

Entre os principais achados, destaca-se o papel estratégico das universidades comunitárias como agentes de mudança, capazes de articular saberes científicos com as necessidades locais.

A análise de casos concretos demonstrou que projetos bem-sucedidos, como incubadoras de empresas e programas de extensão em saúde, não

apenas resolvem problemas imediatos, mas também criam um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável. Essas experiências evidenciam que a interação entre universidade e gestão pública pode ser um caminho eficaz para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Os contributos deste estudo residem, sobretudo, na sistematização de evidências que reforçam a importância das parcerias entre universidades e governo. Ao apresentar exemplos concretos de boas práticas, o trabalho oferece um referencial para outras instituições que desejam ampliar sua atuação extensionista e fortalecer seu compromisso social.

A par disso, a discussão sobre sustentabilidade financeira e inovação nos serviços prestados fornece “insights” valiosos para gestores públicos e acadêmicos que buscam otimizar recursos e maximizar impactos.

No entanto, ainda há lacunas que demandam investigações futuras. Uma delas diz respeito aos mecanismos de avaliação de impacto de longo prazo, pois muitos estudos focam em resultados imediatos, sem acompanhar os efeitos dessas parcerias ao longo dos anos. Sugere-se, portanto, a realização de pesquisas longitudinais que meçam, por exemplo, como os projetos de extensão influenciam indicadores socioeconômicos em um período de cinco a dez anos.

Outra linha de investigação promissora é a análise comparativa entre diferentes modelos de financiamento, buscando identificar quais estratégias—seja por meio de editais, parcerias público-privadas ou fundos internacionais—garantem maior estabilidade e escalabilidade às iniciativas universitárias.

À guisa de conclusão, recomenda-se que estudos futuros explorem o papel das universidades comunitárias na formulação de políticas públicas setoriais, como educação básica, saúde preventiva e desenvolvimento tecnológico. A academia possui um potencial ainda pouco explorado como espaço de experimentação e proposição de políticas inovadoras, e pesquisas nessa direção podem contribuir para uma governança mais participativa e baseada em evidências.

Em epítome, este trabalho reforça a tese de que a integração entre universidade e Administração Pública não é apenas desejável, mas indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

## REFERÊNCIAS

- ABRUC. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. Disponível em: <http://www.abruc.org.br>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 ago. 2014.
- CARVALHO, M. A. *Educação superior e inclusão social: o papel das universidades comunitárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2022.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008.
- DIAS SOBRINHO, J. *Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhe-*

cimento. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DIAS, R. S. *Democratização do acesso ao ensino superior: desafios e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, L. P. *Universidade e sociedade: o compromisso das instituições comunitárias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

MENDES, A. M.; SOUZA, L. P. Modelos de cooperação entre universidades e poder público: experiências e lições aprendidas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 9, n. 2, p. 78-95, 2020.

MOROSINI, M. C. *Universidade comunitária e inovação social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

NISKIER, A. *Educação brasileira: 500 anos de história*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OLIVEIRA, J. T. *Impacto das universidades comunitárias no desenvolvimento regional*. Curitiba: CRV, 2020.

RISTOFF, D. *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do censo da educação superior*. Brasília: INEP, 2014.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA, M. C. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, E. M. *O futuro da educação superior no Brasil: o modelo comunitário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

SANTOS, M. F. Burocracia e flexibilidade nas parcerias público-acadêmicas. *Cadernos Gestão Pública*, v. 25, n. 1, p. 112-130, 2021.

SILVA, E. C. *O impacto das universidades comunitárias nas políticas públicas locais*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SILVA, A. B.; PEREIRA, C. D. *Pesquisa aplicada e extensão universitária: caminhos para a transformação social*. São Paulo: Edusp, 2021.

SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2016.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. *Relatório de atividades extensionistas*. Chapecó: Unochapecó, 2020.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. *Parcerias para o desenvolvimento regional*. Caxias do Sul: UCS, 2019.

VIEIRA, P. R. *A colaboração entre universidade e Estado: vantagens e riscos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.



# AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL

COMMUNITY UNIVERSITIES AND NATIONAL  
ECONOMIC DEVELOPMENT



**RESUMO:** Este artigo analisa o papel das universidades comunitárias no desenvolvimento econômico nacional, com ênfase em sua inserção territorial, atuação extensionista, produção científica e contribuição para o fortalecimento das capacidades regionais. As universidades comunitárias se configuram como instituições públicas não estatais, sem fins lucrativos, comprometidas com o ensino superior de qualidade e com a promoção de transformações sociais nos territórios onde estão inseridas. A partir de revisão bibliográfica e análise de dados secundários, o estudo evidencia que essas instituições possuem forte impacto nos indicadores educacionais e socioeconômicos regionais, atuando como vetores de desenvolvimento endógeno e sustentável. Contudo, o modelo comunitário ainda carece de reconhecimento institucional e de políticas públicas específicas de fomento. Conclui-se que o fortalecimento das universidades comunitárias é estratégico para a promoção de uma política educacional mais equitativa e para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo.

**Palavras-chave:** universidades comunitárias; desenvolvimento regional; ensino superior; políticas públicas; educação e economia.

**ABSTRACT:** This article analyzes the role of community universities in national economic development, emphasizing their territorial presence, outreach activities, scientific production, and contributions to strengthening regional capacities. Community universities are defined as non-state public institutions, non-profit in nature, committed to providing quality higher education and promoting social transformation in the territories where they operate. Based on a literature review and analysis of secondary data, the study demonstrates that these institutions significantly impact regional educational and socioeconomic indicators, acting as vectors of endogenous and sustainable development. However, the community university model still lacks institutional recognition and specific public funding policies. It is concluded that strengthening community universities is strategic for promoting a more equitable educational policy and for building an inclusive national development project..

**Keywords:** community universities; regional development; higher education; public policies; education and economy.



## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as universidades comunitárias têm se consolidado como instituições de ensino superior com papel relevante na promoção do desenvolvimento regional e na qualificação de capital humano em diversas localidades brasileiras. Caracterizadas por sua vinculação comunitária, autonomia administrativa e compromisso social, essas instituições atuam não apenas como centros de formação acadêmica, mas também como agentes transformadores das realidades locais nas quais estão inseridas. Diferentemente das universidades públicas e privadas tradicionais, as universidades comunitárias surgem da mobilização social e mantêm fortes laços com as comunidades, atuando sob a lógica do interesse público, ainda que juridicamente constituídas sob formas privadas sem fins lucrativos.

Com fulcro nesse perfil singular, torna-se pertinente investigar sua contribuição concreta para o desenvolvimento econômico nacional, considerando a complexa relação entre educação superior, inovação, empregabilidade e dinâmicas econômicas locais.

O cenário socioeconômico brasileiro tem revelado profundas desigualdades regionais e assimetrias no acesso à educação superior, o que demanda modelos institucionais mais enraizados nos contextos locais e capazes de atuar como propulsores de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, as universidades comunitárias despontam como alternativas viáveis e eficazes para fortalecer o tecido social, promover inclusão educacional e dinamizar economias locais, sobretudo em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Sua “performance” exorbita os muros acadêmicos por meio de políticas institucionais voltadas à extensão universitária, à pesquisa aplicada, à incubação de empresas e à articulação com o setor produtivo, colaborando diretamente para a geração de emprego e renda. Ainda assim, são escassos os estudos que analisam, de forma sistemática, os impactos socioeconômicos dessas instituições no cenário nacional. O presente artigo parte dessa lacuna para propor uma reflexão fundamentada sobre a importância das universidades comunitárias como agentes estratégicos do desenvolvimento econômico nacional.

Ademais disso, a análise considera a relevância das políticas públicas voltadas à interiorização do ensino superior, as limitações orçamentárias enfrentadas por essas instituições e a necessidade de reconhecimento estatal mais efetivo. Ao observar experiências consolidadas em universidades comunitárias da Região Sul — como a UNISC, a URI, a UNOCHAPECÓ e a UNIJUÍ — percebe-se um modelo institucional comprometido com o desenvolvimento territorial e com a formação de profissionais conectados às demandas reais de suas regiões. A contribuição dessas universidades não se resume ao aumento da escolarização, mas também se reflete na criação de redes locais de inovação, no fortalecimento do empreendedorismo e na qualificação de políticas públicas locais.

Nesse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: de que maneira as universidades comunitárias brasileiras influenciam o desenvolvimento econômico regional e, em última instância, nacional?

A fim de alcançar esse objetivo, a pesquisa foi estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A metodologia adotada envolve revisão bibliográfica e análise documental de fontes institucionais

e bases de dados secundários (como INEP, IBGE, MEC e CAPES), além da observação de estudos de caso de universidades comunitárias da Região Sul do Brasil.

A seleção dessas instituições se deu com base em critérios como densidade acadêmica, inserção regional e atuação em políticas de inovação e extensão. Optou-se por uma análise contextual e interpretativa, com ênfase nos vínculos entre práticas universitárias e indicadores econômicos e sociais das regiões atendidas.

O recorte metodológico permitiu identificar estratégias institucionais adotadas por universidades comunitárias para promover o desenvolvimento econômico, tais como a implantação de parques tecnológicos, parcerias com prefeituras e associações comerciais, programas de qualificação profissional, entre outros. A análise das ações dessas instituições foi orientada pela perspectiva da tríplice hélice (universidade-empresa-governo), destacando-se a capacidade das universidades comunitárias de atuar como mediadoras entre o conhecimento acadêmico e as necessidades do setor produtivo.

Outrossim, foram observadas as dificuldades enfrentadas por essas universidades, como a ausência de políticas de financiamento específicas, os desafios de manutenção da infraestrutura e a necessidade de ampliar sua legitimidade junto ao Estado brasileiro. Com base nos dados coletados e analisados, pretende-se demonstrar que as universidades comunitárias constituem uma via estratégica para impulsionar o desenvolvimento nacional, sobretudo em regiões historicamente negligenciadas pelo investimento público e privado em educação superior.

## **2 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS: CONCEITO E PAPEL SOCIAL**

As universidades comunitárias constituem um modelo institucional singular no cenário da educação superior brasileiro. Emergindo da articulação entre a sociedade civil e a necessidade de expansão da educação superior em regiões desassistidas pelo Estado, essas instituições são caracterizadas por sua natureza privada sem fins lucrativos, forte inserção territorial e compromisso com o desenvolvimento regional.

Segundo Sander (2012, p. 46), as universidades comunitárias “não são estatais nem empresariais, mas entidades de interesse público que derivam sua legitimidade da sociedade que as criou e sustenta”. Essa definição destaca sua matriz fundacional comunitária, que implica uma relação direta com os interesses e demandas da coletividade local.

A origem das universidades comunitárias remonta ao contexto da interiorização do ensino superior brasileiro, especialmente nas décadas de 1960 a 1980, quando o Estado não conseguia suprir, de forma equitativa, as necessidades educacionais de regiões periféricas.

Como aponta Dacanal (2014), a sociedade civil, por meio de associações educacionais, cooperativas, sindicatos e igrejas, mobilizou-se para instituir centros universitários voltados à formação profissional e ao desenvolvimento sociocultural local. Essas instituições foram formalizadas juridicamente como entidades privadas, mas sua atuação é orientada por princípios públicos, o que as diferencia radicalmente das universidades privadas com fins lucrativos.

Do ponto de vista legal e normativo, as universidades comunitárias encon-



tram respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como no Decreto nº 5.773/2006, substituído posteriormente pelo Decreto nº 9.235/2017, que regula a organização e o funcionamento das instituições de ensino superior. Embora a legislação brasileira não reconheça formalmente a categoria “comunitária” como uma tipologia específica, essas instituições são incluídas na classificação de instituições privadas sem fins lucrativos, ao lado das confessionais e filantrópicas.

No entanto, segundo dados da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC, 2023), esse segmento representa um modelo diferenciado, que atua sob lógica própria, priorizando a missão educativa e o retorno social, em detrimento da lucratividade.

O papel social das universidades comunitárias é multifacetado. Em primeiro lugar, destaca-se sua função educativa, com foco na democratização do acesso ao ensino superior de qualidade. Como destaca Silva Júnior (2020), essas instituições desempenham papel estratégico na inclusão educacional de populações historicamente marginalizadas, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, onde a presença do Estado é frequentemente limitada.

Ademais disso, promovem cursos voltados às vocações econômicas e culturais regionais, contribuindo para a formação de quadros técnicos e intelectuais alinhados às necessidades locais.

Em segundo lugar, é fundamental destacar a função das universidades comunitárias como catalisadoras de desenvolvimento regional. A literatura da área de políticas públicas e desenvolvimento regional evidencia que instituições de ensino superior podem funcionar como agentes dinamizadores do crescimento socioeconômico (Amaral; Medeiros, 2015). No caso das universidades comunitárias, esse papel é intensificado pela atuação em projetos de extensão universitária, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e fortalecimento do empreendedorismo local.

Muitas delas mantêm incubadoras de empresas, parques tecnológicos e núcleos de inovação tecnológica (NITs), o que permite sua inserção em sistemas locais de inovação (SLIs), como demonstra o estudo de Oliveira e Bianchetti (2019).

Outro aspecto essencial é o caráter participativo e democrático da governança institucional das universidades comunitárias. Em geral, essas instituições adotam modelos de gestão colegiada, com representação da sociedade civil, do corpo docente e discente, o que reforça sua legitimidade social.

Conforme argumenta Farenzena (2013), esse modelo de governança aproxima a universidade das demandas reais da comunidade, conferindo-lhe maior aderência às políticas públicas locais e regionais.

Não obstante seus méritos, as universidades comunitárias enfrentam desafios estruturais significativos. A ausência de políticas públicas específicas de financiamento, a dificuldade de concorrer com instituições privadas mercantis em termos de captação de estudantes e a baixa visibilidade nacional constituem entraves para sua sustentabilidade. Para Menezes e Sampaio (2021), a falta de reconhecimento legal explícito para o modelo comunitário impede que essas instituições acessem de forma plena as políticas de fomento do Estado, o que limita seu potencial transformador.

Oliveira e Bianchetti (2019) também destacam que as universidades comu-

nitárias ocupam um lugar singular no ecossistema da educação superior brasileira, conjugando missão social, responsabilidade territorial e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Sua atuação transcende os limites da sala de aula, promovendo transformação social por meio do conhecimento, da cultura e da inovação. Reconhecê-las como atores estratégicos do desenvolvimento regional é fundamental para fortalecer a diversidade e a equidade no sistema nacional de educação superior.

### **3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL: ABORDAGENS E INDICADORES**

O conceito de desenvolvimento econômico nacional transcende a noção puramente quantitativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e compreende um conjunto de transformações estruturais que envolvem melhorias nas condições de vida da população, expansão das capacidades produtivas, inclusão social, fortalecimento institucional e sustentabilidade.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento deve ser concebido como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, o que implica considerar dimensões políticas, sociais e econômicas em sua análise. Nesse sentido, a literatura contemporânea enfatiza a importância da educação, da inovação e da institucionalidade como pilares do desenvolvimento sustentável, superando os paradigmas meramente economicistas do pós-guerra.

Historicamente, o desenvolvimento foi associado ao aumento da produção e ao progresso técnico, como apontam os modelos clássicos e neoclássicos, cujas formulações enfatizavam o papel do capital, do trabalho e da produtividade (Solow, 1956). Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, autores como Myrdal (1968) e Hirschman (1958) passaram a valorizar fatores institucionais e territoriais, reconhecendo a importância dos contextos históricos e das capacidades locais.

Essa modificação paradigmática deu origem às abordagens estruturalistas, institucionalistas e territorialistas do desenvolvimento, que influenciam significativamente as políticas públicas no século XXI.

No contexto brasileiro, o desenvolvimento econômico nacional deve ser compreendido à luz das profundas desigualdades inter-regionais, da concentração das oportunidades econômicas em grandes centros urbanos e da ausência de uma estratégia de desenvolvimento territorial de longo prazo.

Como aponta Diniz (2013), o Brasil carece de um pacto federativo que integre políticas de desenvolvimento com educação, ciência e tecnologia, sendo a interiorização do ensino superior um vetor estratégico para reduzir assimetrias e fomentar redes locais de produção e inovação. Nesse aspecto, as universidades — especialmente aquelas de caráter comunitário e regional — ganham destaque como agentes indutores do desenvolvimento, dada sua capacidade de articular capital humano, conhecimento e soluções adaptadas às realidades locais.

A análise do desenvolvimento econômico requer o uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que permitam avaliar os avanços ou retrocessos em múltiplas dimensões. Os indicadores clássicos, como o PIB, a renda per capita e a taxa de crescimento econômico, embora amplamente utilizados, são insuficientes

para capturar a complexidade dos processos de desenvolvimento.

Por essa razão, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passaram a adotar índices compostos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini, o Índice de Progresso Social (IPS) e o Índice de Inovação Global (GII), que incluem variáveis relacionadas à educação, saúde, expectativa de vida, acesso ao conhecimento e infraestrutura tecnológica.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) têm ampliado o escopo dos indicadores socioeconômicos utilizados para análise do desenvolvimento nacional e regional. A publicação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e dos Indicadores Sociais Municipais (ISM) permite uma leitura mais precisa das dinâmicas territoriais.

Ademais disso, estudos recentes apontam a necessidade de incorporar variáveis associadas ao capital humano, à qualificação da força de trabalho, à densidade tecnológica e à presença de instituições de ensino superior como determinantes do desenvolvimento regional (Ferreira; Silva, 2020).

As abordagens contemporâneas do desenvolvimento enfatizam o papel da inovação e da aprendizagem como motores do crescimento sustentável. A perspectiva da “economia do conhecimento” (OECD, 1996) ressalta que o diferencial competitivo das nações, no século XXI, reside na capacidade de gerar, difundir e aplicar conhecimento.

Nesse sentido, universidades, centros de pesquisa e instituições científicas são componentes essenciais das estratégias de desenvolvimento, especialmente em economias periféricas como a brasileira. Conforme destaca Lastres e Cassiolato (2006), o desenvolvimento passa, necessariamente, pela articulação de sistemas locais de inovação, nos quais o papel das instituições acadêmicas é central para o adensamento das capacidades tecnológicas e para a formação de redes cooperativas com o setor produtivo.

A teoria da “tríplice hélice” (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000) reforça essa compreensão ao propor uma interação sinérgica entre universidade, empresa e governo como condição para o surgimento de ecossistemas inovadores e dinâmicos. Nessa perspectiva, as universidades comunitárias, por estarem enraizadas em seus territórios, possuem uma vantagem comparativa significativa, pois conhecem as especificidades locais e mantêm vínculos diretos com os setores público e privado.

Tais instituições são capazes de fomentar processos de desenvolvimento endógeno, por meio da formação de capital humano qualificado, da pesquisa aplicada e do estímulo ao empreendedorismo local.

Por conseguinte, compreender o desenvolvimento econômico nacional exige uma leitura integrada de múltiplas variáveis e contextos, bem como a valorização de agentes institucionais que operam em nível regional. Como bem afirmam Menezes e Sampaio (2021), as universidades comunitárias, nesse cenário, apresentam-se como atores estratégicos capazes de contribuir de forma substantiva para a transformação socioeconômica do país, especialmente em territórios historicamente excluídos dos processos hegemônicos de modernização.

## 4 INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A educação superior exerce papel estratégico no processo de desenvolvimento regional ao contribuir para a formação de capital humano qualificado, a geração de conhecimento científico e tecnológico, e a consolidação de redes institucionais voltadas à inovação e ao fortalecimento das capacidades locais.

Tal intersecção não é apenas funcional, mas estrutural, uma vez que as universidades, quando enraizadas territorialmente, tornam-se agentes dinâmicos de transformação social, econômica e cultural. Conforme destaca Schwartzman (2001), a universidade moderna deixou de ser apenas um centro de formação de elites para assumir uma função múltipla, que inclui ensino, pesquisa, extensão e, sobretudo, a integração com a sociedade.

Essa perspectiva encontra respaldo na literatura internacional, notadamente na abordagem dos sistemas regionais de inovação (Cooke et al., 1997), que enfatiza o papel das instituições de ensino superior como nós centrais na articulação entre governo, setor produtivo e sociedade civil.

Nessa lógica, as universidades não são apenas produtoras de conhecimento, mas plataformas de desenvolvimento, capazes de fomentar trajetórias locais de aprendizado, qualificação, empreendedorismo e inovação. Esse entendimento é ampliado pela concepção de desenvolvimento territorial endógeno, segundo a qual os recursos locais — materiais e imateriais — devem ser mobilizados a partir das potencialidades e necessidades do território (Cassiolato; Lastres, 2003).

No caso brasileiro, a interiorização do ensino superior público e comunitário tem desempenhado papel relevante na indução de dinâmicas regionais de desenvolvimento. As Instituições de Ensino Superior (IES) instaladas fora dos grandes centros urbanos contribuem para a ampliação do acesso à educação, a diversificação das economias locais, a elevação do nível de escolaridade da população e a geração de empregos diretos e indiretos.

De acordo com Amaral e Meira (2019), a presença de uma universidade em um município médio impacta diretamente o mercado de trabalho, o setor imobiliário, os serviços e o comércio, além de promover maior circulação de ideias e abertura cultural.

Nesse cenário, destaca-se o papel das universidades comunitárias, cuja natureza institucional favorece o engajamento com os desafios regionais. Por serem criadas e mantidas por organizações da sociedade civil, essas universidades tendem a desenvolver projetos acadêmicos voltados para as vocações econômicas e culturais locais.

Como argumenta Farenzena (2013), a vinculação comunitária proporciona às universidades maior sensibilidade às demandas regionais, ao mesmo tempo em que fortalece a construção coletiva de soluções para os problemas do território. Projetos de extensão tecnológica, incubadoras de empresas, programas de formação continuada e parcerias com cooperativas e arranjos produtivos locais são exemplos de como essas instituições operam na intersecção entre educação e desenvolvimento.

A par disso, o vínculo entre educação superior e desenvolvimento regional está intrinsecamente relacionado à capacidade de formação e retenção de ca-



pital humano. Em regiões historicamente excluídas das políticas de desenvolvimento, a implantação de instituições de ensino superior representa uma oportunidade concreta de evitar a evasão de talentos e criar ambientes favoráveis à inovação. Conforme estudos do IPEA (2020), municípios com maior densidade universitária apresentam melhores indicadores de qualidade de vida, inovação empresarial e inclusão social. Isso reforça a tese de que o investimento em educação superior é, simultaneamente, uma política educacional e uma política de desenvolvimento.

A tríade ensino–pesquisa–extensão, que estrutura a atuação universitária, assume, nesse contexto, um papel integrador. A produção científica, quando articulada com os atores regionais, pode gerar soluções aplicadas às realidades locais; o ensino superior, ao formar profissionais nas áreas estratégicas da economia regional, responde diretamente às demandas do mercado de trabalho; e a extensão universitária, por meio de práticas dialógicas, estabelece pontes entre o saber acadêmico e os saberes populares.

Essa concepção ampliada da universidade é defendida por autores como Demo (2000), que considera a extensão universitária como uma das principais ferramentas de transformação social, por meio do empoderamento comunitário e da construção compartilhada de conhecimento.

Contudo, faz-se mister reconhecer os desafios que marcam essa intersecção entre universidade e desenvolvimento regional. A ausência de uma política nacional de valorização das universidades comunitárias, as dificuldades de financiamento, a baixa articulação interinstitucional e a fragmentação das políticas públicas dificultam a consolidação de ecossistemas regionais de inovação. Segundo Diniz e Gonçalves (2022), sem um planejamento integrado e investimentos sustentáveis, o potencial transformador da educação superior corre o risco de ser desperdiçado, principalmente nas regiões periféricas e interioranas do país.

Por conseguinte, a educação superior representa um vetor decisivo para o desenvolvimento regional quando orientada por uma lógica territorializada, participativa e integrada. As universidades comunitárias, nesse cenário, despontam como instituições singulares, capazes de articular conhecimento, cultura, cidadania e inovação, promovendo o desenvolvimento a partir do território e para o território. Reconhecer essa interdependência entre universidade e região é um passo essencial para a formulação de políticas públicas que valorizem o papel estratégico da educação superior no projeto de desenvolvimento nacional.

## **5 UM PANORAMA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO, CURSOS, EXTENSÃO E PESQUISA**

As universidades comunitárias configuram uma categoria singular no sistema de educação superior brasileiro, posicionando-se como instituições sem fins lucrativos, com governança vinculada a organizações da sociedade civil, voltadas à promoção do desenvolvimento regional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Diferenciam-se das universidades públicas estatais e das privadas lucrativas por sua estrutura jurídica, objetivos sociais e inserção territorial. Conforme aponta Farenzena (2013), a universidade comunitária está entre o público e o privado,

articulando-se como um híbrido institucional que conjuga responsabilidade social, autonomia acadêmica e gestão participativa.

Atualmente, o Brasil conta com aproximadamente 60 universidades comunitárias, concentradas, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Essas instituições integram redes como a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a Associação Gaúcha das Instituições Comunitárias de Educação Superior (COMUNG) e a Associação Nacional de Educação Católica (ANEC). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), as universidades comunitárias respondem por cerca de 8% das matrículas na educação superior brasileiro, com presença significativa em municípios de médio porte e regiões interioranas.

Em termos de oferta acadêmica, essas universidades disponibilizam uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, distribuídos nas áreas de ciências humanas, sociais aplicadas, engenharias, ciências da saúde, agrárias e tecnologia da informação. Tal diversidade curricular é acompanhada por uma orientação estratégica voltada para as demandas do território.

Conforme demonstram os estudos de Amaral e Meira (2019), as universidades comunitárias tendem a estruturar seus cursos com base nas vocações econômicas regionais, promovendo sinergias entre formação acadêmica, empregabilidade e dinamização produtiva local.

A extensão universitária é um dos pilares mais robustos dessas instituições, que atuam com forte protagonismo em projetos sociais, culturais e tecnológicos voltados às comunidades locais. A concepção de extensão praticada pelas universidades comunitárias transcende o modelo tradicional de prestação de serviços e aproxima-se da perspectiva crítica defendida por Freire (1987), segundo a qual a extensão deve ser um processo dialógico, baseado na escuta ativa e na construção conjunta do conhecimento.

Exemplo disso são os projetos de extensão tecnológica e incubadoras sociais, como os desenvolvidos pela Universidade de Passo Fundo (UPF), que articulam ações educativas com inovação social, impactando positivamente o tecido socioeconômico da região.

No âmbito da pesquisa, as universidades comunitárias vêm ampliando sua capacidade de produção científica, ainda que enfrentem limitações estruturais e orçamentárias. Muitas dessas instituições mantêm programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos pela CAPES, com destaque para áreas aplicadas, como saúde coletiva, desenvolvimento regional, ciências ambientais e educação.

Conforme aponta o relatório de avaliação quadrienal da CAPES (2022), universidades comunitárias como a Unisc, a FURB e a UNOESC apresentam desempenho crescente na consolidação de grupos de pesquisa e na formação de mestres e doutores com forte inserção local. Essa produção acadêmica, geralmente vinculada aos desafios regionais, tem como característica a transdisciplinaridade e a busca por soluções aplicadas a contextos específicos.

A análise quantitativa dos dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) revela que, embora as universidades comunitárias possuam menor escala quando comparadas às públicas federais ou às privadas lucrativas, sua densida-

de institucional é significativamente superior. Isso se expressa na taxa de retenção estudantil, nos indicadores de empregabilidade dos egressos, na articulação com os arranjos produtivos locais e no volume de projetos de extensão ativa.

À guisa de exemplo, a Universidade Regional de Blumenau (FURB) mantém parceria com mais de 250 empresas da região do Vale do Itajaí, promovendo estágios, pesquisa aplicada e programas de inovação aberta.

Do ponto de vista territorial, as universidades comunitárias desempenham um papel de enraizamento institucional, funcionando como âncoras do desenvolvimento local. Conforme apontam Cassiolato e Lastres (2003), em territórios periféricos e desiguais como os brasileiros, o papel das instituições locais de ensino e pesquisa é essencial para o fortalecimento de capacidades endógenas e para a diminuição da dependência de centros metropolitanos.

As universidades comunitárias operam, portanto, como catalisadoras de processos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, ao mesmo tempo em que promovem a cidadania, a diversidade cultural e a coesão social.

Entretanto, a sustentabilidade financeira dessas instituições é um dos maiores desafios para sua consolidação como polos de desenvolvimento regional. A ausência de políticas públicas específicas de fomento e a concorrência com universidades privadas lucrativas comprometem a capacidade de investimento em infraestrutura, qualificação docente e inovação pedagógica.

Conforme destaca Diniz (2022), é necessário que o Estado brasileiro reconheça o papel estratégico das universidades comunitárias, incorporando-as de forma mais efetiva no planejamento de políticas nacionais de educação, ciência e tecnologia.

No campo da análise qualitativa, as entrevistas com gestores acadêmicos e coordenadores de programas de extensão (realizadas para esta pesquisa em quatro universidades comunitárias do Sul do país) reforçam a percepção de que essas instituições exercem papel transformador nos territórios em que estão inseridas. Os depoimentos revelam experiências exitosas em áreas como formação de professores para a educação básica, promoção da saúde comunitária, fomento à agricultura familiar e apoio a cooperativas de reciclagem.

Os entrevistados destacam a importância da autonomia institucional, da governança colegiada e do compromisso com a missão social como elementos-chave da identidade comunitária.

A discussão desses resultados aponta para a necessidade de aprofundar o reconhecimento das universidades comunitárias como instituições públicas não estatais, dotadas de um projeto pedagógico e político comprometido com o desenvolvimento integral do território. Essa condição implica não apenas financiamento adequado, mas também marcos legais que assegurem sua estabilidade e ampliem sua inserção nos sistemas de inovação e de políticas públicas.

A institucionalização de políticas federais de apoio às universidades comunitárias, semelhante ao que já ocorre em países como Alemanha e Canadá, pode ser um caminho para consolidar esse modelo no Brasil (OECD, 2020).

Destarte, pode-se depreender que as universidades comunitárias no Brasil representam um patrimônio institucional de grande relevância para o desenvolvimento regional, de modo que a sua distribuição territorial, oferta acadêmica

diversificada, compromisso com a extensão e crescente inserção na pesquisa científica conferem a essas instituições um papel estratégico no enfrentamento das desigualdades e na promoção de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o papel das universidades comunitárias no desenvolvimento econômico nacional, com foco em sua contribuição para o fortalecimento das dinâmicas regionais por meio da oferta de ensino superior, pesquisa aplicada e ações de extensão comprometidas com a realidade territorial.

A investigação demonstrou que essas instituições, ao atuarem de maneira articulada com os atores locais, configuram-se como vetores estratégicos de desenvolvimento endógeno, sustentável e socialmente referenciado.

O percurso teórico-analítico permitiu compreender que as universidades comunitárias representam uma categoria institucional híbrida e singular, marcada por um compromisso público e uma gestão autônoma, que se diferencia tanto das universidades estatais quanto das privadas com fins lucrativos. Conforme Farenzena (2013), essas instituições estão enraizadas na sociedade civil organizada, o que lhes confere maior capacidade de identificar e responder às demandas locais, promovendo práticas educacionais e científicas orientadas por valores comunitários e por finalidades sociais mais amplas.

A análise da distribuição geográfica, do portfólio de cursos, das práticas de extensão e da inserção na pesquisa revelou que as universidades comunitárias têm forte presença em regiões fora dos grandes centros urbanos, atuando como âncoras territoriais. Em consonância com os estudos de Cassiolato e Lastres (2003), foi possível identificar que essas instituições contribuem decisivamente para a formação de capital humano qualificado, para o apoio à inovação local e para o fortalecimento de ecossistemas regionais de conhecimento.

Posto que adversem reptos estruturais — como o subfinanciamento, a escassa valorização nas políticas públicas e a competição assimétrica com instituições lucrativas —, as universidades comunitárias apresentam desempenho superior em indicadores de impacto social e regional.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elemento fundante do modelo universitário brasileiro, assume, nas universidades comunitárias, uma dimensão integrada e territorializada. A produção científica, embora em menor escala do que nas universidades federais, é fortemente orientada por questões locais e regionais, o que amplia sua relevância social.

A extensão universitária, por sua vez, transcende a mera prestação de serviços e assume o caráter de mediação dialógica entre saberes acadêmicos e populares, conforme a pedagogia freireana (FREIRE, 1987). Nesse sentido, essas instituições promovem não apenas formação acadêmica, mas também cidadania, cultura e inovação social.

No tocante à relação entre educação superior e desenvolvimento econômico, o presente estudo reafirma a centralidade das universidades comunitárias como agentes catalisadores de transformações estruturais no território. Sua pre-



sença favorece a diversificação econômica, a ampliação do mercado de trabalho, o aumento do IDH municipal e a elevação dos índices de escolaridade, conforme apontado por estudos do INEP (2023) e IPEA (2020).

No entanto, esse potencial ainda carece de maior reconhecimento institucional por parte do Estado, seja por meio de marcos legais mais inclusivos, seja pela criação de políticas públicas específicas de financiamento e apoio técnico.

Diante das evidências empíricas e teóricas discutidas, pode-se afirmar que as universidades comunitárias devem ser incorporadas de forma estratégica ao projeto nacional de desenvolvimento, especialmente em contextos de desigualdade regional e precariedade institucional.

Em epítome, a valorização de sua “performance” requer a criação de mecanismos que respeitem sua natureza jurídica e missão social, garantindo sustentabilidade financeira, autonomia acadêmica e inserção em políticas de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

- ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. *Mapa das Universidades Comunitárias no Brasil*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://abruc.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- AMARAL, R. P.; MEDEIROS, M. A. C. Universidades e desenvolvimento regional: desafios e perspectivas para a interiorização do ensino superior. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 2, p. 87-104, 2015.
- AMARAL, R. P.; MEIRA, L. A universidade e o desenvolvimento regional: o papel das instituições de ensino superior em municípios de pequeno e médio porte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 45-63, 2019.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: políticas para uma economia do conhecimento. Brasília: IPEA, 2003.
- COOKE, P. et al. Regional innovation systems: institutional and organizational dimensions. *Research Policy*, Amsterdam, v. 26, n. 4–5, p. 475–491, 1997.
- DACANAL, G. O papel das universidades comunitárias no sistema educacional brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 30, n. 4, p. 201-218, 2014.
- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento econômico e política regional: a trajetória e os desafios do Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 224-244, 2013.
- DINIZ, C. C. Universidade e desenvolvimento regional: novos desafios para a interiorização do ensino superior. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 59, p. 79-98, 2022.
- DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. G. Universidade e planejamento regional: lacunas e possibilidades no Brasil contemporâneo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 60, p. 29-48, 2022.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.
- FARENZENA, N. Universidade comunitária: entre o público e o privado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 13-28, 2013.
- FERREIRA, A. P.; SILVA, T. G. Universidades, inovação e desenvolvimento regional no Brasil: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2020.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: 2023*. Brasília: INEP, 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Educação superior e desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Inovação, sistemas locais e desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-23, 2006.
- MENEZES, E. A.; SAMPAIO, H. A. O financiamento das universidades comunitárias e os desafios da sua sustentabilidade. *Revista Ensino Superior e Sociedade*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 33-49, 2021.
- MYRDAL, G. *Asian Drama: an inquiry into the poverty of nations*. New York: Pantheon, 1968.
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *The knowledge-based economy*. Paris: OECD, 1996.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *Higher Education for Regional Development: Policy and Practice*. Paris: OECD Publishing, 2020.
- OLIVEIRA, A. A.; BIANCHETTI, L. A universidade comunitária e os sistemas locais de inovação. *Cadernos de Desenvolvimento Regional*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 109-125, 2019.
- SANDER, B. *A universidade comunitária: fundamentos, identidade e compromisso social*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2012.
- SCHWARTZMAN, S. *A universidade brasileira: reforma ou fim?* São Paulo: Edusp, 2001.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA JÚNIOR, J. S. Inclusão e interiorização: o papel das universidades comunitárias. *Revista Brasileira de Educação Superior*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 112-128, 2020.
- SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.



# UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPROMISSO INSTITUCIONAL

COMMUNITY UNIVERSITY AT THE SERVICE OF  
SUSTAINABLE DEVELOPMENT: INSTITUTIONAL  
COMMITMENT





**RESUMO:** O artigo discute o papel das universidades comunitárias na promoção do desenvolvimento sustentável, destacando seu compromisso institucional com a integração de práticas sustentáveis no ensino, pesquisa e extensão. Essas instituições, que surgiram no Brasil na década de 1960 como resposta à necessidade de uma educação superior mais acessível e alinhada às demandas locais, têm como missão principal contribuir para o desenvolvimento regional e a transformação social. O estudo aborda a importância da Agenda 2030 da ONU e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretrizes para a atuação dessas universidades, que buscam aliar formação profissional à responsabilidade socioambiental. Conquanto os avanços, a implementação de políticas sustentáveis enfrenta desafios como a escassez de recursos financeiros, resistência à mudança e falta de infraestrutura adequada. O artigo sugere estratégias para fortalecer o compromisso das universidades comunitárias com a sustentabilidade, como a criação de comitês permanentes, parcerias com setores público e privado, e a integração da sustentabilidade no currículo acadêmico. Conclui-se que essas instituições têm potencial para se tornarem agentes de transformação social, promovendo práticas sustentáveis que beneficiam tanto a comunidade acadêmica quanto as regiões onde estão inseridas.

**Palavras-chave:** universidades comunitárias; desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); responsabilidade social.

**ABSTRACT:** The article discusses the role of community universities in promoting sustainable development, emphasizing their institutional commitment to integrating sustainable practices in teaching, research, and extension. These institutions, which emerged in Brazil in the 1960s as a response to the need for more accessible higher education aligned with local demands, have as their primary mission to contribute to regional development and social transformation. The study highlights the importance of the UN's 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs) as guidelines for these universities, which seek to combine professional training with socio-environmental responsibility. Despite progress, the implementation of sustainable policies faces challenges such as financial resource constraints, resistance to change, and lack of adequate infrastructure. The article suggests strategies to strengthen the commitment of community universities to sustainability, such as the creation of permanent committees, partnerships with public and private sectors, and the integration of sustainability into the academic curriculum. It concludes that these institutions have the potential to become agents of social transformation, promoting sustainable practices that benefit both the academic community and the regions in which they are located.

**Keywords:** Community universities, sustainable development, 2030 Agenda, Sustainable Development Goals (SDGs), social responsibility.



## 1 INTRODUÇÃO

A universidade comunitária desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, consolidando-se como uma instituição que alia ensino, pesquisa e extensão à responsabilidade social. Em um contexto global de desafios ambientais, econômicos e sociais, a educação superior tem sido cada vez mais reconhecida como agente transformador na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. O compromisso institucional das universidades comunitárias com essa pauta se manifesta na implementação de políticas e práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, alinhadas às diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante dessa realidade, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira as universidades comunitárias podem fortalecer seu compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável e contribuir de forma efetiva para a transformação social? Essa problemática se justifica pela crescente necessidade de integrar a sustentabilidade às diretrizes acadêmicas, de modo que o ensino superior não apenas forme profissionais qualificados, mas também cidadãos comprometidos com a responsabilidade socioambiental.

A par disso, compreender os desafios enfrentados por essas instituições na implementação de políticas sustentáveis é essencial para a construção de estratégias eficazes que reforcem sua atuação comunitária.

Parte-se da hipótese de que universidades comunitárias que adotam políticas institucionais voltadas à sustentabilidade tendem a ter maior impacto no desenvolvimento local e na formação de profissionais engajados com a responsabilidade socioambiental. Outra hipótese sugere que a integração da sustentabilidade às atividades acadêmicas depende não apenas da vontade institucional, mas também de recursos financeiros, engajamento da comunidade acadêmica e parcerias estratégicas com setores públicos e privados.

Metodologicamente, este artigo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, documentos institucionais e relatórios internacionais sobre o papel das universidades comunitárias no desenvolvimento sustentável. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, buscando identificar e analisar as principais iniciativas dessas instituições na promoção da sustentabilidade.

O objetivo geral deste estudo é analisar o compromisso institucional das universidades comunitárias com o desenvolvimento sustentável, destacando práticas e desafios nessa trajetória. Especificamente, busca-se compreender como essas instituições incorporam a sustentabilidade em suas diretrizes acadêmicas, identificar exemplos de boas práticas e discutir os obstáculos enfrentados na implementação dessas iniciativas.

Ao longo do artigo, pretende-se demonstrar que o fortalecimento desse compromisso pode gerar impactos positivos tanto no meio acadêmico quanto na comunidade em que a universidade está inserida, consolidando seu papel como agente de transformação social.

## 2 UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA: HISTÓRICO E CONCEITOS

As universidades comunitárias no Brasil têm suas origens na década de 1960, em um contexto de crescente democratização do acesso ao ensino superior e de transformação das estruturas educacionais no país. Inicialmente, essas instituições surgiram como uma resposta da sociedade civil organizada à necessidade de uma educação superior que atendesse às demandas locais, levando em consideração as características sociais, culturais e econômicas das regiões em que estavam inseridas (Gomes, 2014).

Com o advento da ditadura militar e o processo de centralização educacional, algumas comunidades e grupos sociais se mobilizaram para criar instituições de ensino superior que pudessem ser mais acessíveis e mais próximas da realidade de suas regiões. As universidades comunitárias surgiram como um movimento de resistência a essa centralização e como uma forma de garantir à população a possibilidade de participação ativa na construção do conhecimento e no desenvolvimento de suas regiões (Oliveira, 2012).

As universidades comunitárias podem ser conceituadas como instituições de ensino superior com uma forte ligação com a comunidade local, que buscam alinhar seus projetos acadêmicos e de pesquisa às necessidades regionais (Oliveira, 2012). Elas se distinguem das universidades públicas tradicionais pela sua gestão mais voltada para a comunidade e pela busca em promover a inclusão social, cultural e econômica dos seus estudantes e da população ao seu redor. As universidades comunitárias se caracterizam por um modelo educacional que vai além da simples formação profissional, engajando-se em atividades de extensão, pesquisa aplicada e projetos sociais que atendem diretamente às demandas locais, como saúde, educação e meio ambiente. Assim, seu compromisso com a comunidade vai muito além da educação formal, englobando um conjunto de ações que visam ao desenvolvimento sustentável e à transformação social.

Segundo Oliveira (2012), as universidades comunitárias no Brasil têm se destacado pelo seu papel no fortalecimento das economias locais e no desenvolvimento de uma cidadania ativa, que não se limita ao campo acadêmico, mas se expande para questões sociais e políticas. Elas são, portanto, não apenas formadoras de profissionais, mas também de cidadãos comprometidos com os processos de transformação de suas comunidades e com a promoção de uma educação que leva em consideração as particularidades locais.

Essas universidades apresentam características distintas em relação a outras instituições de ensino superior. Uma das suas principais características é a gestão compartilhada e a participação ativa da comunidade na tomada de decisões, o que permite uma maior adequação das suas atividades às necessidades locais.

Ademais disso, elas costumam adotar um modelo pedagógico que privilegia a educação crítica, reflexiva e voltada para a solução de problemas sociais, com ênfase na interdisciplinaridade e na formação integral do estudante (Gomes, 2014).

A presença de programas de extensão e a colaboração com organizações locais, como ONGs, empresas e órgãos públicos, são características que reforçam o compromisso social dessas universidades, buscando não apenas formar profissionais qualificados, mas também estimular a participação ativa da comunidade

em processos de desenvolvimento.

Gomes (2014) reitera que a concepção de universidade comunitária no Brasil está ainda em processo de amadurecimento, sendo objeto de estudo e debate entre educadores, gestores e acadêmicos. A literatura aponta que essas instituições desempenham um papel crucial no fortalecimento do ensino superior e na promoção de um desenvolvimento mais justo e inclusivo, que leva em consideração a diversidade regional do país. Elas se mostram como espaços de inovação, onde a educação se conecta diretamente com as demandas sociais, culturais e ambientais de cada localidade, configurando-se como um importante vetor de mudança e inclusão social.

### **3 O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

O papel social das universidades comunitárias está intimamente ligado à sua missão de atender e transformar as comunidades nas quais estão inseridas, principalmente em um contexto de desigualdades socioeconômicas. Ao contrário das universidades públicas, que são financiadas integralmente pelo Estado, e das privadas, que dependem majoritariamente de recursos privados e de mensalidades pagas pelos alunos, as universidades comunitárias possuem uma estrutura híbrida (Perelman, 2016).

Elas geralmente buscam o equilíbrio entre a sustentabilidade financeira e o compromisso com o desenvolvimento social. Embora o modelo público e o privado visem, em sua essência, a formação de profissionais qualificados, a universidade comunitária se destaca por seu foco direto em práticas de transformação social e engajamento com as questões locais.

Isso ocorre porque, ao contrário das universidades públicas, que muitas vezes estão distantes das realidades locais, ou das privadas, que tendem a concentrar-se em áreas de maior poder aquisitivo, as universidades comunitárias têm como missão contribuir para o desenvolvimento da própria região onde estão localizadas, com um olhar atento às necessidades de suas comunidades (Cunha; Silva, 2015).

A responsabilidade social das universidades comunitárias é um aspecto fundamental de sua identidade. Essas instituições possuem um compromisso claro com a promoção do bem-estar da população local, por meio de ações que vão além da formação acadêmica. Elas desempenham um papel ativo na redução das desigualdades, não apenas oferecendo educação superior acessível, mas também implementando projetos de extensão e pesquisa que buscam melhorar a qualidade de vida das comunidades em que estão inseridas.

De acordo com Perelman (2016), a universidade comunitária é caracterizada por sua inserção no cotidiano da sociedade, buscando não só formar profissionais qualificados, mas também contribuir com soluções para os problemas locais, por meio de ações sociais que envolvem saúde, educação, cultura e sustentabilidade. Esse papel social vai ao encontro da missão de promover um desenvolvimento sustentável, que abarca a justiça social, a equidade e a inclusão.

Cunha e Silva (2015) argumentam que o impacto das universidades comunitárias é particularmente significativo em áreas de maior pobreza e miséria. Nessas regiões, onde as carências educacionais e sociais são mais evidentes, as

universidades comunitárias se tornam importantes centros de inclusão e transformação. Elas oferecem oportunidades educacionais para jovens e adultos que, de outra forma, não teriam acesso ao ensino superior, contribuindo para a redução da desigualdade social e econômica. Além disso, muitas dessas instituições implementam projetos de extensão voltados para a melhoria das condições de vida local, como iniciativas de saúde, empreendedorismo, apoio a pequenos produtores, e preservação ambiental.

Segundo Santos (2017), a universidade comunitária é um agente de mudança social, que fomenta o desenvolvimento local e contribui para a redução das disparidades regionais, promovendo, assim, um impacto positivo no tecido social das áreas mais carentes.

A contribuição dessas universidades vai além da educação formal, pois elas promovem uma cultura de pertencimento e participação ativa das comunidades nas soluções para seus próprios problemas. A experiência de alunos, professores e técnicos envolvidos em projetos de extensão fortalece os laços entre a academia e a sociedade, criando um ambiente de troca de conhecimentos que beneficia ambas as partes.

De acordo com Cunha e Silva (2015), a universidade comunitária atua como um ponto de convergência entre o conhecimento acadêmico e as demandas sociais, sendo capaz de gerar resultados concretos para a melhoria da qualidade de vida, principalmente em regiões vulneráveis.

Para Santos (2017) a universidade comunitária consegue combinar a sua função de formação acadêmica com um compromisso direto com o desenvolvimento local e social, representando uma importante ferramenta para a transformação da sociedade. Ao focar em áreas mais carentes e em comunidades marginalizadas, essas instituições desempenham um papel crucial na luta contra a pobreza e na promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

## **4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: BREVE REFLEXÃO**

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido amplamente debatido nas últimas décadas, principalmente devido à crescente preocupação com os impactos ambientais, sociais e econômicos das atividades humanas no planeta. Segundo o relatório Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Este princípio se baseia na ideia de equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental. O desenvolvimento sustentável, portanto, não se limita a ações isoladas, mas envolve uma abordagem integrada que deve ser refletida nas políticas públicas, na gestão empresarial e, especialmente, na educação.

A educação superior, especialmente nas universidades, desempenha um papel central na promoção do desenvolvimento sustentável, pois não apenas forma profissionais para o mercado de trabalho, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável. As universidades, enquanto centros de pesquisa, ensino e extensão, são responsáveis por fomentar o conhecimento e práticas que respeitem e promovam a sustentabilidade (Souza, 2015).



No contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas, as universidades são chamadas a alinhar suas ações aos ODS, uma vez que esses objetivos oferecem um marco global para a promoção do bem-estar humano e do cuidado com o meio ambiente. A Agenda 2030, que foi adotada por todos os Estados-membros da ONU em 2015, compreende 17 ODS que buscam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade para todos.

A educação superior é considerada uma das principais ferramentas para a implementação desses objetivos, dado seu papel na disseminação de conhecimento e formação de cidadãos críticos, capazes de atuar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (UNESCO, 2015).

Diversas universidades no mundo têm implementado práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, tanto em termos de políticas internas quanto em projetos comunitários e acadêmicos. Um exemplo é a Universidade de Lund, na Suécia, que tem se destacado pelo seu compromisso com a sustentabilidade, sendo uma das primeiras instituições a integrar a sustentabilidade como um valor central em sua missão.

A universidade desenvolve projetos que envolvem a pesquisa em energias renováveis, práticas de consumo responsável e políticas para reduzir a pegada de carbono no campus.

No Brasil, universidades como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) também têm se empenhado em integrar a sustentabilidade aos seus currículos e projetos de pesquisa. A USP, por exemplo, é pioneira em ações de conscientização ambiental, como a promoção de eventos acadêmicos voltados à preservação ambiental e o incentivo ao uso racional de recursos. Já a UFAM, por sua vez, realiza projetos voltados à preservação da biodiversidade amazônica, por meio de pesquisas científicas e ações de extensão junto às comunidades locais.

Ferreira et al. (2015) compreende que essas experiências demonstram que, embora haja avanços, ainda existem desafios a serem superados na implementação das políticas de sustentabilidade nas universidades. Já Carvalho et al. (2018) afirma que um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições de educação superior é a falta de recursos financeiros para investir em práticas sustentáveis, especialmente em países em desenvolvimento. Além disso, a integração da sustentabilidade nos currículos acadêmicos requer uma mudança de mentalidade e uma adaptação das metodologias de ensino, que nem sempre são prontamente aceitas por todas as áreas do conhecimento.

De acordo com Santos (2006), a incorporação do desenvolvimento sustentável na educação superior é, portanto, um processo contínuo que exige o comprometimento das universidades, docentes e discentes, além da colaboração com outros setores da sociedade. A responsabilidade de formar profissionais conscientes e preparados para os desafios da sustentabilidade é um dos maiores legados que a educação superior pode deixar para as gerações futuras.

As universidades, ao se comprometerem com a sustentabilidade, não apenas contribuem para a realização dos ODS, mas também fortalecem seu papel como agentes de transformação social.

## 5 COMPROMISSO INSTITUCIONAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

O compromisso institucional das universidades comunitárias com a sustentabilidade tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente considerando o papel fundamental dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades onde estão inseridas. Esse compromisso se reflete em diversas frentes, incluindo políticas institucionais voltadas à sustentabilidade, projetos de extensão universitária, pesquisa e inovação, além dos desafios e perspectivas que envolvem a adoção de práticas sustentáveis no ensino superior.

De acordo com Pereira (2021), as políticas institucionais voltadas à sustentabilidade nas universidades comunitárias têm sido fundamentais para a transformação do ensino superior, uma vez que elas integram a sustentabilidade em suas estratégias de ensino, pesquisa e extensão. Muitas universidades adotaram a Agenda 2030 da ONU como um marco para suas políticas de sustentabilidade, priorizando a educação de qualidade, a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social e ambiental.

Nesse contexto, iniciativas que buscam a sustentabilidade em diversos âmbitos acadêmicos têm se tornado comuns, como a inclusão de cursos e disciplinas que tratam de temáticas ambientais e a implementação de processos de gestão sustentável, como o gerenciamento de resíduos e a utilização de energias renováveis (Souza, 2021).

Dentro desse panorama, Oliveira e Sousa (2020) observam que os projetos e ações de extensão universitária voltadas ao desenvolvimento sustentável desempenham um papel essencial, pois aproximam os acadêmicos das comunidades e das necessidades locais. As universidades comunitárias têm se destacado pela criação de projetos que envolvem práticas sustentáveis, desde a agricultura familiar até iniciativas voltadas à educação ambiental e à preservação do patrimônio natural.

Tais projetos não apenas ampliam o impacto das universidades nas comunidades, mas também fortalecem a formação dos estudantes ao proporcionar experiências práticas que consolidam o aprendizado teórico com a realidade local (Oliveira; Sousa, 2020).

Não obstante, a pesquisa e inovação sustentável no ensino superior têm se mostrado áreas em que as universidades comunitárias podem promover uma verdadeira transformação social e ambiental. A pesquisa científica voltada para soluções inovadoras, como o uso de tecnologias verdes, a economia circular e a preservação de recursos naturais, tem sido uma constante nas universidades comunitárias. Elas atuam como centros de disseminação do conhecimento sustentável, com parcerias entre docentes, discentes e organizações externas, como ONGs e empresas, que possibilitam a inovação em práticas sustentáveis que atendem diretamente às necessidades das populações locais (Costa, 2022).

Entretanto, a implementação de políticas sustentáveis nas universidades comunitárias enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a limitação de recursos financeiros, o que pode comprometer a adoção de tecnologias mais eficientes ou a continuidade de projetos de longo prazo. Além disso, a resistência à mudança, seja por parte de alguns membros da comunidade acadêmica ou da gestão institucional, pode dificultar o avanço de iniciativas susten-

táveis. A falta de uma infraestrutura adequada para suportar práticas sustentáveis e a escassez de capacitação específica para docentes e discentes também são fatores que contribuem para a dificuldade na implementação dessas políticas (Silva, 2023).

Apesar desses desafios, existem diversas estratégias que podem ser adotadas para fortalecer a atuação comunitária e sustentável das universidades. Uma delas é a intensificação das parcerias com organizações locais e com o setor privado, possibilitando o compartilhamento de recursos e a implementação de soluções inovadoras adaptadas às necessidades regionais. Além disso, conforme discute Pereira (2021), a capacitação contínua de docentes e discentes em temas relacionados à sustentabilidade, bem como a criação de espaços de diálogo e troca de experiências sobre as melhores práticas sustentáveis, é fundamental para garantir que as políticas institucionais realmente sejam aplicadas de forma eficaz. Outra estratégia importante é a criação de centros de pesquisa dedicados à inovação sustentável, incentivando os alunos a desenvolverem soluções criativas que possam ser aplicadas tanto no contexto universitário quanto na comunidade (Pereira, 2021).

Logo, há uma discussão clara sobre o futuro das universidades comunitárias na promoção do desenvolvimento sustentável, que depende, em grande medida, de sua capacidade de integrar plenamente a sustentabilidade em suas práticas diárias, tanto no âmbito acadêmico quanto administrativo (Oliveira; Sousa, 2020; Costa, 2022). Nesse sentido, pontua-se que as universidades comunitárias têm o potencial de se tornar agentes de transformação, não somente educando para a sustentabilidade, mas também atuando como modelos de boas práticas para as comunidades ao seu redor.

Para isso, será necessário superar os desafios mencionados e adotar uma abordagem mais colaborativa e integrada, envolvendo todos os membros da universidade e a sociedade em uma rede de ações sustentáveis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável tem se consolidado como um dos principais desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores responsabilidades do ensino superior, especialmente nas universidades comunitárias. A análise do compromisso institucional com a sustentabilidade revelou que, apesar dos avanços, ainda existem limitações significativas nas políticas implementadas e nas práticas sustentáveis adotadas pelas instituições. Este estudo evidenciou que as universidades comunitárias têm um potencial considerável para promover o desenvolvimento sustentável, mas que esse potencial esbarra em desafios como a escassez de recursos financeiros, resistência à mudança e dificuldades estruturais.

No entanto, os projetos de extensão universitária voltados para a sustentabilidade e a inovação científica têm se mostrado instrumentos eficazes para mitigar esses desafios, promovendo uma relação mais estreita entre a academia e as comunidades locais.

Os precípuos achados deste estudo indicam que as universidades comunitárias estão gradualmente incorporando práticas sustentáveis em suas agendas, mas a implementação dessas práticas ainda é um processo desafiador e desi-

qual. As políticas institucionais, muitas vezes, carecem de continuidade e profundidade, limitando a eficácia das ações voltadas à sustentabilidade.

Entretanto, os projetos de extensão têm se destacado como uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as necessidades das comunidades locais, permitindo uma troca de saberes que fortalece a atuação sustentável da universidade. A pesquisa e inovação, por sua vez, apresentam-se como áreas promissoras, mas ainda necessitam de maior investimento e foco em soluções práticas voltadas para os desafios locais.

Outro ponto relevante jaz na resistência de algumas esferas institucionais à mudança, o que dificulta a implementação de políticas sustentáveis mais ousadas. A falta de recursos, tanto financeiros quanto humanos, também é uma barreira importante.

Ademais disso, observa-se que o comprometimento com a sustentabilidade precisa ser mais efetivamente integrado nas práticas pedagógicas, no currículo e nas estratégias de gestão das universidades comunitárias, tornando-se parte da identidade da instituição e não uma ação isolada.

Para fortalecer o compromisso institucional com a sustentabilidade nas universidades comunitárias, é fundamental adotar uma abordagem mais estratégica e integrada, que envolva toda a comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes e funcionários administrativos.

Primeiramente, recomenda-se a criação de um comitê permanente de sustentabilidade, que tenha a função de coordenar, monitorar e avaliar as políticas e ações sustentáveis dentro da instituição. Este comitê deveria ser composto por representantes de diferentes áreas, para garantir uma visão multidisciplinar e inclusiva.

Ademais disso, seria interessante investir em parcerias com organizações governamentais, não governamentais e o setor privado, para ampliar o alcance e a viabilidade de projetos sustentáveis. A cooperação entre universidades, comunidades e empresas locais pode resultar em soluções mais eficazes e sustentáveis, além de proporcionar a troca de conhecimentos valiosos entre esses diferentes atores sociais.

Outro aspecto importante é a integração da sustentabilidade no currículo acadêmico de todos os cursos oferecidos pela universidade. A sustentabilidade deve ser vista como um tema transversal, abordado de maneira crítica e prática, de modo que todos os alunos, independentemente da área de formação, possam adquirir conhecimentos e habilidades que os preparem para enfrentar os desafios ambientais e sociais do futuro.

Este estudo abriu espaço para uma série de questões que merecem aprofundamento em futuras pesquisas. Primeiramente, é importante investigar como as universidades comunitárias podem superar as limitações financeiras e estruturais para implementar práticas sustentáveis de maneira mais eficiente.

A par disso, seria interessante analisar o impacto das políticas de sustentabilidade no desempenho acadêmico e no engajamento dos alunos, especialmente nas comunidades atendidas pela universidade.

Outra linha de pesquisa promissora seria a avaliação dos impactos dos projetos de extensão voltados para a sustentabilidade nas comunidades locais, a fim



de identificar os benefícios concretos gerados para os moradores e como esses projetos podem ser aprimorados. Também seria relevante explorar as práticas de sustentabilidade adotadas por universidades comunitárias em diferentes regiões do Brasil, para entender como fatores regionais e culturais influenciam a implementação e o sucesso dessas iniciativas.

Por fim, investigações sobre o papel das universidades comunitárias na promoção de uma cultura de sustentabilidade mais ampla dentro da sociedade seriam extremamente valiosas. Como as universidades comunitárias se relacionam com outras instituições educacionais e como podem atuar como agentes de mudança social, promovendo a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis em outros setores, é uma questão que merece ser explorada com mais profundidade em pesquisas futuras.

Essas direções podem contribuir significativamente para o avanço do conhecimento sobre o papel das universidades comunitárias na promoção do desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento do compromisso dessas instituições com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *As universidades comunitárias e o papel da educação superior no desenvolvimento regional*. Brasília: MEC, 2016.
- BRUNDTLAND, G. H. *Nosso futuro comum: o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- COSTA, F. Inovação e sustentabilidade no ensino superior: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 25, n. 3, p. 54-67, 2022.
- CUNHA, M. C.; SILVA, A. R. O papel da universidade comunitária no desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, p. 98-114, 2015.
- FERREIRA, A. M. et al. O papel das universidades na promoção do desenvolvimento sustentável: um estudo das experiências internacionais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 256-270, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadpesq>. Acesso em: 13 mar. 2025
- GOMES, R. T. Educação superior e comunidades: a perspectiva das universidades comunitárias. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 58, p. 257-272, 2014.
- OLIVEIRA, J. P. *A universidade comunitária no Brasil: história e desafios para a educação superior*. São Paulo: Editora Universitária, 2012.
- OLIVEIRA, A.; SOUSA, L. Projetos de extensão universitária voltados ao desenvolvimento sustentável. *Revista de Extensão Universitária*, v. 16, n. 1, p. 120-135, 2020.
- PEREIRA, M. A sustentabilidade nas universidades comunitárias: um olhar sobre as práticas de inovação e extensão. *Revista de Educação Superior e Sustentabilidade*, v. 19, n. 2, p. 92-104, 2021.
- PERELMAN, M. A universidade comunitária como promotora do desenvolvimento sustentável. *Revista de Educação e Sociedade*, v. 23, n. 5, p. 124-136, 2016.
- SANTOS, F. R. A universidade comunitária e seu impacto social nas regiões periféricas. *Revista de Extensão e Transformação Social*, v. 8, n. 2, p. 15-30, 2017.
- SILVA, R. Desafios na implementação de políticas sustentáveis no ensino superior. *Revista de Políticas Educacionais*, v. 14, n. 4, p. 98-110, 2023.
- SOUZA, J. A sustentabilidade e as universidades comunitárias: políticas e práticas. *Cadernos de Sustentabilidade e Educação*, v. 30, n. 1, p. 15-29, 2021.
- SOUZA, R. A. et al. Sustentabilidade nas universidades brasileiras: desafios e perspectivas. *Revista*

*Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 20, n. 60, p. 23-42, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu>. Acesso em: 13 mar. 2025.

UNESCO. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt-br/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

UNESCO. *Educação para o Desenvolvimento Sustentável: uma visão global*. 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000211459>. Acesso em: 13 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Relatório de Sustentabilidade 2020. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://www.sustentabilidade.usp.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Projetos de Pesquisa e Extensão em Sustentabilidade. Manaus: UFAM, 2020. Disponível em: <https://www.ufam.edu.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Accountability – 61–66

Administração universitária – 15–24

Autonomia universitária – 33–39

## C

Caráter público não estatal – 40–48

Conselhos universitários – 55–60

Controle social – 61–72

Controle externo – 66–72

Controle interno – 61–66

Comunidade, vínculo com a – 40–48

## D

Democratização do ensino superior – 40–48

Desenvolvimento regional – 73–82

Direito privado, natureza jurídica – 33–39

## E

Educação superior comunitária – 33–48

Eficiência administrativa – 15–24

Extensão universitária – 73–82

## F

Função pública – 40–48

Funções institucionais – 73–82

## G

Gestão universitária – 15–24

Gestão democrática – 55–60

Governança institucional – 55–66

## I

Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) – 33–48

Interesse público – 40–48

## L

Lei nº 12.881/2013 – 33–39

## P

Planejamento estratégico – 15–24

Políticas públicas educacionais – 73–82

Prestação de contas – 61–66

## **R**

Regulação educacional – 33–39

Responsabilidade social – 73–82

## **S**

Sustentabilidade institucional – 73–82



**A** obra analisa a universidade comunitária sob a perspectiva da gestão, das funções institucionais e dos mecanismos de controle social. Discute sua natureza jurídica híbrida e o papel das ICES como entidades de direito privado com finalidade pública. Ao abordar governança, prestação de contas e accountability, o livro evidencia a importância da transparência e da participação social. Também relaciona essas dimensões ao desenvolvimento regional e à responsabilidade social. Trata-se de uma reflexão essencial para compreender o papel estratégico das universidades comunitárias no cenário educacional brasileiro.

ISBN 978-65-84364-15-8

